

	<p>Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Humanas Letras e Artes Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas</p>	
---	---	---

**VIVIANE ALVES MACHADO**

**A ATUAÇÃO DA ONG AMAZONA - Associação de Prevenção à AIDS  
junto à Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da educação em  
Direitos Humanos**

João Pessoa– PB  
Julho/2017

**VIVIANE ALVES MACHADO**

**A ATUAÇÃO DA ONG AMAZONA – Associação de Prevenção à AIDS  
junto á Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da educação em  
Direitos Humanos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, linha de Pesquisa Educação em Direitos Humanos, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

**Orientação:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosa Maria Godoy Silveira

João Pessoa – PB  
Julho/2017

Catálogo na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

M149a Machado, Viviane Alves.

A atuação da ONG Amazona - associação de prevenção à AIDS junto à comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da educação em direitos humanos / Viviane Alves Machado. - João Pessoa, 2017.

135 f. : il.

Orientadora: Rosa Maria Godoy Silveira.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA

1. Direitos humanos. 2. ONG Amazona - Atuação.  
3. Lideranças Juvenis - Formação. I. Título.

UFPB/BC

VIVIANE ALVES MACHADO

**A ATUAÇÃO DA ONG AMAZONA – Associação de Prevenção à  
AIDS junto à Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da  
educação em Direitos Humanos**

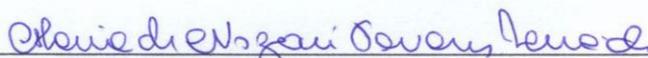
**Linha de Pesquisa 2: Políticas Públicas em Educação em Direitos Humanos**

Dissertação aprovada em 31/07/2017 como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes - CCHLA, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba pela seguinte banca examinadora:



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosa Maria Godoy Silveira  
Orientadora - UFPB



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria de Nazaré Tavares Zenaide  
Examinadora Interna - UFPB



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Angeluze Soares Perônico Barbotin  
Examinadora Externa - UFPB

## DEDICATÓRIA

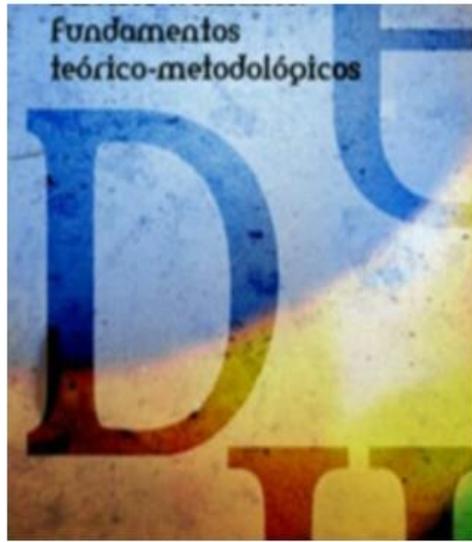
Dedico esse trabalho ÀS JUVENTUDES QUE OUSAM SONHAR, NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL: *Eu vou à luta, é com essa juventude /Que não corre da raia/À troco de nada* – minha sincera homenagem aos jovens do meio popular espalhados por todo Brasil, que vêm construindo reflexões, ações e políticas públicas destinadas à juventude. Em especial, aos jovens com quem atuei nas comunidades socialmente vulneráveis de João Pessoa, e aos que integram o CPCC – Centro Popular de Cultura e Comunicação, que contribuíram de forma qualitativa em minha formação humana, social, política e profissional. Nesta conjuntura que vivemos atualmente, nos resta resgatar a força da juventude das gerações passadas que derramaram suor e sangue na construção de um país democrático, e acreditar nesta geração de jovens que continuam na luta, na perspectiva da manutenção e ampliação do Estado de Direitos para as gerações futuras. Isso nos faz confirmar o que nos traz Cora Coralina: *O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.*

...não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E com tudo isso vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo de “leitura de mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”. (FREIRE,1998, p.90)

**RÁDIO COMUNITÁRIA**  
**VOZ POPULAR**  
**97,7 FM**  
**ONDE VOCÊ FAZ A DIFERENÇA**

PARCEIROS DO CPCC

**PONTO de CULTURA**



**amazona**

HOME | SEJA UM DEUS | ARTE E TRADIÇÃO | POLÍTICA | NOTÍCIAS | MATEMÁTICA | HISTÓRIA | CONTEÚDO

**VIDEO INSTITUCIONAL AMAZONA 15 ANOS**

**ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

**CONHEÇA A AMAZONA**

**CONHEÇA O HISTÓRICO 15 ANOS DA AMAZONA**

PARCEIROS

PROJETO APOIADO PELO **CRANIC ESPERANÇA**

**ESSOR**

**GOVERNO DA PARAIBA**



**ONGs E CIDADANIA**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DE ORGANIZAÇÃO CIVIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**Fundamentos teórico-metodológicos**

**Desventura de Sousa Santos**  
**Marliena Chami**  
**Direitos humanos, democracia e**

**DIREITOS HUMANOS**  
**POBREZA E EXCLUSÃO**

**PAULO FREIRE**  
**Metodologia da Libertação**

**Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**

**ng** ORGANIZAÇÕES EM DOS DIREITOS E BENS



## **AGRADECIMENTOS**

Mas um ciclo que está prestes a se fechar em minha vida, para que outros se abram, assim espero! Com o sentimento de etapa concluída, gostaria de agradecer as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que isso se tornasse realidade. Assim agradeço...

Primeiramente a Deus e às Deusas do universo, que iluminam meu caminhar, me guiando e abençoando, agradeço por este trabalho, fruto de muitos desafios e aprendizados.

Aos meus pais – Vicente Bezerra Machado e Maria Iraci Alves Mais Bezerra, que sempre acreditaram em mim, me apoiando e estimulando para que eu me torne um ser humano melhor a cada dia. A eles – meu pai que sempre acreditou que só através da educação podemos nos libertar, que sempre disse: “a única coisa que eu posso dar aos meus filhos que ninguém vai tirar deles é a educação, com isto terei dado oportunidade para que eles tenham um futuro melhor”. E os/as filhos/as da classe trabalhadora só vencem neste país se for pelo caminho da educação, a cada dia o que meu pai me ensinou desde pequena se comprova. A minha mãe fonte de muita força e fé, a ela todo o carinho de uma filha que ama sem medida, a senhora que dedicou sua vida para cuidar dos/as filhos/as e da família a qual dedico este trabalho e minha gratidão eterna, estendo os agradecimentos a toda família.

Ao meu companheiro Dorival Fernandes, por dividir comigo os desafios e construções do cotidiano, junto com a família (de perto), a minha amada irmã Kátia Maia, e ao meu amigo Maxwell Castelo Branco, por todo o apoio dado durante todo este processo, ao amor dedicado, presente em nosso lar, e a paciência e impaciência que lhe são peculiares.

A minha orientadora professora Rosa Maria Godoy Silveira, que mesmo a distancia, não deixou de ser presente. Pela orientação cuidadosa e respeitosa, o exercício da crítica e autonomia, no processo de elaboração e revisão da dissertação.

As professoras Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin e Maria de Nazaré Tavares Zenaide, que aceitaram de prontidão compor a Banca de Qualificação e Defesa, e que muito me ajudaram, desde a qualificação, dedicando seu tempo e seu saber teórico e metodológico, e que na partilha para elaboração deste trabalho, o enriqueceram qualitativamente.

Aos amigos/as e companheiros/as da Amazona – Associação de Prevenção à AIDS, através de quem estendo os agradecimentos a toda militância dos movimentos sociais e populares que dedicam sua vida na construção de uma sociedade mais HUMANA, vocês são para mim fonte de inspiração, sempre, em todos os lugares e momentos de minha vida.

Enfim, a todos/as os meus amigos/as, em destaque aos que tive o prazer de conhecer no ingresso ao PPDGH, e que dividiram comigo este trajeto (de dor e beleza que é o

mestrado), e que tenho a certeza que vão para a vida toda - Carla Maílde, Marcus Paulo Linhares, Maria Luiza, e em especial a Vivianne Sousa, pela força dada para que eu fizesse a seleção, mas que, para além disso, dividiu comigo muitos passos, na construção deste trabalho. Gratidão!

## RESUMO

A perspectiva desta Dissertação de Mestrado – **A ATUAÇÃO DA ONG AMAZONA** – Associação de Prevenção à AIDS junto à Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da educação em Direitos Humanos – é compreender a inserção da educação não formal e da Educação em Direitos Humanos na prática destas duas organizações, a ONG Amazona e o Centro Popular de Cultura e Comunicação - CPCC, junto ao público jovem. O **Objetivo Geral** do estudo é analisar a atuação da ONG Amazona junto à comunidade São Rafael com vistas à formação de lideranças juvenis, à luz da Educação em Direitos Humanos. São seus **Objetivos Específicos**: identificar e avaliar as iniciativas de educação não-formal em Direitos Humanos, desenvolvidas junto aos adolescentes e jovens da comunidade São Rafael, pela ONG Amazona; investigar como, a partir da atuação da ONG Amazona, surge uma organização comunitária - CPCC, liderada por jovens; configurar o perfil desses jovens bem como a missão da organização; compreender as motivações desses jovens para desenvolverem um trabalho comunitário; analisar os significados de EDH internalizados pelos jovens, educadores, formadores e gestores, enquanto prática da Amazona e do CPCC. O referencial metodológico para essa investigação constitui pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, tendo como ponto de partida o levantamento bibliográfico e a revisão de literatura da produção acadêmica sobre o tema; inserções documentais e empíricas, envolvendo na realização de entrevistas e grupo focal com lideranças comunitárias jovens que atuam junto ao CPCC. Desse modo, essa investigação pretende oferecer contribuições teóricas e práticas ao trabalho das Organizações Sociais (Amazona e CPCC), apontando as suas ações pedagógicas e os conteúdos trabalhados que possibilitam a formação da juventude e de lideranças juvenis e a relação dessas ações com a Educação em Direitos Humanos, que foram e são construídas através das necessidades presentes na realidade social da comunidade.

**Palavras-chave:** Educação em Direitos Humanos. ONGs. Comunidade. Juventude. Cidadania.

## **ABSTRACT**

The perspective of this Master's Dissertation – The role of AMAZONA - Associação de Prevenção à AIDS NGO in the São Rafael Community: (un) doing together in the light of human rights education – is to understand the insertion of non-formal education and Human Rights in the practice of these two organizations, Amazona NGO and the CPCC – Centro Popular de Cultura e Comunicação, with the young public. The General Objective of this study is to analyze the role of Amazona NGO towards the formation of youth leaderships in the community of São Rafael, in the light of Human Rights Education - HRE. Its specific objectives are: to identify and evaluate the initiatives of non-formal education in Human Rights, developed by Amazona NGO with the adolescents and young people of the São Rafael community; To investigate how a community organization led by young people, CPCC, was created, based on the activities of Amazona NGO; Configure the profile of these young people as well as the mission of the organization; Understand the motivations of these young people on developing community work; Analyze the meanings of HRE internalized by young people, educators, trainers and managers, as a practice of Amazona and CPCC. The methodological framework for this investigation is qualitative research of an exploratory and descriptive character, starting from the bibliographical survey and the literature review of the academic production on the subject; Documentary and empirical insertions, involving interviews and a focus group with young community leaders who work with the CPCC. Thus, this research intends to offer theoretical and practical contributions to the work of the Social Organizations (Amazona and CPCC), pointing out their pedagogical actions and the contents that enable the formation of youth and of young leaders and the relation of these actions with Education in Human Rights, which were and are built through the needs present in the social reality of the community.

**Key words:** Education in Human Rights. ONG. Community. Youth. citizenship.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b>	Localização da Comunidade.....	24
<b>Figura 2.</b>	Comunidade São Rafael na década de 1970.....	28
<b>Figura 3.</b>	Alagamento das casas na comunidade São Rafael (2005).....	29
<b>Figura 4.</b>	Comunidade de São Rafael - Anos 2000 .....	30
<b>Figura 5.</b>	Moradora da comunidade denunciando em rede social, a situação da comunidade em período chuvoso (maio/2017) .....	31
<b>Figura 6.</b>	Reunião com Lideranças Comunitárias CPCC .....	38
<b>Figura 7.</b>	Site Institucional da Amazona .....	41
<b>Figura 8.</b>	Mobilização Social - Grito dos Excluídos 2015.....	45
<b>Figura 9.</b>	Realização da Pesquisa de Campo - Grupo Focal com jovens .....	79
<b>Figura 10.</b>	Comemoração dos 13 anos de Criação do CPCC .....	91
<b>Figura 11.</b>	Logomarca da Rádio Comunitária - Voz Popular .....	96
<b>Figura 12.</b>	Convite de Aniversário da Rádio Voz Popular .....	97

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I.</b>	Comunidade São Rafael – João Pessoa, Paraíba – Histórico.....	26
<b>Quadro II.</b>	Acontecimentos marcantes da Comunidade São Rafael e criação do CPCC: Visão da Comunidade.....	35
<b>Quadro III.</b>	Princípios da Educação Não-Formal em Direitos Humanos – PNEDH..	70
<b>Quadro IV.</b>	Ações Programáticas da Educação Não-Formal em Direitos Humanos –PNEDH .....	70
<b>Quadro V.</b>	Projetos Desenvolvidos pela Amazona de 1999 a 2013 – Apresentado na Avaliação Anual da Instituição .....	81
<b>Quadro VI.</b>	Análise dos Projetos Desenvolvidos na Comunidade de São Rafael 1999 -2013.....	82
<b>Quadro VII.</b>	Valores da Amazona .....	87
<b>Quadro VIII.</b>	Eixos e Linhas Gerais de Atuação da Amazona .....	89

## LISTA DE SIGLAS

ABONG -	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
AIDS -	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, SIDA
BNH -	Banco Nacional de Habitação
CEAAL -	Conselho de Educação em Direitos Humanos da América Latina
CEHAP -	Companhia Estadual de Habitação Popular
CPCC -	Centro Popular de Cultura e Comunicação
CPI -	Comissão Parlamentar de Inquérito
DIEESE -	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNEDH -	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
DUDH -	Declaração Universal dos Direitos do Homem
DST -	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBE -	Escola Beneficente Evangélica
EDH -	Educação em Direitos Humanos
FEM -	Fórum Econômico Mundial
FUNSAT -	Fundação Social do Trabalho
FSM -	Fórum Social Mundial
HIV -	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBASE -	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
INCUBES -	Incubadora de Empreendimentos Solidários
IIDH -	Instituto Interamericano de Direitos Humanos
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBV -	Legião da Boa Vontade
LDBEN -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC -	Ministério da Educação
MST -	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODM -	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OINGs -	Organizações da Sociedade Civil com atuação Internacional
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
ONG -	Organização Não-Governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
OSCIPs -	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OS -	Organizações Sociais
OSP -	Organização Social Popular
PEC -	Proposta de Emenda Constitucional
PEP -	Planejamento Estratégico Participativo
PMJP -	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PMEDH -	Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos
PNDH-	Plano Nacional de Direitos Humanos
PNEDH -	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PT -	Partido dos Trabalhadores
RECID -	Rede de Educação Cidadã
SEDES -	Secretaria de Desenvolvimento Social
SUDENE -	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
USF -	Unidade de Saúde da Família

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO 1 – A COMUNIDADE SÃO RAFAEL: PERCURSO HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>24</b>
1.1 Histórico do surgimento da Comunidade São Rafael.....	24
1.2 Da exclusão à resistência: construção das lutas sociais comunitárias.....	35
1.3 Contextualização do Início do trabalho da ONG Amazona na comunidade São Rafael.....	40
<b>CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA DAS ONGS NO BRASIL: A INSERÇÃO DA AMAZONA</b> .....	<b>46</b>
2.1 Surgimento e consolidação das ONGs no Brasil: O processo de formação conceitual.....	46
2.2 A atuação das ONGs no Brasil e sua contribuição na luta pela efetivação dos Direitos Humanos.....	51
2.3 A construção e a atuação da ONG Amazona .....	55
<b>CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</b> .....	<b>61</b>
3.1 A Educação em Direitos Humanos na América Latina e no Brasil .....	61
3.2 O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH, uma análise do contexto da Educação não Formal.....	67
3.3 As ONGs como espaço de vivência da Educação não Formal em Direitos Humanos .....	72
<b>CAPÍTULO 4 – A AMAZONA E O CPCC COMO ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</b> .....	<b>75</b>
4.1 Juventude que ousa sonhar: a organização e a luta dos jovens pela efetivação dos Direitos Humanos .....	75
4.2 Como a parceria da ONG Amazona contribui para a formação das lideranças juvenis do CPCC.....	82
4.3 O CPCC como espaço de formação dos jovens na perspectiva da Educação em Direitos Humanos.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>103</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>107</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a analisar a atuação da ONG (Organização Não Governamental) Amazona junto à Comunidade São Rafael, em João Pessoa/Paraíba, com vistas à formação de lideranças juvenis sob a perspectiva da Educação em Direitos Humanos, desde a construção da relação de parceria com a Organização Social Popular (OSP) - o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), uma instituição social localizada naquela comunidade, e que surge em 2005 como fruto do trabalho realizado pela ONG.

A investigação científica sobre a prática educativa e cidadã da ONG Amazona, à luz dos princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH), tem como lócus da pesquisa a referida comunidade São Rafael, localizada no bairro Castelo Branco III, na capital paraibana, onde a AMAZONA começa a sua atuação em 1999, através do desenvolvimento do Projeto de prevenção da transmissão do vírus HIV/AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) junto à população de baixa renda. A partir desse projeto, inicia-se uma gama de ações na comunidade, principalmente com a organização e acompanhamento sistemático junto a grupos de adolescentes e jovens. Como fruto dessa caminhada e da formação desse público, em 2005, foi constituída uma organização social local – o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC).

A motivação para estudar esse tema surge da necessidade de se fazer um resgate do trabalho realizado pela Amazona, na ocasião de comemoração dos seus 20 anos de trajetória enquanto uma instituição social que mantém parceria com a comunidade São Rafael. Sendo assim, esse estudo é viável, pois ingressei em 1997 na organização, onde continuo como coordenadora de Projetos e, portanto, todas essas vivências e atuação junto às comunidades deram origem ao meu interesse em pesquisar o tema da Educação em Direitos Humanos e como ela vem sendo construída.

O estudo também é minha expectativa, contribuirá para perceber como esse trabalho realizado junto ao CPCC incentivou a formação de novas lideranças comunitárias, com foco na inclusão das juventudes que, historicamente, ainda vivem na invisibilidade e são pouco reconhecidas como sujeitos de direito pelo Estado Brasileiro.

Diante desse contexto, convém indagar se a EDH pode contribuir para a inclusão dos jovens numa sociedade marcada pela desigualdade social, que é herança de um processo histórico de colonização, escravidão, expropriação, violência, na sociedade brasileira. No atual contexto mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico sob a égide da Globalização, verifica-se um verdadeiro abismo social, em que grande massa de indivíduos

tem, cotidianamente, seus direitos fundamentais violados. Isso tende a ser agravado pela crise do sistema financeiro mundial, desencadeada nas últimas décadas.

O Relatório Nacional de Acompanhamento dos Oito Objetivos do Milênio ODM – IPEA 2014<sup>1</sup> menciona que 7,5 milhões de brasileiros ainda vivem em situação de extrema pobreza e, apesar de avanços notáveis desde 1995, a concentração de renda permanece demasiadamente alta. Com efeito, a pobreza no Brasil decorre de um modelo de desenvolvimento que conduz contingentes cada vez maiores de indivíduos à exclusão social, econômica e política. Ademais, 80% das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza moram no Norte e Nordeste. O Nordeste é a região mais pobre do país, onde 51% da população vive com menos de um salário mínimo por mês. A Paraíba possui o quarto PIB *per capita* do Nordeste e registra a menor taxa de crescimento da região. Ela é o quarto Estado com menor IDH do Brasil (0,661) e com o maior índice de desigualdade social em relação à distribuição de renda (índice de Gini 0,644).

Segundo as estimativas populacionais do IBGE/2010, no Brasil, cerca de 25% da população é representada pela juventude, ou seja, aproximadamente 50,5 milhões de brasileiros e brasileiras têm entre 15 e 29 anos.

Diferentemente de países que intensificaram a consolidação das políticas de juventude nas suas agendas, a partir das discussões lideradas no plano internacional pelo Sistema ONU, constata-se que o Brasil somente inicia esse debate mais intenso e organizado em meados da década de 1990, praticamente dez anos após a declaração do Ano Internacional da Juventude.

A juventude e as novas gerações são cada vez mais reconhecidas como uma parcela da população fundamental para o processo de desenvolvimento de qualquer nação. Prova disso é que a ONU elegeu 2010 como o Ano Internacional da Juventude, com o objetivo de encorajar o diálogo e a compreensão entre gerações e estimular os jovens a promoverem o progresso, com ênfase nas Metas do Desenvolvimento do Milênio.

Outra dimensão essencial da política juvenil tem sido a constituição de um marco legal, imprescindível para que o Brasil consolide sua política de juventude como política de Estado. Já aprovada a PEC 042/2008, insere-se o termo “jovem” no texto constitucional, no capítulo dos direitos e garantias fundamentais. O Plano Nacional de Juventude (2004), por sua

---

<sup>1</sup> Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento / Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014.

vez, estabelece um conjunto de metas que os governos – federal, estaduais e municipais – deveriam cumprir em relação à população jovem em um período de dez anos. Por último, temos o Estatuto da Juventude, em ampla discussão na Comissão Especial da Câmara, que propõe a definição dos direitos da juventude e a constituição de um sistema de juventude, estabelecendo a responsabilidade das três esferas governamentais para o estabelecimento de políticas para esse segmento etário.

A realidade da juventude na Paraíba apresenta-se com alguns agravantes, pois essa categoria social soma 1.381.965 mil jovens de 15 a 29 anos, 36,7 % da população do estado, segundos dados do IBGE/2010. Embora seja uma parcela importante da sociedade, destacamos a falta de estratégias dos poderes públicos para a implementação de políticas públicas para o segmento juvenil, o que piora o cenário de ociosidade dessa parcela da população. Somam-se a isso a desestruturação familiar, a distorção educacional idade-série, a falta de uma educação sexual, a violência urbana e o uso e abuso de drogas que, muitas vezes, levam ao extermínio da juventude nos grandes centros urbanos brasileiros, não podendo ser diferente no cenário paraibano e pessoense.

Segundo o Mapa da Violência 2015 – Os Jovens no Brasil –, a Paraíba ocupa o 7º lugar no Brasil na taxa de homicídio de jovens, o mapa apresenta dados que colocam a Paraíba na 8ª posição nas taxas de homicídio de negros (62,9%) e na 27ª colocação nas taxas de homicídio de brancos (4,0%). Quando se cruza o número de habitantes do estado com o número de homicídios, a Paraíba assume a primeira colocação no Índice de vitimização negra, não só entre a população jovem, como também na população negra total do país.

As taxas de homicídio entre os brancos já eram extremamente baixas (as menores do país), e caíram ainda mais ao longo dos cinco anos analisados, passando de 3,3 homicídios em 100 mil brancos em 2002, para 2,5 em 2007. Já as taxas entre os negros, praticamente duplicaram no mesmo período, pulando de 16,3 homicídios em cada 100 mil negros em 2002, para 31,9 em 2007. Com tais taxas (2,5 para brancos e 31,9) para negros, o índice de vitimização do Estado se eleva a 1.189. Isso significa que morrem no Estado 1.189% mais negros do que brancos, o equivalente a 12 vezes mais.

Essa estatística chama atenção tanto nos números absolutos quanto em percentuais. Os elevados índices de vitimização dos negros da Paraíba, em geral, e os do ano de 2007, em particular, atingiram níveis históricos sem precedentes. Para o autor do estudo, Júlio Jacobo (2015), "As diferenças sempre foram históricas na Paraíba. Mas as mudanças nesses cinco

anos foram muito violentas". A Paraíba seguiu a tendência nacional registrando uma redução do número de vítimas entre brancos e aumento entre negros.

Reforçando esse quadro, em um diagnóstico realizado pela Amazona, em 2010, junto a cinco comunidades socialmente vulneráveis da região metropolitana de João Pessoa (entre elas, a comunidade São Rafael), com a participação de 350 adolescentes e jovens, identificou-se que 38% dos entrevistados declararam já ter sofrido violência. Desses, 59% sofreram essa violência em casa, 27% na própria comunidade e 14% em outros espaços.

A evasão escolar e a repetência são fatores presentes na vida de adolescentes e jovens de baixa renda. O mesmo diagnóstico revela que 70% dos adolescentes de 13 a 17 anos pesquisados, ainda cursam a primeira fase do ensino fundamental; 76% já repetiram alguma série ou abandonaram a escola antes do término do ano letivo; e apenas 9% chegam a concluir o Ensino Médio. O fato de muitos adolescentes terem que contribuir com a renda familiar acarreta a inserção prematura de adolescentes no mercado de trabalho formal e informal.

A preocupação nesse contexto é de como a juventude tem que ser compreendida, não apenas em sua dimensão etária e geracional. Parte-se da premissa de que compreender a juventude implica entender que a vivência juvenil tem um sentido em si mesma, não sendo somente uma passagem para a vida adulta, sendo preciso considerar o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades de como essa condição é ou pode ser vivida.

Diante dessas condições, é fundamental compreender que para contribuir efetivamente com o desenvolvimento integral das gerações em formação, é necessário a realização de um trabalho integrado entre adolescentes e jovens nas escolas, nos espaços comunitários, e nos espaços/instâncias de formulação e implementação de políticas públicas. A adolescência/juventude é uma etapa crucial na formação da identidade do cidadão. Nessa fase, um trabalho de intervenção pode contribuir para resultados positivos no que se refere à formação de novos valores e práticas solidárias que fortaleçam os Direitos Humanos e a construção de uma Cultura da Paz.

Nessa perspectiva, estão sendo considerados como diferentes jovens vivem sua juventude e as desigualdades vivenciadas no acesso a oportunidades e direitos de acordo com seu gênero, raça/etnia, orientação sexual, local de moradia, possível porte de alguma deficiência, pertencimento ou não a comunidades tradicionais. A reflexão para formulação desta proposta parte da premissa histórica de que somente agora (nos últimos anos), é que a juventude brasileira está sendo pensada como sujeito de direitos, e de como iremos – sociedade civil organizada, entes federativos e os próprios jovens, em conjunto, concretizar a

formulação e implementação de mais políticas públicas, fazendo-as criarem vida, saírem da simples formulação – do mundo das ideias para a ação concreta.

Para esse processo, temos que é necessário primeiramente colocar na pauta esses sujeitos, e para sua participação ativa nesse processo, eles precisam se conhecer, se reconhecer e se empoderar para fazer valer esses direitos. Baseando-nos na metodologia de Educação Popular, pois, segundo Paulo Freire, somente através do empoderamento desses atores sociais, poderemos intervir nesta realidade de vulnerabilidade, na perspectiva da mudança social.

A partir dessa realidade, nossa proposta é refletir sobre a atuação da ONG Amazona junto à comunidade São Rafael com esta juventude, à luz da Educação em Direitos Humanos, pois acreditamos na Educação, não somente como parte integrante do conjunto dos Direitos Humanos, mas como um direito que exerce um papel primordial na efetivação dos demais direitos humanos.

Partindo desses pressupostos, o objeto desse estudo é a Educação em Direitos Humanos, entendida atualmente como um conjunto de processos de educação formal e da educação não formal, orientados para a construção de uma cultura de respeito à dignidade humana.

Sendo assim, temos como **Objetivo Geral**: analisar a atuação da ONG Amazona junto à comunidade São Rafael com vistas à formação de lideranças juvenis à luz da Educação em Direitos Humanos.

E como **Objetivos Específicos**:

- Identificar as iniciativas de educação não-formal em Direitos Humanos, desenvolvidas junto aos adolescentes e jovens da comunidade São Rafael, pela ONG Amazona;
- Investigar como a partir da atuação da ONG Amazona, é constituída uma organização comunitária - o CPCC, uma organização liderada por jovens; as motivações desses jovens para desenvolverem um trabalho comunitário; o perfil dos jovens fundadores da organização e os objetivos/missão dela;
- Analisar os significados internalizados pelos jovens, sobre a Educação em Direitos Humanos, enquanto prática da Amazona e do CPCC.

O referencial metodológico para essa investigação constitui pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, pois essa abordagem interpreta os fatos que fazem parte da

dinâmica do ambiente estudado, tem um plano aberto e flexível, traduzindo as percepções dos atores envolvidos no contexto analisado pelo pesquisador.

Segundo Minayo (2009), o método qualitativo é apropriado quando o fenômeno em estudo é complexo e amplo e a quantificação não é suficiente para compreender o fenômeno, por isso o método qualitativo é usado quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.

Uma vez que se trata de um processo de construção social e histórica em pleno desenvolvimento, em uma comunidade de João Pessoa, a pesquisa de campo foi fundamental para a compreensão das relações entre os sujeitos sociais que se efetivam na construção da parceria entre a ONG Amazona e o CPCC.

E o respectivo conteúdo da pesquisa que embasa este estudo, foi processado mediante o **método de análise de conteúdo**. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores. Como forma de apreender a realidade, considerando, principalmente, a prática social dos sujeitos, permitindo aprofundar suas características gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas e outras. Nesse sentido, Bardin postula que:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (1977, p.31)

A coleta de informações teve início na construção do PEP<sup>2</sup>– Planejamento Estratégico Participativo, do CPCC, quando participei como facilitadora da construção deste instrumento organizacional comunitário. Nessa atividade, contamos com a presença de

---

<sup>2</sup> A metodologia de Planejamento Estratégico Participativo (PEP) foi desenvolvida pelo professor Souto-Maior (1994), podendo ser compreendido como uma metodologia que permite a organização desenvolver e implementar, disciplinada e participativamente um conjunto de estratégias, decisões e ações fundamentais e cruciais para a sua sobrevivência, eficácia, efetividade e progresso.

lideranças históricas (antigos moradores da comunidade), bem como dos jovens que atuam no CPCC.

Além de realizar a localização e catalogação de materiais, complementamos o trabalho com pesquisa bibliográfica e documental.

A Dissertação está estruturada em três capítulos: **O primeiro** discute o processo do Surgimento e o Histórico da Comunidade São Rafael. **O segundo capítulo** apresenta a trajetória das ONGs no Brasil e a atuação da ONG Amazona, e no **terceiro capítulo**, abordamos a Educação em Direitos Humanos na Educação não formal.

Em um segundo momento, a coleta de dados foi feita através de instrumentos de coleta específicos, com a realização de entrevistas semiestruturadas realizadas com os coordenadores do CPCC e as lideranças comunitárias. Já no que concerne aos jovens pertencentes à comunidade beneficiária, foi utilizado o levantamento de dados via grupo focal, como forma de melhor detectar os acertos e as falhas do trabalho desenvolvido pela Amazona e o CPCC, e analisar em que medida seus objetivos estão sendo atingidos. Segundo Duarte (2007, p. 78), o “grupo focal define-se como uma discussão conjunta, entre seis a doze participantes, orientada por um moderador/facilitador cujas funções englobam discussões e análises”.

Neste contexto, direcionamos nossa pesquisa abrangendo os gestores do CPCC, as lideranças comunitárias e, por fim, os jovens pertencentes a essa comunidade, que compõem o público-alvo do CPCC. Os resultados desta fase estão estruturados e apresentados no **quarto capítulo**.

As Considerações Finais encerram o trabalho em torno da extensão da atuação da ONG Amazona na Comunidade São Rafael, o percurso histórico da parceria, dos caminhos percorridos e seus sujeitos, dos processos de educação não formal, da Educação em Direitos Humanos e dos desafios presentes.

Nesse processo, os sujeitos reinventam formas de atuação e organização social voltadas para o desenvolvimento comunitário, buscando, assim, caminhos para a inclusão que lhes foram, até então, interditados. Tratou-se em suma, de encontrar práticas educativas, fundamentadas na Educação em Direitos Humanos, que resultaram em processos de organização e mobilização comunitárias construídas a partir dos próprios sujeitos envolvidos, e não de uma estratégia que viesse de fora da comunidade, definida de cima para baixo, na qual os sujeitos seriam, de fato, meros objetos desses processos.

## CAPÍTULO 1. A COMUNIDADE SÃO RAFAEL: PERCURSO HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO SOCIAL

### 1.1 HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA COMUNIDADE SÃO RAFAEL

Este capítulo pauta-se na descrição do surgimento da comunidade São Rafael, que foi formada a partir dos ex-trabalhadores, moradores da Granja São Rafael, localizada na região abrangida pelos atuais bairros do Castelo Branco I, II e III.

**Figura 1:** Localização da Comunidade



Fonte: Site institucional do CPCC

A então Granja São Rafael era propriedade do governo do Estado da Paraíba que, através da Lei Nº 3613, de 19 de maio de 1970, fez a doação do terreno à CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular, citando em seu artigo 3º a sua destinação: o terreno doado destinar-se-ia à implantação de um núcleo de casas para famílias de baixa renda.

Esses trabalhadores, então moradores da Granja São Rafael, após a doação do terreno e, culminando o período de construção da BR-230 (Transamazônica), começam a erguer suas novas moradas às margens do rio Jaguaribe. Com o passar dos anos, as famílias foram se multiplicando e a área foi sendo ocupada de forma desordenada, resultando na multiplicação dos problemas sociais comuns às localidades de risco.

A formação geográfica e ocupação da cidade de João Pessoa é muito peculiar, pois grande parte das comunidades com a denominação Zona Especial de Interesse Social<sup>3</sup>, entre elas a São Rafael, se tornam invisíveis na paisagem urbana. Elas se localizam em sua maioria às margens do rio Jaguaribe, entre encostas, barreiras, etc. Sendo assim, essas comunidades não são vistas a olho nu, as áreas periféricas e a pobreza ficam mascaradas e escondidas para quem circula nas grandes vias urbanas.

Segundo Lucena (2013, p.73), a ocupação de João Pessoa se intensifica a partir dos anos sessenta do século XX, mais especificamente no período em que vigorava a ditadura militar (1964 a 1985), pois iniciou-se um processo que se caracterizou por uma ocupação do território brasileiro – ocupação do solo, baseada em uma intervenção estatal, dentro de um macro projeto desenvolvimentista, que somava políticas nacionais de habitação pelo Banco Nacional de Habitação - BNH e políticas de integração nacional, pelo Ministério dos Transportes, substituindo investimentos na malha ferroviária pela criação de uma malha rodoviária que facilitasse o acesso dos grandes centros produtores ao mercado nacional.

Sousa (2006, p. 70 -71) descreve as transformações ocorridas na cidade:

A cidade de João Pessoa passa a ter uma rápida expansão impulsionada pelas grandes intervenções estatais desde o início do período militar com a implantação do Distrito Industrial incentivado pela SUDENE, do Campus da Universidade Federal da Paraíba, com o apoio do MEC e do Anel Rodoviário –coma ligação entre a BR-101 e a BR-230, onde localiza-se o viaduto de Oitizeiro. A política nacional de transportes visava uma integração nacional, sendo responsável pela estruturação-desestruturação do espaço urbano de João Pessoa. A BR-230 ilustra bem essa política: na medida em que a cidade foi crescendo, trechos dessa rodovia foram sendo incorporados ao tecido urbano mudando a sua função para uma via urbana de fato. Formas ilegais de ocupação se desenvolveram nas margens dessa via como: habitações autoconstruídas, empreendimentos comerciais e serviços especializados.

Santos (2005b, p. 79) afirma que “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”. A ocupação de vazios ou interstícios especulativos, efetuada de forma legal ou clandestina, foi determinada a partir dos interesses ou desinteresses dos promotores imobiliários, das ações do Estado e das resistências

---

<sup>3</sup> Zona de Interesse Social: conforme descrição feita na Lei do Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, seção II, artigo 33, inciso I: “terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas ou por assentamentos assemelhados em relação aos quais haja interesse público em promover a urbanização ou a regularização jurídica da posse da terra, delimitados no mapa 3 [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 1993).

das comunidades de baixa renda. Assim, as formas de apropriação, dominação e usos do solo do vale do Jaguaribe, mesmo com o conhecimento do Estado, realizou-se de forma desordenada, desrespeitando as leis 4.771/65 (Código Florestal), alterada pela lei nº. 7.803/89 lei nº 2102 / 75(Código de Urbanismo de João Pessoa) de 31/12/1975 e lei nº2.699, de 07/11/1979, a Constituição Estadual e os Planos Diretores da cidade de João Pessoa de 1974 e 1994, com sua inclusão nas Zonas Especiais de Preservação (SOUSA, 2006; OLIVEIRA, 2001; LAVIERI & LAVIERI, 1999).

Mas, como vimos, o surgimento da São Rafael inicia-se com a granja e é bastante anterior à década de 1970, como podemos observar no quadro sintetizado a seguir:

<b>QUADRO I COMUNIDADE SÃO RAFAEL – JOÃO PESSOA, PARAÍBA HISTÓRICO</b>	
<b>1587</b>	Na região do vale do Rio Jaguaribe, existiam propriedades rurais, em especial o Sítio Jaguaribe, cujos proprietários receberam terras em doação; Em 08 de fevereiro, foi concedida, pela Coroa Portuguesa, uma sesmaria em favor de Francisco Gonçalves Serralheiro, da qual parte hoje é a São Rafael.
<b>Início do século XX</b>	Intensificação do processo de urbanização da cidade de João Pessoa, então Parahyba; Criação do Bairro Jaguaribe e chegada de muitas famílias pobres ao bairro; a área onde está localizada a comunidade São Rafael, passou a pertencer à Fazenda São Rafael.
<b>1922</b>	A Fazenda São Rafael foi comprada pelo Governo do Estado da Paraíba.
<b>1938</b>	Com o intuito de executar o Plano de Racionalização Agrária, durante a gestão do governo estadual por Argemiro de Figueiredo, a Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba transformou a Fazenda São Rafael em Estação Experimental do Litoral; Chegada de cinco famílias de re-imigrantes japoneses, vindas de Tomé-Açu, no Pará, com o objetivo de desenvolver atividades ligadas ao Plano de Racionalização Agrária; Na Estação Experimental do Litoral foram construídos aviário, apiário, coelheira, horto de plantas florestais e de fruteiras. A produção hortifrutícola teve como foco inicial o abastecimento da cidade.
<b>1941</b>	O conflito entre Japão e Estados Unidos, na II Guerra Mundial, provocou o rompimento das relações diplomáticas com o Japão, e, conseqüentemente, foram iniciadas as perseguições contra os japoneses no Brasil; O interventor da Paraíba, Ruy Carneiro mandou a polícia confinar os japoneses, em 13 de março de 1942, em uma colônia agrícola no município de Mamanguape;

	Lavradores brasileiros ocuparam os espaços antes destinados aos japoneses.
<b>1958</b>	Parteda área da Fazenda São Rafael foi doada, pelo chefe do Poder Executivo do Estado da Paraíba, para a construção do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
<b>1968</b>	Intervenções estatais na organização da cidade de João Pessoa: Distrito Industrial (SUDENE), Campus da Universidade Federal da Paraíba (MEC) e Anel Rodoviário; Intervenções estatais não contemplavam a população de baixa renda, esta foi empurrada para dentro do vale do rio Jaguaribe, um espaço ainda sem importância para o Estado e para a capital; Com a necessidade de ampliação da UFPB, o Governo do Estado da Paraíba, adquiriu mais uma parte da Fazenda São Rafael.
<b>Década de 1970</b>	Processo de favelização no vale do rio Jaguaribe, fruto de um constante e intenso fluxo migratório causado pela expulsão de trabalhadores do campo, seja pelas transformações na organização da produção seja pelas secas prolongadas nas regiões áridas da Paraíba (Sertão, Borborema e Agreste).
<b>Década de 1980</b>	Com o Projeto João de Barro, teve início um processo de reurbanização das favelas, com medidas imediatistas e sem efetividade na mudança da qualidade de vida das populações das periferias – na São Rafael as casas de taipas foram desmanchadas e, em seu lugar, reconstruídas casas de tijolos.

Fonte: Elaborado a partir de Lucena, 2013, p. 67-79.

A comunidade São Rafael, ao longo de sua existência tem enfrentado problemas sérios desde que foram construídas casas em condições precárias ao lado do rio. Por muitos anos, os moradores têm tido muitos prejuízos a cada período das chuvas, até porque muitos deles contribuíram para que o rio, que era utilizável até para lavar roupas, ficasse poluído, cheio de objetos, e enchesse a cada período de inverno. Situações trágicas ocorreram em decorrência das chuvas na região como, por exemplo, o alagamento de ruas, das casas, a impossibilidade das pessoas trafegarem com tranquilidade, a precariedade da ponte que liga a comunidade ao Bairro da Torre, embora transitável.

Foi a partir dos anos 80 que o Governo do Estado da Paraíba, na gestão do então governador Wilson Braga<sup>4</sup>, através da Fundação Social do Trabalho (FUNSAT), dirigida

<sup>4</sup> Eleito em 1983 e, portanto, primeiro a assumir a esfera estadual pelo voto direto após o regime militar, Wilson Braga “fez da aproximação com as organizações populares, do amortecimento dos conflitos e da implementação de programas sociais calcados em pequenos empreendimentos, os pilares básicos de sua política. Para isso, foi criada a Fundação Social de Apoio ao Trabalho (FUNSAT), a qual, sob a coordenação da primeira dama, Lúcia Braga, passou a implementar uma série de ações na área habitacional, em paralelo aos programas

pela primeira dama Lucia Braga, realizou atendimentos emergenciais em áreas que sofriam recorrentes inundações e catástrofes por deslizamentos de barreiras.

A partir do Projeto João de Barro, deu-se início ao processo de reurbanização das favelas, com medidas imediatistas e sem efetividade na mudança da qualidade de vida das populações das periferias (SOUSA, 2006; LAVIERI & LAVIERI, 1999).

**Figura 2:** Comunidade São Rafael na década de 1970



Fonte: Arquivo do CPCC, 2010.

A comunidade está localizada no vazio especulativo entre a BR-230 e o rio Jaguaribe, numa área classificada pelas Geociências como área invadida/barreira, sopé, de encosta, e sujeita a inundação (OLIVEIRA, 2001), com um adensamento de domicílios. Este mesmo autor relata a situação de vulnerabilidade:

A ocupação desordenada que ocorre nesse aglomerado está deixando o ambiente bastante vulnerável a riscos de escorregamentos, gerando apreensão nos moradores, notadamente aqueles que têm suas casas construídas em pontos críticos e com grande probabilidade de que um acidente venha a ocorrer. Esta preocupação não é por acaso; ela é fruto de cenas presenciadas no ano de 1985 por ocasião das fortes chuvas que se concentraram nos meses de março e julho, alcançando um dos mais altos índices pluviométricos da cidade de João Pessoa [...], deixando um saldo de

---

tradicionais: os chamados “projetos alternativos”. Estes projetos caracterizavam-se pela urbanização das favelas e programas habitacionais com investimentos modestos [...] e o mutirão como forma de trabalho. O que tinha como resultado habitações de padrão bastante precário. Tal política era acompanhada de perto pela coordenadora da FUNSAT e do Programa de Ações Sócio Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano (PRODASEC URBANO), que incluía uma série de pequenos benefícios de atendimento imediato aos bairros, muitos deles de caráter transitório e cunho clientelista [...]” (LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 52).

trinta famílias desabrigadas, mas sem registro de mortes (OLIVEIRA, 2001, p. 42-43).

Trata-se, portanto, de uma comunidade vulnerável, localizada em um território de exclusão social e econômica, onde as casas foram erguidas num espaço onde o interesse imobiliário não chegaria, sendo habitadas por pessoas que não possuíam muitas opções, configurando-se em um local esquecido pelo Estado, por muitos anos. Pois, como vimos, somente na década de 1980 os interesses políticos favoreceram a melhoria das moradias, e instalaram-se alguns equipamentos sociais, como uma escola e um posto de saúde.

**Figura 3:** Alagamento das casas na comunidade São Rafael (2005)



Fonte: Arquivo do CPCC, 2010.

Por outro lado, vemos também nessa comunidade a luta e resistência de seus habitantes. Os seus moradores têm se unido e aprendido a buscar melhorias. Houve muitas transformações desde que os seus vários segmentos uniram forças. A figura 2 mostra uma comunidade sem calçamento, saneamento básico, a infraestrutura com péssimas condições. A situação da localidade melhorou consideravelmente, segundo relato dos moradores, principalmente a partir no final da década de 90, as ruas ganharam calçamento, conseqüentemente as casas receberam numeração, começaram a ter seu número, fazendo com que os moradores passassem a receber as correspondências nas próprias residências.

Também baseada em depoimentos dos moradores, foi gratificante constatar que toda essa história não foi construída por uma pessoa apenas, mas teve a participação coletiva de

muitos moradores e de várias instituições que passaram pela comunidade. Principalmente, aquelas que foram sensíveis à situação local.

Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo (WEBER, 1973, p. 142).

A comunidade São Rafael tem sido exemplo de muitas conquistas, principalmente em nível de infraestrutura. Já não se vê pelas ruas o esgoto a céu aberto, o lixo passou a ser coletado três vezes por semana, onde antes ficava até duas semanas amontoado num coletor público.

**Figura 4:** Comunidade de São Rafael - Anos 2000



Fonte: Arquivo do CPCC, 2010.

Atualmente, cerca de 3.500 moradores habitam a comunidade, em cerca de 500 residências, de acordo com pesquisa realizada pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES-UFPB) em 2013. A grande maioria das casas é de alvenaria, embora se possam encontrar ainda poucas casas de taipa, próximas ao Rio Jaguaribe, que são as primeiras a sofrerem inundações no período das chuvas. A maioria das pessoas mora em habitações próprias, sem titularização, haja visto que a comunidade advém de área de ocupação.

Segundo dados do IBGE/2010, 58,46% da população do bairro, que possui entre 15 e 50 anos, encontra-se apta ao trabalho, e 89,72% das crianças de 7 a 14 anos frequentam a escola. Moradores acima de 15 anos alfabetizados correspondem a 84,61% do total dessa faixa etária. Mas o nível de escolaridade da população, na sua maioria, se restringe ao Ensino Fundamental completo.

A renda média das famílias é de 1 a 3 salários mínimos. O vínculo empregatício da maior parte dos/as moradores/as é proveniente de atividades informais e, em sua grande maioria, realizado fora da comunidade, sendo que esses/as moradores/as sobrevivem com apenas um salário mínimo. Já os que declaram vínculo com emprego formal, detêm uma maior renda, porém representam uma parcela bem menor da comunidade. Assim sendo, estima-se que a maioria das famílias recebam algum benefício social advindo das políticas redistributivas de renda, das três esferas de governo. Segundo a PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (SEDES, 2015), 135 famílias são beneficiárias do Bolsa Família, compreendendo 31,84% das famílias residentes na São Rafael .

Hoje a São Rafael ainda se encontra com vários problemas estruturais e sociais, como todas as demais comunidades de baixa renda, entre eles, destacam-se: o saneamento básico deficiente; existe uma única Unidade de Saúde da Família - USF, que funciona de forma precária em uma residência alugada e atende a toda a demanda existente na comunidade; não existe nenhuma Unidade de Polícia Solidária.

**Figura 5:** Moradora da comunidade denunciando em rede social, a situação da comunidade em período chuvoso - maio de 2017.



Fonte: Página do Facebook do CPCC, 2017.

Segundo Milton Santos (2006, p.218), precisamos considerar que as dimensões espaciais, seja a comunidade, o local e a região, relacionam-se entre si e, por isso, para

compreendê-las, há que se levar em conta as relações e as interdependências históricas, econômicas, políticas, comunicacionais, sociais entre elas, sem menosprezar, é claro, as especificidades. Em outras palavras, as delimitações físico-geográficas não se prestam a entender os espaços em questão no mundo contemporâneo, ao menos não como critérios únicos. Sendo assim, a Comunidade está inserida numa complexidade social que não abandona as delimitações físicas, mas também não se limita a elas.

De acordo com Lucena (2013, p. 33), no caso da comunidade São Rafael, há outro elemento constitutivo de sua identidade, a menção de que é uma favela (LAVIERI & LAVIERI, 1999). As favelas são alvo de estereótipos associados às características do ambiente de moradia e aos comportamentos e atitudes atribuídos aos seus moradores. Pois há também uma concepção moral do termo favela enquanto espaço estigmatizante. O aumento da violência e do narcotráfico, cujas bases de distribuição localizam-se principalmente em favelas, contribuiu para que essas fossem qualificadas pela mídia e pelo senso comum como dissipadoras da criminalidade. Isso fez construir-se no imaginário social uma série de mitos ligados à pobreza, à violência e à criminalidade que implica na estigmatização de seus habitantes. Essa estigmatização é atrelada a uma identidade deteriorada e depreciativa, em uma relação de subordinação na estrutura social, que não é necessariamente reconhecida pelos próprios moradores da área chamada favela, o que provoca, conseqüentemente, a negação desta identidade de “favelado” (GONDIM, 2010; FREIRE, 2008).

A violência, assim como no restante do país, cresce e se dissemina gradativamente pela comunidade (gerando o famoso sentimento de impunidade), principalmente a violência estrutural vivenciada por parte da juventude, negra e empobrecida. A falta de oportunidades pode deixar esse público vulnerável à criminalidade, ao consumo de drogas e à violência urbana. Problemas que fazem parte do dia a dia das comunidades de baixa renda identificam-se também em São Rafael.

Para Barbotin (2014, p. 52), a São Rafael enfrenta alguns riscos de origem natural, pois uma vez que se situa entre a barreira da BR-230 e o Rio Jaguaribe, convive, em épocas de chuva, com o risco de deslizamentos e de inundações. Outro tipo de risco é ocasionado pelo fato de ter apenas uma saída, o que facilita a ação de grupos que desejam agir na ilegalidade, como é o caso daqueles que atuam no tráfico de drogas ou efetuam roubos e/ou furtos, o que, infelizmente, é uma realidade na comunidade.

No que se refere ao tráfico de drogas e suas consequências, a pesquisa realizada por Nogueira (2009) na São Rafael dá conta da existência da prática de venda de produtos furtados ou roubados em relação direta com o tráfico de drogas, como fica evidente na fala de um dos moradores.

Agora celular eu já compro do povo daqui, porque o dinheiro é à vista, é barato, tem de 10 de 20, 30 até de 100, os mais caros eles dividem em duas vezes, tem até de câmera. Sempre está aparecendo, aparece de tudo: cadeira, mesa, os pestes trazem de tudo, às vezes até mesa nas costas. Homem, é muita coisa que eles arrumam, trazem televisão grande de 29 nas costas, DVD, som, até roupa. Até as nossas roupas eles roubam do varal. Evende aqui mesmo, principalmente as de crianças. Aí eles vendem na rua dizem assim: olha vendem porta, panela, cano, carro de mão... É tudo, homem, telha, tudo que pensar, tudo é dinheiro para se consumir a droga deles. Roubam loja, casa em construção, gás, tudo. (João, em entrevista apud NOGUEIRA, 2009, p. 11)

Para analisar a questão da violência presente na sociedade brasileira, é necessário analisar processos históricos, econômicos e sociais que deram origem a esta nação, e também se faz necessário inserir esta análise, o seu marco, em uma sociedade globalizada, para que possamos demarcar o processo de vulnerabilidade e risco social, em que vivem as comunidades periféricas.

Segundo o *Atlas da Exclusão Social no Brasil: Dez Anos Depois* (GUERRA, POCHMANN; SILVA, 2014) - tendo como autores Castro, Oliveira, Amorim, Coelho, Reinach, o conceito de exclusão social utilizado pelos autores amplia as visões acerca da pobreza e desigualdade, ao interpretar a exclusão social como parte integrante do processo de desenvolvimento capitalista, em que cada país ou região tem estruturas e dinâmicas sociais próprias. No Brasil, o processo de acumulação de capital ocorreu, historicamente, de maneira dissociada de uma integração e homogeneização social, de modo mais perverso do que nos países desenvolvidos.

A violência deve ser visualizada de forma a superar uma perspectiva dicotômica da inclusão e exclusão, de modo a captá-las como categorias componentes de uma mesma dinâmica, na qual as pessoas podem transitar ora em formas de inclusão, e ora em momentos de exclusão, decorrentes de processos sociais fragmentados, diferenciados e plurais. Daí, pois, que a questão da violência nos remete a contextualizar as questões vivenciadas na comunidade, sobretudo a exclusão social; esta tem sido uma categoria importante e presente nas análises que buscam relacionar violência e a questão dos Direitos humanos. Enfatiza-se o

fato dos excluídos dos direitos serem os alvos mais imediatos da violência, não se pode, contudo, realizar uma análise superficial da questão, para não serem reforçados os estigmas de que a violência “vem do Preto Pobre”. Outro motivo de discriminação é o estigma de morar na periferia, usualmente associada com miséria, violência e criminalidade. Desse modo, o local de moradia, por si só, já seria um fator de exclusão.

Como assinala Bruto da Costa (2005), “devemos olhar a exclusão como um fenômeno complexo e heterogêneo, com causas estruturais e intermediárias, ao mesmo tempo econômicas, sociais, culturais, patológicas, ou auto – destrutivas”. A pobreza, no entanto, é a forma de exclusão mais ampla. Segundo Pochmann e Amorim, (2003), a exclusão é configurada por segmentos sociais deserdados de alguma condição de vida digna, que nunca foram dignamente considerados. A ênfase nessa definição, portanto, é a *dignidade*, conceito que depende de valores, culturas e normas. Aliás, o preâmbulo da DUDH - Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, assim dispõe: “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.

Portanto, a exclusão é definida, nesse contexto teórico e prático, como “negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território.” A exclusão é um processo dialético e histórico: decorrente da exploração e da dominação, estrutura a vida das pessoas e coletividades, alguns levando vantagens e outros, desvantagens. Categoria e processo, a exclusão é diversificada, relacional, multidimensional, e gera disparidades, desigualdades, apartamentos sociais, inferiorização, esgarçamento de laços sociais, políticos e familiares; implica em “desqualificação, sofrimento, inacessibilidade a serviços, insustentabilidade e insegurança quanto ao futuro, carência e carenciamentos quanto às necessidades, com invisibilidade social, configurando um distanciamento da vida digna, da identidade desejada e da justiça” ([http://www.icsw.org/images/docs/events/2006\\_brazil/17\\_07\\_pdf/vicente\\_faleiros.pdf](http://www.icsw.org/images/docs/events/2006_brazil/17_07_pdf/vicente_faleiros.pdf)).

Ainda de acordo com Faleiros (2006, p. 4), “o processo de inclusão/exclusão se inscreve em relações complexas”, formas de afirmação/negação do sujeito seja nas condições do mercado capitalista, significação das condições pessoais, relações/condições de vida, relação com o Estado de direitos. “A exclusão é uma expressão direta da desigualdade social, econômica, política, cultural e simbólica, desigualdade estruturada e estruturante.” (IDEM).

## 1.2 DA EXCLUSÃO À RESISTÊNCIA: CONSTRUÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS COMUNITÁRIAS

Por ter surgido da ocupação por parte dos ex- trabalhadores/as da fazenda São Rafael, a comunidade traz em sua história a força de resiliência de seus fundadores. Como processo de construção histórica, destacamos a luta pela garantia de direitos sociais.

O primeiro momento de desenvolvimento de nossa Pesquisa de Campo teve início na construção do PEP – Planejamento Estratégico Participativo, do CPCC, quando participamos como facilitadora da construção desse instrumento organizacional comunitário, em que contamos com a presença de lideranças históricas (antigos moradores da comunidade), bem como dos jovens que atuam na organização. Fruto dessa primeira sessão do PEP, construímos a Linha do Tempo da comunidade. Nesse momento, solicitamos aos participantes para, juntos, relembrem a constituição do CPCC, como surgiu, com que finalidade, em que contexto social e comunitário. E solicitamos que os/as sócios/as fundadores/as, moradores/as mais antigos/as, e membros atuais da associação, resgatassem esse processo de construção da instituição, a partir da construção da Linha do Tempo, onde foram destacados os seguintes fatos e acontecimentos.

<b>QUADRO II</b> <b>Acontecimentos marcantes da Comunidade São Rafael e criação do CPCC:</b> <b>Visão da Comunidade</b>	
<b>Ano</b>	<b>Acontecimento</b>
<b>1916</b>	Fazenda Granja São Rafael (02 Famílias de Trabalhadores na Granja – Trabalhando para o governo)
<b>1930</b>	06 famílias de moradores na fazenda com cultivo e comercialização da produção agrícola
<b>1960</b>	CEAP interveio e construiu casas no Castelo Branco mas alguns moradores permanecem na São Rafael
<b>1968</b>	Surgimento da Comunidade São Rafael
<b>1980</b>	Expansão da comunidade e Fundação da Associação de São Rafael e Criação do Núcleo de Base do PT – Partido dos Trabalhadores
<b>1985</b>	Enchente que derrubou várias casas na comunidade
<b>1986</b>	Projeto Mutirão para construção das casas – Projeto do Governo Wilson Braga
<b>1987</b>	Fundação da Igreja do Nazareno e a EBE com Projeto de Alfabetização
<b>1990</b>	Luta pelo posto de saúde, calçamento, saneamento

<b>1992</b>	Criação da Amplificadora Comunitária
<b>1990 – 1995</b>	Urbanização da Comunidade
<b>1997- 1998</b>	Surge a Escola Infantil da EBE e Escola Publica de São Rafael
<b>1998</b>	Criação da Cooperativa Porta do Sol (Projeto da Empresa Junior do Curso de Administração da UFPB)
<b>1999</b>	Início do trabalho com a Amazona e o uso do nome comunidade ao invés de favela
<b>2000</b>	Expansão da comunidade – moradores ocupam espaço de quem tinha mais terreno – criação das ruas. Inauguração da Praça Instalação da Rádio Fala Garotada – Difusora
<b>2005</b>	Criação do CPCC - autorização da Criação da Rádio Comunitária Voz Popular Criação da Padaria com a parceria INCUBES ( UFPB)
<b>2006</b>	Eleições com maior número de eleitores/as para a Associação dos Moradores, com envolvimento direto do CPCC na Chapa vencedora
<b>2008 -2009</b>	Luta pela construção da Passarela sobre a Avenida Pedro II
<b>2010</b>	Premiação do Jardim Comunitário Criação do <i>site</i> do CPCC
<b>2012</b>	Compra da sede do CPCC e a criação do Banco comunitário Jardim Botânico Criação da Doceria Comunitária– Projeto ESSOR/ Instituto Renner
<b>2013</b>	Finalização da Escola da EBE e o CPCC e Igreja mantém ações com crianças Inauguração da Praça
<b>2014</b>	Início do Projeto Taekwondo Solidário
<b>2015</b>	Lançamento da Pedra Fundamental do Centro Comunitário – Visita do Ministro da Economia Solidária – Paul Singer, à comunidade
<b>2016</b>	Banco Comunitário: Jardim Botânico lança o aplicativo e-dinheiro, visando a sustentabilidade das ações comunitárias

Fonte: depoimentos colhidos durante realização da pesquisa de campo, 2016. Realização do Planejamento Estratégico Participativo - PEP, do CPCC.

Analisaremos essa linha do tempo em maior profundidade no capítulo quatro da dissertação – que tratará da pesquisa de campo, mas, neste momento, gostaríamos de tratar de alguns fatos da história da comunidade nos detendo aos acontecimentos diretamente ligados ao processo do desenvolvimento comunitário a partir da organização social de seus moradores/as.

Destacamos, assim, a criação da Associação de Moradores da Comunidade São Rafael, nos anos 80, em plena efervescência do surgimento e atuação, no Brasil, dos

movimentos sociais e do trabalho da Igreja Católica junto às comunidades de base, pautada na Teologia da Libertação. É ainda no fim dos anos 70 início da década de 80, na busca pela redemocratização do Brasil, que um conjunto diversificado de movimentos se fortalece e ganha expressão, tais como o Movimento Negro, de gênero, direitos do consumidor, falas progressistas da Igreja Católica, como a Teologia da Libertação e as Pastorais, bem como as Comunidades Eclesiais de Base, o movimento pela anistia, movimentos de Direitos Humanos, dentre outros.

Baseado no depoimento dos/as moradores/as, a Associação de Moradores de São Rafael surge no mesmo ano em que as lideranças comunitárias criam o núcleo de base do Partido dos Trabalhadores - PT; essas pessoas que estavam à frente vinham da luta pela criação do PT, e o então presidente também era do Sindicato da Construção Civil.

Segundo Benedito Tadeu César (2002, p.32-58) “o PT nasceu assim, quase que como o coroamento do processo de (re)ativação da participação popular, no espaço da sociedade civil, vivido no país durante a década de 1970”.

O Partido dos Trabalhadores é hoje o principal partido da esquerda brasileira, e um dos maiores partidos de esquerda da América Latina, ao longo de mais de duas décadas de existência o PT traz em si o que o originou e é marcado ainda pela junção que o deu vida, a união de várias pessoas que militavam nos movimentos populares urbanos e rurais, intelectuais da vanguarda universitária, organizações ligada a esquerda, como também as pessoas da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação. Trabalhadores, estudantes, e militantes de diferentes bases ideológicas se uniram em torno da concretização de um projeto de partido de massa, o que gerou uma dinâmica interna marcada pela formação de grupos com referenciais ideológicos diferentes, fato que foi se intensificando após sua fundação até os dias atuais – conhecido como tendências internas do partido.

Essas pessoas que se uniram para criação do partido estavam presentes em várias lutas, assim, o PT esteve diretamente presente nas organizações sociais nas comunidades, através dos núcleos de base, a exemplo da comunidade São Rafael. No momento da realização da pesquisa de campo tivemos a oportunidade de vivenciar uma reunião entre o CPCC e o então candidato a prefeito da capital, no pleito de 2016 – Professor Charliton Machado (PT), que destacou que “a organização do partido na capital paraibana esteve diretamente ligada aos núcleos de base, sendo um deles a comunidade de São Rafael e a comunidade vizinha Padre Hildo Bandeira, movimento liderado por seu Afonso, ligado ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e morador da comunidade de São Rafael”, o qual também foi

referenciado pelas lideranças comunitárias presentes na reunião, sendo citado como um dos fundadores da Associação Comunitária de São Rafael.

**Figura 6.** Reunião com Lideranças Comunitárias CPCC



Fonte: Arquivo da pesquisa de campo, 2016.

São novos atores sociais com novas formas de atuação, através de ações coletivas. Novos movimentos populares, o povo como protagonista, se organizando e lutando por seus direitos. Esses movimentos de base popular, atuando para as massas, povo para o povo e com o povo, isso se deu principalmente devido à influência, nessa conjuntura, do pensamento de Gramsci sobre os intelectuais, tendo como foco o sujeito social como autor de transformação. Como destaca a reflexão da socióloga Kelly Goss:

(...)desde a década de 1970 até meados dos anos 1980 os discursos dos movimentos sociais e as análises sobre sua atuação são orientados pela ideia do “povo como sujeito”. (...)a mudança de avaliação em relação ao papel político atribuído ao povo, que de “massa amorfa” transfigura-se em sujeito, foi determinada por dois fatores: a crise do marxismo clássico e a influência de Gramsci sobre parte da intelectualidade brasileira, provocando uma releitura do popular. (...) A comunidade, por excelência o lugar do cotidiano e das relações interpessoais, passou a ser o novo espaço do conflito e da emancipação. Na América Latina, os novos movimentos sociais (...) são diferentes dos novos movimentos sociais europeus, por se desenvolverem em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias e por sistemas judiciários inoperantes. (...). Enfim, “novo”

passou a referenciar movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários à sobrevivência humana, como também reivindicavam a garantia dos direitos sociais modernos, de igualdade, liberdade e democratização das relações sociais. (GOSS, 2004, p. 75-91).

Mas, em contraponto, a organização comunitária ocorre também no governo do então governador Wilson Braga, através da implementação do já citado projeto João de Barro, quando as comunidades de João Pessoa vivenciam uma postura política do governo estadual da época, que visava “pulverizar ações em vários pontos críticos de conflito popular”, “ampliar sua base de apoio e angariar dividendos políticos” e, “se por um lado criou insatisfações – sobretudo entre as antigas lideranças populares – por outro lado, criou uma ampla base de sustentação política nas periferias” (LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 53)

Através da construção dessa Linha do Tempo, junto aos moradores/as, podemos notar que a comunidade São Rafael possui uma forte origem de organização comunitária, que vem se consolidando ao longo dos anos, com a presença e o apoio de várias organizações e de políticas públicas de inclusão social desenvolvidas na comunidade.

Entendemos que é relevante a participação da comunidade no seu processo de desenvolvimento. Desse modo, o desenvolvimento comunitário constitui-se como:

Uma técnica de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planejamento e execução de programas no nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida (ANDER-EGG 1980, p. 69 apud CARMO, 1999, p.77).

Tanto no processo de análise do desenvolvimento comunitário quanto no de sua análise, portanto, deve estabelecer-se a conexão entre as instituições sociais/ONGs/associações comunitárias/grupos comunitários e o conjunto da comunidade envolvida na promoção de projetos e políticas sociais. Logo, o conceito de desenvolvimento comunitário, por ser bastante amplo e exigir uma acurada compreensão, constitui-se relevante contribuição para o enriquecimento deste trabalho.

Gohn (2004) afirma que quando uma comunidade se insere numa articulação que extrapola os limites de seu território e se alia a um movimento social, isto resulta num sentimento de pertencimento social e, por conseguinte, na definição de mais uma identidade comunitária que retroalimenta o poder político da comunidade.

É nessa perspectiva que, mais adiante, referimos à inter-relação entre os conceitos apresentados neste trabalho, demonstrando que o próprio desenvolvimento comunitário exige a continuidade de promoção do desenvolvimento dentro das comunidades, de modo que, bem organizadas, essas possam articular os seus recursos, procurando respostas aos seus problemas sociais.

Como analisado por Lucena (2013, p. 33-34), o poder comunitário fundamenta-se num conjunto de condições que a comunidade dispõe para fazer valer os seus interesses e alcançar os seus objetivos. As condições de poder da comunidade perpassam o discernimento que ela tem sobre sua realidade e sobre as alternativas de enfrentamento dos problemas; a capacidade de organização da população; o conhecimento e o domínio de técnicas e táticas acumuladas, também, nas próprias experiências de enfrentamento; a circulação/comunicação de ideias da população; os bens materiais possuídos pela população. Para Souza, somente se essas condições funcionarem de forma encadeada, o poder da comunidade se fortalece (SOUZA, 1987).

### 1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO INÍCIO DO TRABALHO DA ONG AMAZONA NA COMUNIDADE E SÃO RAFAEL

A Amazona – Associação de Prevenção à AIDS surgiu em abril de 1996, data em que se constitui sua fundação informal, ou seja, que passou a existir de fato (pois já realizava sua ação social), mas só foi legalmente registrada em 1998, em João Pessoa. Sua origem remonta a um projeto de uma Organização Não Governamental (ONG) francesa chamada ESSOR, que já iniciou seu trabalho com a intencionalidade de constituir uma organização local.

O propósito da ESSOR era criar uma entidade para desenvolver um projeto de prevenção à AIDS para, em seguida, autonomizá-la. Constituir condições financeiras e habilidades técnicas, para que, em seguida, ela se tornasse independente. O projeto previa intervenção comportamental com profissionais do sexo de João Pessoa, estimulando a formação de ONGs brasileiras, que trabalhassem com profissionais do sexo, em todo o território nacional, mas, fundamentalmente, a criação de uma entidade local – a Amazona.

Assim, com essa intencionalidade e através das diversas iniciativas concretas da ESSOR, a Amazona se constituiu como Organização Não Governamental sem fins lucrativos e hoje atua na sociedade de maneira independente, contribuindo para o desenvolvimento humano de adolescentes jovens e familiares de comunidades populares da Grande João

Pessoa, fundamentalmente na prevenção das DST/HIV/AIDS com todo o público beneficiado da Instituição, para o fortalecimento de Organizações Sociais Populares (OSPs); e atuando também nos espaços de políticas públicas, empenhando-se na busca de melhores condições de vida para populações socialmente vulneráveis.

Dessa forma, a Amazona se consolida com a seguinte missão institucional: “Contribuir com o desenvolvimento humano, promovendo o fortalecimento da cidadania e a auto-organização da população em situação de vulnerabilidade social” (Relatório do Planejamento Estratégico Participativo - PEP 2015).

**Figura 7. Site Institucional da Amazona**



Fonte: Página do site da ONG Amazona, 2017.

Para a realização de sua missão, a partir de 1999, a Amazona definiu o seu público prioritário, ao atuar junto às populações de baixa renda, atendendo especialmente um público de adolescentes e jovens, envolvendo também seus familiares, comunidades de uma forma geral; bem como profissionais do sexo da Grande João Pessoa e Campina Grande - PB. O trabalho passou a ser desenvolvido em parceria com as OSPs (Organizações Sociais Populares), visando o fortalecimento dessas organizações, promoção da saúde, direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, educação para o trabalho, projeto de vida e comunicação comunitária através da implantação de rádios difusoras, dentro de um processo de formação e integração desse público, contribuindo para a diminuição da sua vulnerabilidade à situação de riscos sociais.

Em seu Relatório do Programa Trienal<sup>5</sup>(2010-2013), a entidade se apresenta por opção metodológica, desenvolve trabalhos nas comunidades populares em parceria com organizações sociais locais, ou seja, não realiza o trabalho isolada e diretamente com as populações locais, mas essa relação é mediatizada por organizações presentes em tais comunidades. Esta opção metodológica quer evitar o vanguardismo e o verticalismo presentes nas ações de muitas ONGs e organismos governamentais, que chegam nas comunidades como portadores de um certo conhecimento técnico, dispostos a “ensinar”, “conscientizar”, “disciplinar” as populações locais, que seriam pretensamente necessitadas de tais conhecimentos e informações. Apesar das reconhecidas boas intenções de tais iniciativas, percebe-se pouca consequência de tais ações para o cotidiano e para a vida das ditas “populações beneficiadas”, ou do “público alvo”.

Nesta reflexão entre missão e ação da entidade, foi afirmada a opção metodológica do aprofundamento das ações na base onde a Amazona trabalha (sobretudo as comunidades populares, geralmente localizadas em áreas de extrema vulnerabilidade social e ambiental), e na problemática central que caracteriza sua identidade e missão institucional, a luta contra a epidemia da AIDS, enfocando os públicos prioritários que, em grande medida, estão relacionados com algumas das tendências da epidemia na atualidade, que são os jovens, as mulheres e os moradores de áreas populares.

Contudo, para evitar que esta opção metodológica de focar ou especificar o trabalho da entidade não se revele como basismo ou incorra no risco do “localismo” ou “especificismo”, a Amazona buscou construir alguns antídotos para evitar isso, ou seja, as mediações necessárias entre o local e o global, entre o específico e o geral, entre o comunitário e o globalizado. Nesse sentido, decidiu relacionar a sua atuação específica com o conjunto dos “objetivos do milênio”, ou os “oito modos de mudar o mundo” (estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 2000). Com esta escolha, a entidade quer continuar aprofundando seu trabalho de base, mas situando-o num processo global de mudanças mais amplas e profundas.

Do ponto de vista metodológico, esse caminho se define a partir da localização da ação central da entidade como parte direta de um dos objetivos do milênio - combater a AIDS,

---

<sup>5</sup> Relatório do Programa Trienal da Amazona, realizado em 2010, através de consultoria externa pelo Professor Dr. Paulo Afonso Brito. Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2007).mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1990), graduação em Ciências Sociais (bacharelado) pela Universidade Federal da Paraíba (1983), graduação em Ciências Sociais (licenciatura) pela Universidade Federal da Paraíba (1982). Atualmente é professor de sociologia, na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia rural, movimentos sociais, participação popular, juventude. educação popular.

a malária e outras doenças; do diálogo, de forma mediatizada, com dois outros objetivos - igualdade entre os sexos e valorização da mulher bem como acabar com a fome e a miséria, considerando que existe uma plataforma de ação na luta global por um mundo melhor, portanto, considerando-se, ela própria, “parceira moral” dos demais objetivos do milênio: educação básica de qualidade para todos, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde das gestantes, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. Assim, a Amazona continua aprofundando o seu trabalho de base, conectada com a luta global por um mundo melhor, mais justo, mais igualitário, mais saudável, mais solidário.

Nasce daí a atuação da entidade na Comunidade São Rafael, em 1999, por ocasião da implementação do Projeto de prevenção de transmissão do vírus HIV/AIDS e das DSTs na população de baixa renda no Brasil. Financiado pela União Europeia, que previa a atuação em 12 comunidades periféricas da Grande João Pessoa, entre elas a de São Rafael, sendo a Organização Social Parceira na localidade a EBE – Escola Beneficente Evangélica.

Durante os anos 2000 a 2005, vários projetos foram desenvolvidos na comunidade, entre os quais destacamos o Projeto Fala Garotada, desenvolvido desde setembro de 2002, em parceria com organizações sociais populares (OSPs) de João Pessoa, Bayeux e Conde. Surgiu como fruto da parceria entre a Amazona e a PETROBRAS. Esse trabalho teve como objetivo geral contribuir para a inclusão social de adolescentes de baixa renda. Intentava-se, também, a implantação de rádios difusoras comunitárias em seis comunidades, com a produção de programas sobre prevenção às DST/HIV/AIDS.

Um fato marcante do projeto é que envolve adolescentes e jovens diretamente com as rádios comunitárias, elaborando programas de cidadania e participando de formações e articulações em prol da democratização da comunicação. Nesse projeto destacado, foi dada uma importância fundamental à consolidação das ações nas rádios comunitárias, pois essas são utilizadas como meio para a constituição de espaços de democratização da informação, de controle social e de diálogo na comunidade para a discussão e resolução de suas problemáticas sociais.

A prova disso, do trabalho na linha da autonomia e organização social de base, foi que, como resultado desse trabalho em parceria inicialmente com a EBE na comunidade de São Rafael, e por ocasião da criação da Rádio Voz Popular, constatou-se a necessidade de ampliação das parcerias locais na comunidade para implementação do Conselho Gestor da

Rádio. Em decorrência dessa atuação, os jovens acompanhados pelas ações desenvolvidas pela Amazona fundam o CPCC – Centro Popular de Cultura e Comunicação.

Fundado em 2005, este Centro tem promovido ações de desenvolvimento comunitário, nas quais tem colaborado com o processo de transformações locais da Comunidade São Rafael e vizinhanças. Nesse período, foram desenvolvidas diversas ações nas quais a Comunidade tem participado e se tornado referência em desenvolvimento local sustentável, economia solidária, comunicação comunitária e na implementação de ações de proteção das crianças, adolescentes e jovens.

Desde sua fundação, o CPCC participa das lutas e reivindicações pela democratização da comunicação, através da atuação direta no movimento social de radiodifusão comunitária, atuando e formando, assim, novos comunicadores na Comunidade e em todo o Estado da Paraíba, gerando a implantação de novas rádios comunitárias em parceria com a Rádio Comunitária Voz Popular.

Através da rádio comunitária foram incorporadas práticas de difusão de iniciativas, que buscaram inserir jovens e adultos no mercado de trabalho, a partir da constituição de grupos produtivos pautados pelos princípios da economia solidária, por acreditarem que a economia solidária configura-se como uma forma diferenciada de inserção no mundo do trabalho e, por extensão, proporciona a melhoria da qualidade de vida e de consumo a partir da integração e da solidariedade dos/as moradores/as.

Hoje, o CPCC atua em três áreas: Radiodifusão Comunitária, Economia Solidária e Crescimento Territorial Sustentável, através das seguintes ações:

A Rádio Comunitária Voz Popular

A Padaria Comunitária São Rafael

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico

O Ponto de Cultura Voz da Periferia

Todas essas ações possuem um único objetivo: o Crescimento Local e Sustentável da Comunidade São Rafael.

**Figura 8.** Mobilização Social - Grito dos Excluídos 2015.



Fonte: Arquivos da ONG Amazona, 2012.

Sendo assim, a partir desse resgate histórico da comunidade São Rafael, sua origem, formação, e construção social, passaremos a analisar a sua parceria com a ONG Amazona, partindo destes pressupostos apresentados.

## **CAPÍTULO 2. A TRAJETÓRIA DAS ONGS NO BRASIL: A INSERÇÃO DA AMAZONA**

### **2.1 SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DAS ONGS NO BRASIL: O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONCEITUAL**

O surgimento das ONGs no Brasil está fortemente ligado ao processo de luta contra o regime militar instalado em 1964 no país, pois, nesse dado momento histórico, coube aos movimentos sociais produzir consensos contra-hegemônicos, a fim de alicerçar a conquista de novos tempos, baseado num estado democrático. Para isso, era necessário expandir a sua base de sustentação diversificando sua militância, os sujeitos e agentes e, assim, constituir frentes amplas de oposição à ditadura, que perdurou de 1964 a 1985.

A tomada do Estado, nesse caso, era vista de forma privilegiada para colocar em prática as reformas necessárias para o país. Por isso, aos movimentos sociais e a sociedade civil cabia construir um projeto popular para o Brasil, para realizar mudanças que passavam pelo âmbito estatal. Neste período de repressão, constitui-se a resistência dos movimentos sociais. Segundo Medeiros:

Vários autores associam o ‘ressurgimento’ da sociedade civil no Brasil ao aparecimento dos movimentos sociais da década de 70 e 80. Durante o período de ditadura militar, no qual os canais de diálogo entre setores reivindicativos da sociedade e o Estado eram praticamente inexistentes, surgem movimentos populares sob a forma de uma diversidade de ações localizadas de luta por melhorias nas condições de vida da população, que a partir do final da década de 70, irrompem enquanto “novos personagens” no panorama político brasileiro. (MEDEIROS, 2002, p. 27).

O termo Organizações Não Governamentais (ONGs) tem origem na Europa, vinculado ao sistema de representações das Nações Unidas que atribuiu essa nomenclatura àquelas instituições que embora não representassem qualquer país em específico, pareciam significativas o bastante, devido à relevância das questões que mobilizavam, para ocupar um lugar efetivo na ONU. Esta denominação já tinha sido utilizada na década de 1940, no âmbito das Nações Unidas, para designar organizações da sociedade civil com atuação internacional, mas essas são as OINGs principalmente na ajuda humanitária, e que eram convidadas a participar dessa instância ao lado de representantes oficiais dos Estados-membros.

Em sua origem, estas instituições (ONGs) se fundam e se legitimam enquanto grupos de apoio aos movimentos sociais (movimentos de defesa de direitos humanos, direitos sociais, prestação de serviços à

comunidade, superação da desigualdade social, educação/capacitação de agentes de transformação social, movimentos ambientalistas, etc.). É nesse mesmo período (desde o surgimento) que se dá a aproximação dessas organizações com entidades internacionais (governamentais e não governamentais) que passam a financiar essas ações. . (IDEM, 2002, p. 44).

Como afirmam Fischer & Falconer (apud Medeiros, 2002, p.45), a própria adoção do título ‘ONG’ pelas instituições brasileiras, parece estar ligada a uma assunção, por parte dessas, dos discursos e práticas dos órgãos internacionais. Uma vez que os financiadores (as Agências Internacionais) buscavam vincular seu nome e sua imagem ao esforço em minimizar as consequências de um regime de governo totalitário e intolerante. A adoção da expressão ‘Organização Não-Governamental’, pelas instituições brasileiras, representava a garantia de comunhão com os mesmos ideais democráticos que inspiravam os órgãos financiadores.

No Brasil, o termo ONG começa a ser melhor visualizado a partir dos anos de 1980, principalmente se considerarmos que é nessa década que passamos a viver o processo de abertura política depois do golpe militar de 1964. Porém, há vinte anos, foi a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, que ajudou a tornar popular no país o termo ONG — Organização Não Governamental, identificando, assim, certo tipo de organizações sem fins lucrativos, diferenciadas das fundações e associações de cunho assistencial, filantrópico ou de ajuda mútua que, tradicionalmente, compuseram o campo institucional não lucrativo no país, tais como a LBV – Legião da Boa Vontade, as Casas de Caridade, entre outras.

Essa nova fase da relação da sociedade civil com as Nações Unidas inicia-se com a Conferência sobre Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, conforme referido.

No processo Rio-92, essas organizações- as ONGs, passaram definitivamente a ser reconhecidas, tanto no Brasil como no mundo, como atores relevantes nas negociações internacionais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. (Revista ABONG<sup>6</sup>, 2013, p.16).

A partir deste marco, as ONGs ganham espaço no cenário internacional, pois desde então, sua presença nos espaços de governança mundial é crescente, organizando campanhas e estratégias de *advocacy* para influenciar decisões governamentais e multilaterais, sejam no monitoramento dos compromissos assumidos ou na cobrança pela efetivação dos acordos

---

<sup>6</sup> <<http://www.abong.org.br/ongs.php?id=18>>.

mais efetivos para a promoção da justiça socioambiental e dos direitos humanos, principalmente nos órgãos das Nações Unidas.

Soma-se a isto a interlocução junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a blocos de países como a União Europeia e o G20.

A incidência política dessas organizações no âmbito global se funda em sua capacidade de aliar a experiência direta com os problemas sociais e ambientais de comunidades nas diversas regiões do globo com a formação de redes e fóruns nos âmbitos nacional e internacional, integrando demandas específicas de grupos em agendas amplas referenciadas a valores universais como os direitos humanos, a igualdade e diversidade, a democracia e os bens comuns. Redes e fóruns de organizações da sociedade civil, movimentos e pastorais sociais se mostram capazes de construir canais de comunicação por meio dos quais ameaças ou revezes sofridos por grupos em qualquer continente podem desencadear redes de solidariedade ao redor do planeta. Do mesmo modo, suas lutas e conquistas inspiram outros grupos que vivem problemas similares, multiplicando e difundindo experiências neste fazer social. Neste novo milênio, as possibilidades de conexões se ampliam e diversificam com a disseminação dos meios digitais de comunicação; o intercâmbio e as ações em parceria criam laços solidários e impulsionam a ação coletiva, amplificando seu poder de incidência política em âmbito local, nacional e internacional. (Revista ABONG, 2013, p.18).

Nesse contexto, ocorre o I Fórum Social Mundial - FSM, constituído através de uma associação entre ONGs (Organizações Não Governamentais) brasileiras, ONGs Internacionais e movimentos sociais. Com o objetivo de reunir, em um encontro mundial, pessoas e movimentos sociais contrários às políticas neoliberais do FEM (Fórum Econômico Mundial).

Com o Fórum Social Mundial foi possível realizar um amplo debate democrático de ideias, reflexões e um compartilhamento de experiências entre sociedade civil, movimentos sociais e ONGs. Sua intencionalidade política foi atrair pessoas e movimentos sociais contrários ao processo de globalização neoliberal, que estava em pleno curso, sendo assim uma maneira de fazer o contrapondo.

A primeira edição do Fórum Social Mundial foi realizada em 2001, na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande Sul, Brasil. Reuniu mais de 20 mil pessoas de 117 países diferentes, sob o lema “Outro mundo é possível”. Devido ao sucesso, outros encontros foram realizados.

O Fórum se realizou várias vezes (em 2001, 2002, 2003 e 2005), no Brasil, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul; em 2004, na Índia; de forma descentralizada em 2006, e em Nairobi, Quênia, em 2007. A nona edição do Fórum novamente teve lugar no Brasil em 2009, em Belém, capital do Estado do Pará.

O processo do Fórum Social Mundial (FSM), iniciado em 2001, com participação destacada de organizações da sociedade civil brasileira, se constitui no principal canal de expressão desse movimento de cidadania planetária com vistas à construção de alternativas mais solidárias, justas e sustentáveis para nossas sociedades ao redor do planeta. Mais recentemente, a “Primavera Árabe”, os movimentos dos “Indignados” e dos “Occupy” renovam estratégias e reafirmam o potencial de propagação de movimentos de transformação social pelo mundo. (Revista ABONG, 2013, p. 18).

Em 2013, o IPEA publicou, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), o estudo *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005*, mostrando que, entre 1996 e 2005, o crescimento desse tipo de organização havia sido de 215,1%; de 107,3 mil para 338,2 mil em todo o Brasil. Segundo esse estudo, em 2005, a idade média das ONGs era de 12,3 anos, sendo que a maior parte delas, 41,5%, havia sido criada na década anterior.

Na opinião da professora Olívia Perez,

De fato, a partir da década de 1990, no Brasil, houve uma expansão de diversas organizações civis, inclusive daquelas que executam serviços governamentais junto ao poder público. Esse crescimento pode ser explicado pelas novas diretrizes dos governos pós-democratização – que se abriram às parcerias com organizações civis – e também pela multiplicação de iniciativas da sociedade civil. (Revista ABONG, 2013, p. 24).

Porém, na mesma medida em que cresce sua capacidade de incidência e crítica às políticas governamentais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais também são cada vez mais atacados por campanhas de deslegitimação e criminalização.

Vivenciamos no Brasil, no ano de 2010, a instalação, no Congresso Nacional, da chamada Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI das ONGs. Isso se deu a partir do recebimento de denúncias de supostas irregularidades da utilização de verbas públicas, assim sendo, o debate sobre o papel das ONGs ganhou destaque na agenda nacional. O centro deste debate é colocado na esfera das fronteiras entre a esfera pública e a privada. No artigo *A complexa relação entre Estado e ONGs*, Ojeda afirma:

Ao longo de 2011 a atuação das chamadas organizações não governamentais (ONGs) ganhou destaque na mídia. Os motivos centrais foram denúncias de possíveis irregularidades nos repasses de verbas ministeriais para entidades desse tipo, que levantaram mais uma vez o debate sobre a porosidade da fronteira entre as esferas pública, privada e estatal no Brasil. Embora não se possa generalizar, convênios entre o governo federal e tais entidades estariam sendo utilizados como forma de desviar dinheiro público. Ministros

foram afastados, investigações estão em curso e o Executivo tomou providências drásticas. (2012, p. 36)

A falta de uma legislação adequada para estas instituições e a pouca transparência dos governos, em especial nos países do Sul, favorecem o uso indevido desse estatuto jurídico para a prática de atividades ilícitas ou favorecimento de grupos ligados aos diversos governos no país; também muitas organizações surgem para atender políticos corruptos, no desvio de recursos públicos. Mas é preciso separar o joio do trigo.

Esse cenário de denúncias provocou reação, chamando atenção da sociedade e de muitos críticos, que trouxeram ao centro do debate a inexistência de controles e fiscalização claros sobre a atuação dessas instituições. Também foi identificado o surgimento/criação de muitas ONGs no período, bem como o repasse de recursos significativos de verbas públicas para estas organizações. Em muitos dos casos, o Estado passou a terceirizar as políticas públicas se des-responsabilizando, muitas vezes, de sua execução direta.

Por muito tempo as ONGs foram vistas de forma virtuosa, pois durante o período militar elas reivindicaram e carregaram a esperança de democratização e resolução das questões sociais. Porém, assim como nas organizações privadas ou públicas, há problemas de gestão de recursos nesse universo. (2012, p. 3)

Analisa a professora da Universidade Paulista (Unip), Olívia Perez, doutora em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e estudiosa do tema.

Na tentativa de diminuir tais efeitos, no Brasil no ano de 2007, foi publicado um Decreto Federal nº 6.170 (Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências), determinando, assim, a realização de chamadas públicas para a celebração de convênios entre instituições públicas e ONGs, colocando a obrigação de que todos os órgãos governamentais passassem a integrar o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv).

Ainda integrando este cenário de relações das ONGs, temos as organizações internacionais de cooperação, denominadas de organizações do Norte (em alusão à divisão geográfica dos hemisférios), que passam a ser questionadas por governos de cunho mais conservador, que operam segundo uma lógica tecnocrática de cobrança de resultados, e que criam mais dificuldades para ações de natureza política em parceria com organizações e movimentos sociais do Sul.

Nesse contexto, as ONGs também passam a atuar em redes (uma rede passa a ser formada com a atuação coletiva de várias ONGs), além das redes e movimentos temáticos (que enfocam direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, dos povos indígenas, a luta contra a AIDS, contra o racismo, contra a homofobia, pelo comércio justo ou a agroecologia, por exemplo), as associações ou plataformas de organizações não governamentais se mobilizam para afirmar a legitimidade dessas organizações como atores na esfera pública, promotoras de transformações na perspectiva da justiça social e ambiental.

Segundo a análise de Vieira (1997), o surgimento de novos cenários superam os limites institucionais vigentes, tais como as questões ambientais – ameaças ao ecossistema global, as questões sociais – desigualdades sociais e o perigo de uma desestabilização político-social. E sugerem a perda parcial da soberania no que se refere a questões relacionadas à autonomia do Estado. Em tal conjuntura, a questão da transferência pública - mesmo que parcial - para outras instâncias de decisões efetivas confere às Organizações Não Governamentais legitimidade para agirem dentro e fora do Estado, situação que parece inevitável.

## 2.2 A ATUAÇÃO DAS ONGS NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Como já citado, no Brasil, o termo ONG foi adotado por organizações de assessoria que, no final da década de 1960 e na de 1970, no contexto da ditadura, se dedicavam à educação popular junto a grupos de base, de forma quase clandestina; e por centros de defesa dos Direitos Humanos, tendo apoio de agências de cooperação internacional.

Na década de 1980, essas organizações se perfilaram junto a forças sociais que impulsionaram o processo de redemocratização, que culminou com o fim formal do período autoritário em 1985 e a aprovação da chamada “Constituição Cidadã” de 1988.

Na década de 1990, elas proliferaram e passaram a assumir, cada vez mais voz própria e protagonismo na arena política nacional. Ao lado de sindicatos e movimentos de populações tradicionais, trabalhadores/as rurais e urbanos/as fortalecidos/as e em processo de maior autonomia, as ONGs se constituíram como espaço institucional de movimentos sociais, como o feminismo, o ambientalismo, o movimento negro, e de outros tantos grupos de ativistas sociais, na perspectiva da defesa de direitos. Os movimentos sociais se institucionalizaram enquanto ONGs – criando personalidade jurídica, perdendo o caráter de movimento social – um ator mais independente.

Mas foi nos anos 90, que as ONGs passaram a ter mais atuação e ampliarem suas atividades, passando a ser canais de experimentação, expressão e ação política de coletivos voltados à defesa dos direitos sociais e, paulatinamente, assimilaram uma visão ampliada dos Direitos Humanos, abarcando, além dos direitos civis e sociais, os econômicos, os culturais e os ambientais.

Muitas dessas organizações foram responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias sociais e ambientais inovadoras, que se transformaram em pautas de reivindicações de redes e fóruns da sociedade civil e posteriormente, foram reconhecidas e adotadas como políticas públicas.

A Constituição de 1988 consagrou princípios de participação social que levaram à institucionalização de espaços de interação das organizações da sociedade civil com os governos: os orçamentos participativos, as audiências públicas, conferências e conselhos de políticas públicas. Em grande parte resultantes de lutas travadas pelas organizações da sociedade civil, tais espaços, foram por elas ocupados e lhes impuseram novos desafios em termos de capacidade de proposição e articulação política. Essas valiosas conquistas das organizações da sociedade civil brasileira no âmbito nacional e internacional, entretanto, vêm sendo ameaçadas por uma conjuntura hostil ao seu desenvolvimento autônomo e criativo e a sua legitimidade como canal de expressão e engajamento dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Em especial na década de 1990, com a hegemonia das políticas neoliberais, as ONGs foram vistas como canal de terceirização de responsabilidades do Estado na área social, uma estratégia para encolher o Estado e responder às demandas sociais com mais focalização e economia de recursos. (Revista ABONG, 2013, p.29).

Nesta feita, a Participação Cidadã, como categoria central deixa de ser a comunidade ou o povo e passa a ser a sociedade:

A participação pretendida não é mais a de grupos excluídos por disfunção do sistema (comunidades) nem a de grupos excluídos pela lógica do sistema (povo marginalizado), e sim a do conjunto de indivíduos e grupos sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania e disputa com igual legitimidade espaço e atendimento pelo aparelho estatal. (CARVALHO, 1995, p. 25).

No artigo *A sociedade civil, Movimentos Sociais e ONGs*, publicado em 2013, a socióloga Maria da Glória Gohn afirma:

Trata-se de práticas que rompem com uma tradição de distanciamento entre a esfera onde as decisões são tomadas e os locais onde ocorre a participação da população. O conceito de Participação Cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo a definição das

prioridades nas políticas públicas a partir de um debate público. A participação passa a ser concebida como intervenção social e periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque toda a ênfase passa a ser dada nas políticas públicas. Portanto, não será apenas a sociedade civil a grande dinamizadora dos canais de participação, mas as políticas públicas também têm papel importante. A principal característica deste tipo de participação é a tendência à institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado, a partir de estruturas de representação criadas, compostas por representantes eleitos diretamente pela sociedade de onde eles provêm. Os conselhos gestores, a serem tratados adiante, são os maiores exemplos. Isto implica na existência do confronto (que se supõe democrático) entre diferentes posições político-ideológicas e projetos sociais. Todas as demandas são, em princípio, tidas como legítimas. Os novos sujeitos políticos se constroem por meio de interpelações recíprocas. (2013, p.241)

Nestas últimas décadas, muitas organizações sociais foram criadas, ora para prover serviços com financiamento público, enredando-se em relações ambíguas com os governos. Ora também sendo criadas por pessoas que estavam a serviço destes governantes, para assim realizarem desvios das verbas públicas.

Isto fez com que essas organizações fossem frequentemente usadas para driblar regras que disciplinam a gestão pública ou para favorecer grupos ligados a governantes, provocando sucessivos escândalos na mídia e a instalação de inconclusivas CPIs sobre ONGs e movimentos sociais ao longo dos anos 2000. A recorrência de episódios dessa natureza, somada aos ataques na grande mídia por parte de grupos políticos e econômicos diretamente ameaçados pela atuação das ONGs, geraram um clima de suspeitas por parte da sociedade em relação às ONGs, dificultando a interação dessas organizações com gestores/as públicos/as idôneos/as e com a própria sociedade, de forma geral. De instituições sérias, passavam a ser vistas, na ótica do senso comum como organizações suspeitas.

Na opinião do sociólogo Rudá Ricci, diretor-geral do Instituto Cultiva e membro da Executiva Nacional do Fórum Brasil do Orçamento, os casos de desvios de verbas públicas por meio de convênios podem ser explicados pela lógica político-partidária de uma parte das entidades supostamente sem fins lucrativos. E alerta:

Mas não só por isso. Várias ONGs que assumiram a direção de conselhos de gestão pública que possuem fundos especiais passaram a apresentar projetos de suas organizações para acessarem recursos desses fundos. Algo como colocar a raposa para cuidar do galinheiro. Totalmente antiético. Ao aceitarmos a lógica das Oscips e OSCs na terceirização da gestão pública-estatal, incorremos nesse risco. (OLIVEIRA, 2013, p.137)

Como forma de dar respostas a essa questão, o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) cria a Lei das Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e OSs (Organizações Sociais), que passam a ser figuras jurídicas criadas no âmbito do processo de reforma de Estado. Na prática, são entidades de direito privado que assumem a gestão de bens públicos como hospitais, creches e parques, entre outros. “Precisamos de um marco regulador mais objetivo e nítido e que apresente sistemas de transparência e controle sobre as ONGs”, defende Ricci. (IDEM, p.137)

Cândido Gryzbowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), entidade filiada à Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), esclarece a lógica político-partidária de algumas organizações. Ele lembra que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) já instaladas para investigá-las “param de funcionar” sempre quando certas entidades controladas por políticos passam a ser o alvo. “Porque quase todo deputado tem sua ONG. As emendas parlamentares são para isso. É uma forma de se criar o curral eleitoral. Não vou dizer que todas desviam dinheiro. Mas servem, no mínimo, para criar seu reduto”. (IDEM, p.138).

Tal conjuntura alimenta a descrença da sociedade em sua própria capacidade de constituir uma esfera pública ampliada, na qual entes governamentais e não governamentais possam agir de forma autônoma e legítima, disputando democraticamente as orientações da sociedade e das políticas públicas ou colaborando para o bem comum. Nesse contexto, a capacidade das ONGs de mobilizarem, junto à própria sociedade, os recursos necessários para sua sustentabilidade, fica prejudicada. E, ainda que canais de acesso dessas organizações a fundos públicos existam, as crescentes condicionalidades para habilitação e execução de projetos, somadas a um contexto de grande insegurança jurídica, limitam enormemente ou mesmo travam as iniciativas tanto governamentais como não governamentais, chegando, em alguns casos, a ameaçar a própria sobrevivência das organizações, de relevantes projetos sociais em que estão envolvidas e do modelo de democracia projetado em nossa Carta Constitucional.

Diante desse cenário, nos últimos anos, essas entidades se uniram em suas representações nacionais, tais como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, o Movimento Sem Terra – MST, *Caritas* Brasileira, Confederação Brasileira de Fundações, entre outras Redes Nacionais, para construção do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em setembro de 2015 e entrou em vigor em fevereiro de 2016. Este

instrumento trará maior legitimidade e respaldo jurídico para atuação de tais organizações em nosso país.

A ABONG defende a implementação de um marco legal e de políticas públicas que criem um ambiente favorável e seguro para o envolvimento dos cidadãos e cidadãs em causas públicas. As organizações precisam dessas condições para mobilizar recursos junto à própria sociedade civil e, com legitimidade e transparência, acessar recursos públicos para realizar atividades relevantes para a democracia e para o bem comum. Com esse objetivo, a ABONG se uniu a outras entidades representativas na liderança da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, canal de diálogo e negociação com o governo federal sobre essa temática. (ABONG, 2015, p. 13).

### 2.3 A CONSTRUÇÃO E A ATUAÇÃO DA ONG AMAZONA

A Amazona – Associação de Prevenção à AIDS é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública nos níveis municipal, estadual e federal, sediada em João Pessoa, com atuação de âmbito estadual e inserida em espaços de articulação regional e nacional.

Em 2016, a Amazona comemorou 20 anos de atuação, a instituição atua desde 1996 em João Pessoa, Paraíba, e relembrando, tem como missão: “Contribuir com o desenvolvimento humano, promovendo o fortalecimento da cidadania e a auto-organização da população em situação de vulnerabilidade social”. Para este propósito, vem pautando sua atuação nos seguintes eixos: Controle Social e intervenção nas políticas públicas; Desenvolvimento de parcerias e fortalecimento das OSPs para facilitar o acesso da população socialmente vulnerável às políticas públicas; e Educação em Direitos Humanos para o exercício de cidadania, focadas em linhas de ação nas temáticas de Direitos Humanos, Gênero, Educação, Sexualidade, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Protagonismo Juvenil e Geração de Trabalho, Emprego e Renda.

Nasceu, conforme já referido no 1º Capítulo, por ocasião da implantação de um projeto de prevenção às DST/HIV/AIDS, desenvolvido em parceria com a ONG ESSOR e co-financiado pela União Europeia, que teve como público as Profissionais do Sexo. Legalizada em 1998, ampliou o público prioritário, passando a atuar em comunidades de baixa renda. Desde então, o trabalho é desenvolvido em parceria com as OSPs (Organizações Sociais Populares), que são organizações de base comunitária, visando o fortalecimento de tais organizações.

A instituição trabalha, também, de forma articulada com outras ONGs e movimentos sociais, através da atuação em redes e fóruns. Para além do Fórum Estadual de ONG/AIDS,

que a Amazona ajudou a fundar, e que reúne várias instituições e segmentos sociais que trabalham na prevenção e assistência a pessoas que vivem e convivem com o HIV/AIDS. No ano 2000, a instituição ingressou no Movimento Nacional de Direitos Humanos e sediou o projeto Contra a Tortura no Estado. Filiou-se à Associação Brasileira de ONGs (ABONG), ajudou a construir a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba. Atualmente, participa também do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Rede de Educação Cidadã – RECID/PB.

A Amazona tem sua identidade e missão definida em certo campo das ONGs, conforme a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) assim delimitada:

A constituição da ABONG resultou da trajetória de um segmento pioneiro de organizações não-governamentais que têm seu perfil político caracterizado por: tradição de resistência ao autoritarismo; contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania e da defesa da ética na política para a consolidação da democracia”.(ABONG, 2000, p.09)

Segundo Maria da Glória Gohn,

(...) nos anos 70/80, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estavam por detrás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular. Nesta fase as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudavam a própria organização se estruturar, muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos organizados. Não se tratava de um tipo qualquer de ONG mas das ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes. A face movimentalista encobria, nas próprias ONGs, sua outra face, produtiva, geradora de inovações no campo de alternativas às necessidades e demandas sociais. (GOHN, 2013, p. 238-253)

Já nos anos 1990, surgem as ONGs criadas a partir de pautas mais específicas, ligadas a demandas identitárias, tais como: gênero, raça/etnia, de orientação sexual, como também as ONGs ambientalistas, as ONGs AIDS. Essas ONGs têm um caráter mais técnico, pautadas por demandas de programas e projetos, e, por outro lado, mais propositivas no que se refere às pautas de reivindicação pela implementação de políticas públicas universais. Segundo a mesma autora:

[...] assim como das ONGs que repensaram seus planos, planejamentos de ação, estratégias e forma de atuar, elaboração de planejamentos

estratégicos etc. Novas pautas foram introduzidas tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idades etc. Os novos tempos, de desemprego e aumento da violência urbana, assim como o crescimento de redes de poder paralelos nas regiões pobres, ligada ao narcotráfico de drogas e outros, também colaboraram, e muito, para desmotivar a população necessitada para participar de reuniões ou outras atividades dos movimentos e aderirem aos programas e projetos das ONGs. Um grande número de projetos sociais passa a ser patrocinado por empresas e bancos, dentro de programas de responsabilidade social, no âmbito da cidadania corporativa. As ONGs são a face a mais visível do Terceiro Setor, mas elas são apenas uma das frentes de ações coletivas que o compõem. E as próprias ONGs são também muito diferentes entre si, quanto aos seus objetivos, projetos, formas de atuação e ação coletiva, paradigmas e estilo de participação que adotam; e, fundamentalmente, pressupostos político-ideológicos que alicerçam suas práticas (tanto as discursivas como as ações concretas). (GONH, 2013, p. 238-253)

Acrescenta a autora:

Neste papel procuramos demarcar as diferenças entre dois tipos de ONGs nos anos 90: as ONGs oriundas ou herdeiras da cultura participativa, identitária e autônoma dos anos 70/80, a qual (confira esta passagem do texto) denominaremos de militantes; e as ONGs propositivas, que atuam segundo ações estratégicas, utilizando-se de lógicas instrumentais, racional e mercadológica. Ou seja, as ONGs cidadãs/militantes, junto com os movimentos sociais reivindicatórios dos anos 80, construíram um conjunto de práticas que se traduzem numa cultura de cidadania, algo novo num país de tradição centralizadora, autoritária, patrimonialista e clientelística. Suas ações abriram espaços que demarcaram novos “lugares” para a ação política, especialmente ao nível do poder local e no meio urbano, na gestão das cidades. (IDEM., 2013, p. 238-253)

Em entrevista ao boletim eletrônico da Rede de Informação do Terceiro Setor (RETS), Taciana Gouveia (2006), dirigente da ABONG, apresenta a necessidade de demarcar certo “campo” frente à atual diversidade de entidades que se apresentam com tal denominação. Para essa dirigente, é necessário distinguir o campo da ABONG dos outros, que não são ONGs no sentido histórico e político que essa rede assume.<sup>7</sup> Esse sentido histórico e político estaria balizado em alguns compromissos dessas entidades, como exemplos:

---

<sup>7</sup> Entrevista a Marcelo Medeiros, para o boletim RETS de 01/12/2006, em meio a um intenso debate em torno da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a relação das ONGs com os recursos públicos. Já no processo pré-eleitoral da época, tiveram ampla divulgação as acusações de um suposto esquema de corrupção montado no governo na sua relação com algumas ONGs e a utilização de recursos públicos.

[...] aplicar à sua prática os princípios da ética, impessoalidade, moralidade, publicidade e solidariedade; defender alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considerem a equidade, a justiça social e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações; lutar pela erradicação da miséria e da pobreza e se colocarem contra políticas que contribuam para reproduzir desigualdades de gênero, sociais, étnicas e geracionais; lutar pelos Direitos Humanos, que são uma conquista fundamental da Humanidade, que tem o direito, coletiva e individualmente, de exercê-los e ampliá-los; afirmar seu compromisso com o fortalecimento da sociedade civil, defendendo a soberania popular, a cidadania e o pluralismo político, étnico, racial, de gênero e de orientação sexual; afirmar sua autonomia perante o Estado e a sua independência diante dos organismos governamentais, condicionando possíveis parcerias ao seu direito e capacidade de intervir na discussão, formulação e monitoramento de políticas; defender uma relação com a cooperação internacional baseada na autonomia, solidariedade, respeito e transparência (Revista da ABONG, 2012, p. 29).

Nesse sentido, a Amazona se insere neste campo de ONGs, portanto, não se confunde com uma entidade comunitária de base tais como as referidas OSPs, mas quer realizar um trabalho junto às comunidades populares com o interesse de atingir suas bases, principalmente nas temáticas e problemáticas tratadas pela entidade, notadamente na prevenção de DSTs e AIDS. Como, em tais comunidades, já existem suas organizações representativas, que têm sua existência marcada pelas reivindicações e pelo cotidiano popular local, se mantendo como um espaço de criação de vínculos sociais e vivências comunitárias, a Amazona realiza parceria com tais organizações para viabilizar seus trabalhos.

Essas organizações, ao realizarem parceria com a Amazona, incorporam em suas agendas as temáticas apresentadas por essa instituição, mas também têm suas próprias demandas e seus próprios problemas organizacionais, vindo na referida parceria oportunidades de uma contrapartida para enfrentá-los.

No estado da Paraíba, constata-se a existência de movimentos e organizações sociais populares responsáveis por importantes conquistas para as classes populares, entre estas podemos destacar: melhorias nas condições de existência e mesmo garantia de sobrevivência de expressivos grupos populares no Estado; acesso à terra para trabalhar, a casa para morar, a água para beber, a serviços públicos de saúde, de educação, de atendimento à criança, adolescente, idosos, portadores de deficiência, porque o povo se mobilizou; autoestima pessoal e solidariedade social: mulheres desrespeitadas ou violentadas, negros e negras desprezados e desvalorizados, jovens desconsiderados, homossexuais discriminados, idosos desassistidos, pobres marginalizados, portadores de deficiência física discriminados, passam a

intervir na cena pública, a experimentar novos valores humanos e solidários; consciência de direitos e exercício da cidadania.

Apesar dessas significativas conquistas, constata-se que permanecem enormes desafios, sobretudo no nível organizativo, entre os quais podemos destacar: muitas debilidades, quando não inexistência, de processos de Planejamento, Monitoria, Avaliação e Sistematização (PMAS), o que faz com que a maioria destes movimentos aja na base da intuição, do imediatismo, da improvisação; desorganização financeira das entidades e movimentos; dificuldade em transformar suas demandas ou reivindicações em políticas públicas; lentidão nos processos de formação de novas lideranças. As contradições que permeiam a sociedade, também atravessam a vida dos movimentos e das ONGs. Mas, mesmo em um cenário de crise, muitas destas organizações sociais continuam a realizar um trabalho na perspectiva da efetivação dos Direitos Humanos.

Portanto, considerando a trajetória de atuação da ONG Amazona junto às comunidades de vulnerabilidade social, em seus 20 anos de atuação, temos o reconhecimento que esse trabalho contribui para efetivação dos Direitos Humanos, pois segundo Candau (2007, p.408 e 409)

As experiências que se apresentam como de educação em Direitos Humanos, se situam numa ampla gama de projetos e ações. Podem incluir aquelas que se apresentam com uma clara e explícita referência aos Direitos Humanos e trabalham, teórica e praticamente, temas que têm a ver com sua problemática no nosso contexto numa perspectiva educacional, como também incluem projetos que assumem, no plano do discurso, os Direitos Humanos, sem que seja trabalhada a relação teoria-prática, assim como aquelas ações orientadas para a formação de sujeitos sociais críticos e ativos, no nível individual e coletivo, que promovem uma cidadania participativa mas onde a temática dos Direitos Humanos fica implícita, não sendo trabalhada de uma maneira sistemática. Consideramos importante clarificar os critérios básicos que permitem delimitar, com maior precisão, o âmbito da educação em Direitos Humanos e as condições para que determinadas experiências educativas possam nele ser situadas.

É neste universo social que emergem práticas sociais à luz da Educação em Direitos Humanos, pois, segundo Zenaide (2013, p.15-25):

A história da educação em direitos humanos no Brasil não se dissocia da história política e social, nem se resume ao momento de instalação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2003. Ela é resultado de múltiplas experiências e sujeitos políticos ao longo do processo de transição democrática. Uma trajetória permeada de resistências, ousadias, contradições, tensões e possibilidades. Direitos humanos, antes de serem uma ação institucionalizada em leis, planos e programas, se constroem enquanto modos de ser e agir no dia a dia das nossas vidas como pessoas, cidadãos(ãs) e movimentos sociais. Antes de pensarmos nos direitos

humanos como algo de fora e estranho a nós, precisamos reconhecê-los ao longo da nossa história de vida pessoal e social. Na família, na igreja, no partido, nas lutas e movimentos, na rua, no trânsito e nos diferentes espaços comunitários e sociais, convivemos e nos educamos em direção à afirmação e/ou à negação da dignidade humana.

Pode-se identificar que a Educação em Direitos Humanos emana e busca sua consolidação a partir do contexto de luta e resistência, trazendo para a prática pela efetivação dos Direitos Humanos, neste contexto a sociedade civil deve e continua tendo o seu papel.

## **CAPÍTULO 3. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

### **3.1 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL**

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, até os dias atuais, muitos caminhos foram percorridos, desde os tratados, as convenções, as constituições, as conferências, não só do arcabouço teórico, mas dos instrumentos que normatizam esta trajetória. Temos, para, além disso, os fatos históricos e sociais que demarcam o percurso dos ditos Direitos Humanos. Se, por um lado, houve avanços nos marcos legais no que tange ao seu reconhecimento, por outro convivemos também com suas violações constantes.

Globalização, políticas neoliberais, segurança global, essas são realidades que estão acentuando a exclusão, em suas diferentes formas e manifestações. No entanto, não afetam, igualmente, a todos os grupos sociais e culturais, nem a todos os países e, dentro de cada país, às diferentes regiões e pessoas. São os considerados “diferentes”, aqueles que, por suas características sociais e/ou étnicas, por serem pessoas com “necessidades especiais”, por não se adequarem a uma sociedade cada vez mais marcada pela competitividade e pela lógica do mercado, os “perdedores”, os “descartáveis”, que vêm, a cada dia, negado o seu “direito a ter direitos”. (ARENDDT, 1997 apud CANDAU, 2007, p. 399)

A principal causa desse paradoxo dos Direitos Humanos está em como efetivar direitos, principalmente os direitos humanos econômicos, sociais e culturais, num sistema baseado na desigualdade social, e na hegemonia conquistada pelo neoliberalismo no contexto histórico atual.

A efetividade dos direitos humanos no marco do paradigma neoliberal (do Estado neoliberal, das políticas neoliberais e da globalização neoliberal) é cada vez mais problemática ou, mais precisamente, resulta impossível devido à própria natureza estrutural e axiológica do neoliberalismo antagônica aos direitos humanos, principalmente aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Pois o neoliberalismo tem como fundamento um mercado global, um Estado “mínimo” no social e Máximo para o capital, uma concepção de liberdade negativa (não ingerência estatal na esfera individual) e, em oposição à participação política (autonomia), universo axiológico centrado no lucro e na acumulação do capital e uma visão dos direitos humanos, pseudouniversalista, formalista, abstrata, restrita e retórica (FREIRE, 2104, p. 34).

A primeira Conferência de Direitos Humanos, é realizada no ano de 1968, pela ONU, e expressa no artigo 13 da Proclamação de Teerã, que os Direitos Humanos são indivisíveis, portanto para a garantia de seu conjunto pleno, faz-se necessária a efetivação dos

direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, e, portanto, que seja promovido o desenvolvimento econômico e social.

Sendo um dos Direitos Humanos o direito à Educação, situado como um dos direitos sociais, este é um direito humano fundamental, assegurado desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e reafirmado inúmeras vezes posteriormente, por meio de vários pactos internacionais.

De acordo com a Carta de Viena

A educação em direitos humanos deve incluir a paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social, tal como previsto nos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, para que seja possível conscientizar todas as pessoas em relação à necessidades de fortalecer a aplicação universal dos direitos humanos. (VIENA, 1996)

Entretanto, esse direito continua a ser negado para muitas pessoas em todo o mundo, principalmente quando falamos de populações de baixa renda. Aqui também se faz o paralelo com a negação dos direitos econômicos, quando fazemos o recorte de onde vive a maior parte desta população – nos países pobres ou de países com desigualdades sociais gritantes como é o caso do Brasil.

Segundo Zenaide (2010, p. 57),

Os direitos humanos são resultados de processo históricos e dinâmicos sociais em constante tensão e mudanças, uma vez que, imersos em realidades concretas, marcadas pela divisão social, sexual, étnica e territorial expressam processo de lutas pelo acesso aos bens materiais, sociais e culturais. Em cada realidade social e em cada tempo histórico, os direitos humanos se reconstróem e se recompõem em novas singularidades e lutas por diferentes garantias de direitos. É nessa capacidade humana de poder reconstruir-se e interferir no mundo concreto que a história social dos direitos humanos continua ora conquistando avanços, ora enfrentando retrocessos.

Sendo um dos Direitos Humanos a EDUCAÇÃO, ela ainda é pouco vista como tal, prova disto é o fato de termos ainda poucas formulações conceituais sobre este tema. Para subsidiar e fundamentar tais elementos, o *Relatório Nacional sobre Direitos Humanos à Educação*, expõe:

Conceber a educação como Direito Humano diz respeito a considerar o ser humano na sua vocação ontológica de querer “ser mais”, diferentemente dos outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência no mundo. Para tanto, utiliza-se de seu trabalho, transforma a natureza, convive em sociedade. Ao exercitar estas capacidades, o ser humano faz história, transforma o mundo, estando presente nele de uma maneira permanente e

ativa. E a educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana, entendida a educação em suas diferentes acepções, no âmbito formal do sistema escolar e no âmbito não formal. (PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, ECONOMICOS, SOCIAIS, E CULTURAIS 2003)

Como alerta Zenaide (2014, p. 40), outro aspecto a ser levado em consideração é que a origem da Educação em Direitos Humanos na América Latina, está também e diretamente ligada à luta por direitos civis e políticos, da luta por direitos econômicos, sociais e culturais, “tensionando a relação entre Direitos Humanos, justiça social e neoliberalismo, no sentido de compreender as violações sistemáticas aos Direitos Humanos, que naturalizam as relações de opressão e desigualdades no continente”.

A Educação em Direitos Humanos na América Latina e no Brasil foi fruto da atuação do campo contra-hegemônico dos atores sociais na busca pela efetivação dos Direitos Humanos. Passados longos e dolorosos anos de regimes autoritários, por esse motivo os países latino-americanos tinham pressa em fazer efetivar em sua recente história a Educação em e para os Direitos Humanos, tarefa árdua e difícil, que não foi silenciada nem nos tempos sombrios da ditadura militar, vivenciada em boa parte do continente.

Um dos grandes desafios emergentes para o nosso continente, vem sendo pensar e estruturar a implementação da Educação em Direitos Humanos nessas democracias emergentes, e também conceituar os Direitos Humanos, pensando que, para a garantia da dignidade humana, deve-se abranger, para além dos direitos civis e políticos, os direitos econômicos e culturais. Nessa perspectiva os Direitos Humanos e a EDH devem ser colocados em um lugar diferente da definição como direitos universalistas na teoria, e questioná-los a partir de um modelo que se contraponha ao *status quo* de uma sociedade mundial capitalista, sistema esse que, em sua essência, é provocador das desigualdades sociais.

A Educação em Direitos Humanos na América Latina nasce, como afirma Aguirre:

Como uma teia de gritos escutados e sentidos como se fosse a sua própria carne”. São gritos de açoites, de chibatadas no tronco, de feridas abertas das correntes de ferro fundido nos fundos dos navios negreiros, de sonhos interrompidos pelo desaparecimento dos filhos, dos vínculos e da cultura, enfim, da indignação por tantas violações produzidas. (AGUIRRE,1997, p. 7).

Portanto para compreensão da trajetória da Educação em Direitos Humanos nos países latino-americanos, temos que levar em conta todo o processo de invasão europeia em

nosso continente, de desaculturação dos índios que aqui viviam, da vinda dos negros escravizados do continente africano, enfim, contextualizar o processo histórico vivenciado pela América Latina.

Para Zaffaroni (1989), desde que a civilização europeia se expandiu e impôs seu poder colonialista sobre a América Latina e a África, esses povos e territórios foram sistematicamente depredados, escravizados e explorados. Galeano (1980, p. 14), nessa perspectiva crítica, afirma: “a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial”, e ainda ressalta (IDEM, p. 15): “A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que o formam, e esta desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas”.

Como fruto desta mesma história, a Educação em Direitos Humanos - EDH apresenta características comuns a todos os países do subcontinente latino-americano. Ela surge no contexto histórico de transição dos regimes ditatoriais militares para sistemas com abertura democrática.

Nasce das lutas de resistência contra as ditaduras e de fortalecimento do Estado Democrático e Social de Direito em toda a América Latina. Neste processo, estudos identificam três períodos: a resistência à ditadura, a transição democrática, a institucionalização da EDH (VIOLA, 2009; SCAVINO 2009, apud ZENAIDE 2016, p.21).

Passamos assim, dos grandes períodos de regimes autoritários para a vivência de uma democracia meramente formal, como vemos neste momento conjuntural vivenciado nos dias atuais, no Brasil, onde a democracia vindo sendo colocada em xeque. E que também caracterizaram vários outros países da região.

Durante todo o longo período da Guerra Fria, o continente Latino Americano conviveu com a resignificação do autoritarismo como método de repressão contra a expansão das ideias e organizações de esquerda, sobretudo marxistas. Segundo Brito (2006), conviveram com regimes ditatoriais: o Paraguai (1954-1989), o Uruguai (1973-1984), o Brasil (1964-1985), a Argentina (1976-1983), a Bolívia (1971-1978 e 1980-1981), o Peru (1968-1980). A Colômbia não teve formalmente um regime militar, mas enfrentou décadas de uma guerra civil que perdura até hoje; sem falar das guerras civis e das ferozes ditaduras militares que ensanguentaram, durante décadas, a maioria dos países da América Central, e dos períodos de regimes autoritários e de uma democracia meramente formal, como vemos neste momento conjuntural vivenciado atualmente no Brasil. E que também caracterizam vários países da região. (BRITO 2006, apud ZENAIDE 2016, p. 20)

O clima social resultante de todo esse processo histórico implicou na permanência da violência estrutural e institucional, assim como na consolidação de práticas e mentalidades autoritárias no continente. O regime militar exercia a força institucional, a repressão contra o povo desarmado. Lutar contra a força do poder policial e do exército, advindos da repressão do Estado, era, muitas vezes lutar e até perder a própria vida.

Essa repressão brutal e indiscriminada contra os opositores conseguiu vencer a resistência armada, que apostava na capacidade de mobilização de uma minoria para criar um movimento popular de oposição ao regime. Diante do fracasso desta estratégia - na qual perderam a vida, foram presos ou exilados os melhores quadros políticos e intelectuais da juventude latino-americana, a alternativa (por opção ou por necessidade) foi o recuo no enfrentamento com os aparelhos repressivos do Estado autoritário e a busca de espaços alternativos na sociedade civil, reorganizando, através de um trabalho de base, os sindicatos e os movimentos sociais urbanos e rurais e abrindo brechas nos poucos espaços permitidos pelo aparelho estatal. Nos anos setenta, surgiram as “Comissões de Justiça e Paz”, os “Centros de Defesa dos Direitos Humanos”, os “Centros de Educação Popular”, vinculados às Igrejas, que abriram o caminho para as mobilizações mais amplas pela anistia e pela abertura política, que acabaram por derrubar as ditaduras, embora de formas diferentes em cada país (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011).

Em contraponto aos regimes autoritários, foi também neste período histórico vivenciado em nosso continente que surgem formas de resistência, uma delas, a educação popular ou educação libertadora, inspirada na obra de Paulo Freire, que busca a organização e o despertar da consciência dos sujeitos oprimidos. “Da dor, da necessidade de preservar a vida humana, a Educação em Direitos Humanos brotou no seio da sociedade civil, ainda em tempos de ditadura, como resistência e sinalização das mudanças políticas em andamento”. (ZENAIDE, 2016, p. 23).

Então, falar em Educação em Direitos Humanos na América Latina é trazer para o âmbito da sociedade civil as suas práticas pioneiras, que eram o centro das discussões, pois foi a sociedade civil que iniciou ações fundadas na EDH. Movimentos sociais e populares, unidos a estudantes universitários, intelectuais, parte de integrantes da Igreja Católica – seguidores da Teologia da Libertação – se unem para se opor ao regime militar, e desta organização se iniciam as mobilizações sociais, as formações e as vivências da Educação em Direitos Humanos.

Um segundo momento dessa construção ocorreu durante o período de transição democrática, no qual se busca a reparação de toda a violência que sofreram milhares de vítimas desses regimes, pretendendo restaurar a verdade, para *Educar para o Nunca Mais*.

“Hoje, tratar de processos de reparação (das ações afirmativas ao direito à memória) e avançar para a Justiça de Transição: são desafios que se interpõem diante das emergências de se enfrentar as desigualdades e a pobreza extrema no continente”. (ZENAIDE, 2016, p.24).

É nesse período que surge o Instituto Interamericano de Direitos Humanos IIDH-OEA, fundado em 1980 na Costa Rica, com o papel de articular universidades, ONGs e movimentos sociais em toda a América Latina, que realizavam experiências de Educação em Direitos Humanos, fundada na metodologia da educação popular libertadora, formando, assim, um amplo campo de experiências nesta linha de atuação.

Confirmamos, desse modo, que a Educação em Direitos Humanos, na América Latina e no Brasil, tem como o seu ponto de partida a conjuntura política vivida em anos de cruéis ditaduras militares e do regime autoritário vigente, e que, se contrapondo a este contexto, surge da luta e das experiências e práticas oriundas dos movimentos sociais.

As primeiras experiências de educação em Direitos Humanos, segundo os registros do Conselho de Educação em Direitos Humanos da América Latina – CEAAL e do Instituto Interamericano de Direitos Humanos- IIDH, concretizam-se através da educação popular e da educação não formal, voltadas para a luta contra os regimes autoritários, a luta, a conquista e a construção de processos democráticos. (ZENAIDE, 2014, p. 40).

Dos anos de 1990 em diante, intensificando-se no início do século XXI – década de 2000 aos dias atuais, configura-se o terceiro momento, o da institucionalização da Educação em Direitos Humanos, a EDH toma corpo, organizada em práticas sociais e institucionais, por parte da sociedade civil e do poder público, e vem se configurando como um novo fazer sócio-político-pedagógico.

Para a concretização desta institucionalização, as Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos - OEA- elaboraram várias recomendações, construíram planos e programas, visando comprometer e responsabilizar os Estados na formulação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos e reparação das vítimas. Em 1994, a Organização das Nações Unidas aprova o **Plano de Ação da Década para Educação em Direitos Humanos**, para o período de 1995-2004, firmado pelos países presentes na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena – 1993.

Baseado nos compromissos assumidos com a ONU, em 1996, o Brasil lança o I **Programa Nacional de Direitos Humanos**, como também cria o Comitê **Nacional de Educação em Direitos Humanos**, que elaborou, em 2003, a minuta do I **Plano Nacional de Direitos Humanos**, que contou com uma ampla consulta pública para ser lançado em 2006.

Também como fruto deste processo, em 2010, o Brasil lança o **PNDH-3**, norteado pelos seguintes eixos: Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; Desenvolvimento e Direitos Humanos; Universalização dos Direitos em um Contexto de Desigualdades; Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; Educação e Cultura em Direitos Humanos; Direito à Memória e à Verdade.

O eixo prioritário e estratégico da Educação e Cultura em Direitos Humanos se traduz em uma experiência individual e coletiva que se propõe a atuar na formação de uma consciência centrada no respeito ao outro, na tolerância, na solidariedade e no compromisso contra todas as formas de discriminação, opressão e violência. É esse o caminho para formar pessoas capazes de construir novos valores, fundados no respeito integral à dignidade humana, bem como no reconhecimento das diferenças como elemento de construção da justiça. O desenvolvimento de processos educativos permanentes visa a consolidar uma nova Cultura dos Direitos Humanos e da Paz. (PNDH, 2010, p.20)

### 3.2 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PNEDH, UMA ANÁLISE DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Nesta caminhada de luta e resistência, e também não deixando de serem paralelos os movimentos, entre a vivência das experiências práticas da Educação e Direitos Humanos, começam-se a estruturar a sua contextualização, fundamentos e também a sua institucionalização em marcos legais, a partir da construção do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Ainda segundo Zenaide (2014, p. 54):

Protagonizamos a educação em e para os direitos humanos como criação da sociedade civil e como parte do processo da transição democrática, avançamos com a instauração do Estado Democrático de Direito, para a institucionalização enquanto política pública. Entretanto, no contexto neoliberal, dissonante com o avanço da conquista de direitos, a educação em direitos humanos se situa como parâmetro ético e político que serve de crítica aos valores, práticas e cultura.

Uma linha do tempo da Educação em Direitos Humanos e o seu caminho de institucionalização demarca seu início, por parte do Poder Público, após a Constituição de 1988. Já em 1996, criara-se, conforme referido, o Programa Nacional de Direitos Humanos, inserido o eixo Educação e Cidadania: bases para uma Cultura de Direitos Humanos. Dessa

linha de ação, foi possível ao Ministério da Justiça criar linhas de fomento a projetos de Educação em Direitos Humanos realizados por entidades da sociedade civil, órgãos públicos e universidades.

Baseado nesta linha de ação, são criados pelo Ministério da Justiça projetos de Educação em Direitos Humanos para cuja implementação foram realizadas parcerias com a sociedade civil, órgãos públicos e universidades.

Onde temos por parte do governo brasileiro: “ética e cidadania” inserida como Parâmetro Curricular Nacional em 1996, desdobrando-se no âmbito do MEC e da SEDH em programas como Paz nas Escolas (2000), Programa Ética e Cidadania – Construindo Valores na Escola e na Sociedade (2003) e Programa Nacional de Extensão Universitária se inserido nos Programas Escola Aberta (2004), Escola que Protege (2004), Mais Educação (2004), dentre outros. A sociedade civil, por sua vez, com financiamentos internacionais, criava uma rede ampla de ações educativas em Direitos Humanos. Alguns marcos desse processo no Brasil são: a realização da I Congresso de Educação em Direitos Humanos, realizado em 1997, pela Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos; a criação do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2000; a criação da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós- Graduação, em 2003; e a criação da Rede Brasil de Educação em Direitos Humanos, em 2007. (ZENAIDE 2014, p. 67)

Para sistematizar a trajetória da Educação em Direitos Humanos no Brasil, no que tange aos seus marcos regulatórios, dispõe-se dos seguintes documentos:

- a **Constituição Federal de 1988**;

- o **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** (PNEDH), lançado em 2003 e, em sua versão final, em 2006. O PNEDH, assinado pela Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça, está respaldado em documentos internacionais, notadamente no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMDH) e no seu plano de ação. A estrutura do documento (PNEDH) estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação e é constituído por cinco eixos, a saber: educação básica; educação superior; **educação não formal**; educação dos profissionais de Justiça e Segurança; e educação e mídia;

- as **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos** (DNEDH), aprovadas em 2012 pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministro da Educação, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

A finalidade dessas normativas foi atender aos deveres do Brasil com alguns pactos internacionais, a exemplo do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) e cumprir com sua própria legislação interna, como a Constituição Federal (CF), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Programa Nacional de Direitos Humanos – 3 (PNDH-3) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

Pelo tema e propósitos desta dissertação, cabe-nos analisar, mais profundamente, o eixo da Educação Não-Formal, da experiência não-formal no contexto dos movimentos sociais e da sociedade civil, pois a Educação em e para os Direitos Humanos, em nosso continente, se configura, como vimos, nas e das práticas destes atores sociais e encontra várias formas de existência, resistências e de vivências em sua trajetória.

Mesmo na resistência, os movimentos sociais, entidades civis e partidos políticos praticam educação não formal quando estimulam os grupos sociais a refletirem sobre as suas próprias condições de vida, os processos históricos em que estão inseridos e o papel que desempenham na sociedade contemporânea. Muitas práticas educativas não formais enfatizam a reflexão e o conhecimento das pessoas e grupos sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Também estimulam os grupos e as comunidades a se organizarem e proporem interlocução com as autoridades públicas, principalmente no que se refere ao encaminhamento das suas principais reivindicações e à formulação de propostas para as políticas públicas. (PNEDH - BRASIL, 2006, p.43).

Inserida como eixo de atuação do PNEDH, a Educação não Formal, deve basear-se em sua concretude na defesa, promoção e garantia dos Direitos Humanos. Ainda conforme o PNEDH:

A Educação não Formal deve ser compreendida como campo de ação em defesa permanente dos Direitos Humanos, com a mobilização e organização de processos participativos; como ação formativa de organizações e de lideranças; como instrumento de leitura crítica e propositiva da realidade, do diálogo entre o saber formal e informal e na articulação de formas de trabalhos educativos diferenciados, que se constituam *loci* de produção do conhecimento em experiências vividas nas comunidades. (PNEDH - BRASIL, 2006, p.44).

A educação não formal em Direitos Humanos é norteadada pelos princípios da “emancipação” e da “autonomia”. Para a sua implementação, é necessária a realização de processos de sensibilização e formação que despertem a consciência crítica, direcionem-se para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para a construção e implementação de políticas públicas.

Sendo assim, os espaços de vivências de educação não formal são inúmeros e variados, passando por amplas dimensões da vida humana.

Incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais, políticas e não governamentais até as do setor da educação e da cultura. Essas atividades se desenvolvem em duas vertentes principais: a construção do conhecimento em educação popular e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania democrática como foco central. (PNEDH - BRASIL, 2006, p. 43).

Segundo CARBONARI (2010, p. 94): “Ao se expressar desta forma, o PNEDH faz uma opção pela educação popular dentro do amplo espectro de possibilidades da educação não formal”.

No PNEDH (BRASIL. PNEDH, 2006, p.37), assinala-se um conjunto de princípios que devem orientar a Educação não formal, que deve ser vista como:

<b>QUADRO III: Princípios da Educação Não-Formal em Direitos Humanos – PNEDH</b>	
a	mobilização e organização de processos participativos em defesa dos direitos humanos de grupos em situação de risco e vulnerabilidade social, denúncia das violações e construção de propostas para sua promoção, proteção e reparação;
b	instrumento fundamental para a ação formativa das organizações populares em direitos humanos;
c	processo formativo de lideranças sociais para o exercício ativo da cidadania;
d	promoção do conhecimento sobre direitos humanos;
e	instrumento de leitura crítica da realidade local e contextual, da vivência pessoal e social, identificando e analisando aspectos e modos de ação para a transformação da sociedade;
f	diálogo entre o saber formal e informal acerca dos direitos humanos, integrando agentes institucionais e sociais;
g	articulação de formas educativas diferenciadas, envolvendo o contato e a participação direta dos agentes sociais e de grupos populares.

Fonte: PNEDH, 2006.p.37

O PNEDH (BRASIL. PNEDH, 2006, p.38), no eixo da Educação não-formal, contém 14 ações programáticas:

<b>QUADRO IV</b>	
<b>Ações Programáticas da Educação Não-Formal em Direitos Humanos – PNEDH</b>	
1	Identificar e avaliar as iniciativas de educação não-formal em direitos humanos, de forma a promover sua divulgação e socialização;
2	investir na promoção de programas e iniciativas de formação e capacitação permanente da população sobre a compreensão dos direitos humanos e suas formas de proteção e efetivação;

3	<b>estimular o desenvolvimento de programas de formação e capacitação continuada da sociedade civil, para qualificar sua intervenção de monitoramento e controle social junto aos órgãos colegiados de promoção, defesa e garantia dos direitos humanos em todos os poderes e esferas administrativas</b> (Grifos nossos em negrito);
4	apoiar e promover a capacitação de agentes multiplicadores para atuarem em projetos de educação em direitos humanos nos processos de alfabetização, educação de jovens e adultos, educação popular, orientação de acesso à justiça, atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais, entre outros;
5	promover cursos de educação em direitos humanos para qualificar servidores (as), gestores (as) públicos (as) e defensores (as) de direitos humanos;
6	<b>estabelecer intercâmbio e troca de experiências entre agentes governamentais e da sociedade civil organizados vinculados a programas e projetos de educação não formal, para avaliação de resultados, análise de metodologias e definição de parcerias na área de educação em direitos humanos</b> (Grifos nossos em negrito);
7	<b>apoiar técnica e financeiramente atividades nacionais e internacionais de intercâmbio entre as organizações da sociedade civil e do poder público, que envolvam a elaboração e execução de projetos e pesquisas de educação em direitos humanos</b> (Grifos nossos em negrito);
8	incluir a temática da educação em direitos humanos nos programas de qualificação profissional, alfabetização de jovens e adultos, extensão rural, educação social comunitária e de cultura popular, entre outros;
9	incentivar a promoção de ações de educação em direitos humanos voltadas para comunidades urbanas e rurais, tais como quilombolas, indígenas e ciganos, acampados e assentados, migrantes, refugiados, estrangeiros em situação irregular e coletividades atingidas pela construção de barragens, entre outras;
10	incorporar a temática da educação em direitos humanos nos programas de inclusão digital e de educação a distância;
11	fomentar o tratamento dos temas de educação em direitos humanos nas produções artísticas, publicitárias e culturais: artes plásticas e cênicas, música, multimídia, vídeo, cinema, literatura, escultura e outros meios artísticos, além dos meios de comunicação de massa, com temas locais, regionais e nacionais;
12	<b>apoiar técnica e financeiramente programas e projetos da sociedade civil voltados para a educação em direitos humanos</b> (Grifos nossos em negrito);
13	estimular projetos de educação em direitos humanos para agentes de esporte, lazer e cultura, incluindo projetos de capacitação a distância;
14	propor a incorporação da temática da educação em direitos humanos nos programas e projetos de esporte, lazer e cultura como instrumentos de inclusão social, especialmente os esportes vinculados à identidade cultural brasileira e incorporados aos princípios e fins da educação nacional.

Fonte: PNEDH, 2006. P. 39

Dessa forma, o PNEDH entende os Direitos Humanos no seu sentido mais amplo, decorrente da dignidade do ser humano.

Educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas (BRASIL. PNEDH 2003, p.7).

### 3.3 AS ONGS COMO ESPAÇO DE VIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL EM DIREITOS HUMANOS

A luta pela efetivação dos Direitos Humanos é a busca por algo utópico? Algo que nos guia, funcionando como um ideal em nosso imaginário? Algo no horizonte que nos impulsiona nesta busca constante, algo como uma bússola? Mostrando o caminho que devemos recorrer? Se for neste caminho, surgem atores, para além dos Estados, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Tratados, das Convenções. Aliás, foi em uma das Convenções – a Conferência de Viena, que tais atores – as Organizações Não Governamentais tiveram participação destacada.

O estudo da participação das ONGs na Conferência de Viena é de extrema importância, pois auxilia, até mais do que a RIO-92 (que a antecedeu), na compreensão da participação das ONGs nas outras conferências sociais globais da ONU”. Primeiro, porque naquela Conferência, foram credenciadas 248 ONGs com status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social (EcoSoc) e mais de 593 que não guardavam vínculos formais com a ONU. (SILVA, 2008, p. 38).

A participação das ONGs na Conferência de Viena teve uma dimensão e repercussão amplas. Durante o evento, foi realizado como um Fórum paralelo, intitulado de “Fórum Mundial das Organizações Não Governamentais”, com a participação de mais de 2000 mil representantes de cerca de 800 ONGs registradas do mundo inteiro, além de 200 ONGs não registradas oficialmente. O Fórum foi intitulado de “Todos os direitos humanos para Todos”. Como resultado desta ampla participação o seu relatório final foi encaminhado à conferência oficial.

Não há que passar despercebido que o próprio Secretário- Geral da Conferência Mundial (Sri.Fall), em seu discurso na sessão de abertura do Fórum das ONG’s, após ressaltar a importância da capacitação dos marginalizados e excluídos para participarem na realização de seus próprios direitos, comunicou ao Fórum as providências tomadas no sentido de ampliar o acesso ao sistema das Nações Unidas das ONGs participantes no processo da presente Conferência Mundial de Direitos Humanos (TRINDADE, 1993b, p. 13).

Em 2017, comemoramos o 69º ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), declaração essa que assinala a fase de internacionalização dos direitos humanos,

interferindo na e inspirando a elaboração de dezenas de tratados e convenções. A Declaração é um marco na história da luta por Direitos Humanos em todo o mundo, alicerçada na DIGNIDADE HUMANA.

Temos assim um marco histórico da atuação das ONGs no Brasil e sua contribuição na luta pela efetivação dos Direitos Humanos, buscando traçar um olhar sobre estes atores sociais – as ONGs, e a sua contribuição na defesa, promoção e efetivação dos Direitos Humanos.

Nesta trajetória, e em especial nos últimos anos no Brasil, uma das questões centrais nos debates sobre Direitos Humanos é o papel desempenhado por estas entidades - as Organizações Não Governamentais – ONGs, que surgem e se proliferam a partir da década de 70, no período difícil vivido no Brasil de ditadura militar.

Com este percurso, advindo de um período de repressão, mas também de necessidade da organização popular, as ONGs iniciam o seu trabalho junto às camadas populares partindo de uma prática construída coletivamente junto aos movimentos sociais, pautada na metodologia da Educação Popular. Segundo Carbonari:

A Educação Popular é uma construção coletiva dos movimentos sociais populares e organizações da sociedade civil que promove processos de construção e troca de saberes e conhecimentos dos setores populares com objetivos político-organizativos como forma de fortalecer lutas desses setores com a finalidade de exigir direitos, participação e afirmar identidades. (CARBONARI, 2010, p. 84)

Estas lutas travadas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil são marcos históricos pela efetivação dos Direitos Humanos, sendo a Educação Popular a pedagogia da Educação em Direitos Humanos, sobretudo quando entendida como dinâmica e processo dos movimentos sociais populares. Ainda é o mesmo autor que expressa esse entendimento:

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) expressa o posicionamento e os compromissos do governo brasileiro com a efetivação de uma política pública de educação em direitos humanos. Construído com significativa participação popular, sua versão revisada foi publicada em 2006 e se constitui em referência para a atuação no tema. Entre outros aspectos, cabe ressaltar que o PNEDH contém uma concepção de educação em direitos humanos e prevê cinco áreas de atuação, entre as quais a educação não formal, na qual se insere a educação popular. (CARBONARI, 2010, p. 91)

Sendo assim, podemos perceber que no Brasil, a EDH é vivenciada no cotidiano dos movimentos sociais, das associações da sociedade civil e das organizações não governamentais, que realizam vivências e processos de educação não formal.

Explicitar as práticas educativas formuladas e experimentadas no fazer destes atores sociais, no campo da educação não formal, é comprovar que as mesmas têm sua formulação na metodologia da Educação Popular, inspirada por Paulo Freire, e baseada no movimento reflexão-ação-reflexão, em que os sujeitos são levados a despertar para uma consciência crítica sobre dada conjuntura vivida, na busca de procurar formas de transformar tal realidade.

Ao defendermos um esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrario, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz a pratica. Por outro lado, se o momento já é o da ação, esta se fará autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica. Neste sentido, é que a práxis se constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não possa encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida. A não ser assim, a ação é puro ativismo. (FREIRE, 1975, p. 57).

Desse modo, Educar para os Direitos Humanos é educar para a prática, para a ação de transformar a condição de opressão em que se vive. É acreditar numa educação libertadora como o exercício dos Direitos Humanos.

Hoje, com a globalização e seus desdobramentos societários, se coloca, com mais intensidade, a problemática de como sensibilizar sociedades, culturas, grupos sociais, para a perspectiva teórico-prática dos Direitos Humanos, que comporta determinada(s) visão (visões) de mundo, de sociedade, de ser humano, e ações consequentes à(s) mesma(s), entre as quais a intervenção na Educação. (SILVEIRA, 2007, p. 245).

Acreditar em outra sociedade possível é praticar a Educação para os Direitos Humanos como exercício cotidiano.

## **CAPÍTULO 4. A AMAZONA E O CPCC COMO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

### **4.1 JUVENTUDE QUE OUSA SONHAR: A ORGANIZAÇÃO E A LUTA DOS JOVENS POR DIREITOS HUMANOS**

Um dos atores principais que se mobilizou nos duros tempos da ditadura militar, e, como vimos, no período de em que emergem as experiências de Educação em Direitos Humanos, foi a juventude. Jovens das pastorais sociais, dos movimentos estudantis secundaristas e universitários, dos movimentos sociais de base, atores fundamentais que enfrentaram o regime autoritário instalado no Brasil pós 64.

A imagem dos jovens dos anos 60 plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social, [...] acabou, desse modo, por fixar assim um modelo ideal de juventude: transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária (ABRAMO, 1997, p. 31).

O Censo do IBGE /2010 mapeou 51.330.566 jovens de 15 a 29 anos no Brasil, o que representa um percentual de 27% do total da população. Desses, 53,7% se declaram pretos e pardos, compondo a categoria étnico/racial dos negros, com 27,5 milhões de indivíduos. Os autodeclarados brancos somam 44,7%, havendo ainda 1,6% de jovens pertencentes às categorias ‘amarelo’ e ‘indígena’. Há equilíbrio na distribuição de homens e mulheres na população jovem que mora, em sua maioria, no meio urbano (84,8%).

Esta fase da vida – a Juventude, definida no contexto brasileiro, como a faixa etária compreendida entre 18 a 29 anos de idade, ocupa o período da vida, em que se dá entre o fim da adolescência para a fase adulta. O ser humano passa da fase infantil para as fases adultas, sendo a juventude uma fase intermediária e de transição, com características próprias desta etapa da vida.

Mas para além da questão da idade – fator etário, que compreende este período, é colocado que os jovens são sujeitos sociais em constante construção, aí intervindo fatores socioculturais nos comportamentos dos jovens, também condicionados a partir da sua nacionalidade (os contextos nacionais e regionais onde estão inseridos), da questão da classe social à qual pertence, do seu gênero, do grupo étnico e racial. Portanto o conceito de juventude, é um processo histórico, construído cultural e socialmente.

Luiz Groppo (2000, p.7) define a juventude enquanto uma categoria social, “é uma representação sociocultural fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens, para significar uma série de comportamentos a ela atribuídos”.

Sendo assim, a juventude e o ser jovem, deve ser compreendido a partir da análise do contexto mais amplo dos processos históricos, sociais e culturais vivenciados pela sociedade. Pensar a juventude como categoria social é entender o complexo e amplo movimento da sociedade, portanto, não só o fenômeno *juventude*, mas a própria categoria é constantemente construída e reconstruída.

Em sua dissertação de mestrado, trabalhando acerca da conceituação da juventude, Moraes, coloca:

A juventude como categoria social é condicionada pela sociedade, pelas relações que mantêm e pelas instituições das quais participa. Ela é vista como uma criação simbólica para significar uma série de comportamentos e atitudes atribuídos aos jovens. Esta concepção de juventude como categoria social, possibilita a compreensão do jovem como sujeito político. Segundo Juarez Dayrell (2003, p.43), em seu artigo *O jovem como sujeito social*, baseando sua definição em Charlot (2000, p.33;51), o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. (MORAES, 2014, p. 41)

É contínua, plena e constante a evolução do conceito *Juventude*, especialmente nas últimas décadas, quando a era da globalização e neoliberalismo se expandem em todo o mundo, ocasionando mudanças profundas nas relações econômicas e sociais, impactando efeitos também sobre a juventude. A questão cultural na era da globalização e universalização das comunicações, fazem emergir inúmeras trocas a partir da nova conectividade, criando novos arranjos na vida social dos jovens, isto ocasiona profundas mudanças nas formas destes sujeitos se relacionarem uns com os outros, de aprender e de constituírem-se como parte da sociedade.

A Assembleia Geral da ONU definiu a juventude, pela primeira vez, em 1985, para o Ano Internacional da Juventude. Ao subscrever as diretrizes para o planejamento posterior e o acompanhamento do setor da juventude, a Assembleia definiu como jovens as pessoas entre os 15 e os 24 anos, sem prejuízo de outras definições de Estados-membros. Quando a Assembleia Geral aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude até o ano 2000, reiterou que a Assembleia Geral definia a juventude como a faixa etária de 15 a 24 anos. No entanto acrescentou que, para além da definição estatística, o sentido do termo juventude variava em diferentes sociedades

em todo o mundo e que as definições de juventude haviam mudado continuamente como resposta a flutuações das circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais. (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL, 2007, p.11)

No Brasil, a questão da juventude, partindo da análise da constituição dos marcos legais que instituem as políticas públicas para este segmento, só começa a ser pautada a partir dos governos do campo democrático popular, que iniciam seus mandatos em âmbito nacional, no ano de 2003. Isso significa mais de uma década após a declaração do Ano Internacional da Juventude.

Somente a partir do final dos anos 1980, o *tema juventude* ganhou espaços nas agendas das organizações internacionais, como a ONU, particularmente, e na agenda governamental de diversos países. No Brasil, esse debate somente se torna mais intenso e organizado em meados da década seguinte, praticamente dez anos após a declaração do Ano Internacional da Juventude.

A agenda de pauta mais política deste segmento acontece depois de décadas de organização dos movimentos sociais juvenis e ganha maior visibilidade no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da organização e criação de espaços para este debate.

Em 2005, foi criado pelo Governo Federal a Secretaria Nacional de Juventude, que teve, entre suas tarefas, o papel de desencadear o processo de realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, em 2008, após a realização de 841 Conferências municipais e regionais e outras 27 Conferências estaduais.

Em julho de 2010, é aprovada a Proposta de Emenda Constitucional - PEC, um marco legal e político que coloca a discriminação, a violência ou opressão contra os jovens sob responsabilidade constitucional. A partir desse momento, solidificam-se os direitos particulares da juventude. A Proposta de Emenda à Constituição da Juventude possibilitou incluir os jovens como sujeitos de direitos no Artigo 227 da Constituição Federal, no Capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais que passou a se chamar “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso” (BRASIL, 2011, p. 98).

Como fruto deste amplo debate, e da criação destes canais de diálogo, e do marco regulatório, segundo Simões Severo (2010, p. 36):

Os direitos dos jovens no Brasil começaram a ser discutidos em 2004. O Projeto de Lei nº 4529/04 dispõe sobre o Estatuto da Juventude, que na versão inicial, resumia e agregava alguns direitos civis já existentes sobre os jovens em nosso país, não ampliava a

discussão para novos problemas ou situações vividas. Sua elaboração partiu da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que em um ano realizou encontros, seminários e uma conferência com o intuito de discutir, com a sociedade civil, o projeto de lei.

Assim, o percurso em busca de marcos legais de reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos é uma busca pela efetivação dos Direitos Humanos. Conhecer e reconhecer tal marco legal é o primeiro passo para a sua aplicação, de forma a assegurar que direitos fundamentais, universais e inalienáveis sejam amplamente respeitados, promovidos e efetivados em todas as esferas da vida pública ou privada.

No contexto nacional, a lei tem sido um importante instrumento de avanços sociais, políticos e culturais, permitindo conquistas na construção de uma sociedade mais democrática e justa, por meio do reconhecimento e da garantia de direitos humanos.

Segundo Moraes (2014, p. 45):

A inclusão das temáticas relacionadas à juventude na agenda pública é devido a três fatores: o primeiro relaciona-se ao cenário de problemas sociais que envolvem a juventude; o segundo, às ações de monitoramento de órgãos ligados à ONU como UNESCO e OIJ, produzindo pesquisas que indicam a população juvenil brasileira com um enorme índice de violações de direitos humanos; e, o terceiro fator está vinculado à intensificação da presença de atores juvenis, principalmente dos setores populares, adotando linguagens e comportamentos variados no plano da cultura, do lazer, do cotidiano da vida comunitária, a partir daí manifestam publicamente as questões que os afetavam e preocupavam, cobrando respostas do Estado. A participação juvenil provoca a construção de programas sociais – governamentais ou não – apoiados por organismos de cooperação internacional, por agências das Nações Unidas e por fundações empresariais, sendo justo destacar o importante papel desempenhado por ONGs transparentes e comprometido com o enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil. Esses programas, em geral, detectavam os problemas mais graves vividos pelos jovens e buscavam contribuir para a supressão ou diminuição de certas marcas da exclusão.

Contudo, para a efetividade dessas conquistas, além das garantias jurídicas, é necessária a construção e implementação de garantias sociais, econômicas e políticas valendo-se de múltiplas estratégias que promovam mudanças reais e positivas no processo de construção da identidade das e dos jovens brasileiros, propiciando respostas sociais e individuais mais adequadas frente às adversidades. Esse é o maior desafio.

Do desenvolvimento de nossa pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de aprofundar a reflexão sobre estas questões relativas à juventude, mediante a constituição de

um grupo focal, com a participação de 10 jovens da comunidade de São Rafael. O roteiro foi semiestruturado em três blocos de perguntas, cada bloco com cinco perguntas, totalizando 15 perguntas: o primeiro bloco tratou sobre a visão dos sujeitos acerca de ser jovem; o segundo, sobre a vivência destes jovens na comunidade; e o terceiro, relativo à percepção dos jovens sobre a atuação do CPCC em parceria com a Amazona.

**Figura 9.** Realização da Pesquisa de Campo - Grupo Focal com jovens.



Fonte: Arquivos da pesquisa de campo, 2017

Optamos por nomear os jovens da pesquisa como: Participante 1, Participante 2, participante 3, e assim por diante, para facilitar a organização das respostas durante todo o texto.

Constatou-se, na análise das entrevistas acerca do primeiro e segundo blocos, que ser jovem é encarado como uma etapa da vida de muitos desafios, mas também de possibilidades:

**Participante 7:** Ser jovem é isso, é construir, é curtir, é pensar que amanhã pode ser tarde demais, tem que viver o hoje, e tem a questão da responsabilidade e saber que o que eu 'tô construindo lá na frente pode refletir o que eu 'tô vivendo hoje, acho que a maioria da juventude hoje não 'tá sabendo viver, tirando aqui na comunidade, tira nos dedos de fato os que estão construindo um futuro, pensando no futuro.

**Participante 2:** Minha dificuldade é educacional, queria ter mais qualidade de educação e habitação, pois quando eu vim morar em João Pessoa, queria ter mais qualidade na educação, eu entrei na universidade mais foi

complicado, mas é complicado uma pessoa de comunidade ter vez e voz numa universidade que é elitizada, então você chega lá com uma sandália havaiana e você é olhado de outra forma, eu deixei claro lá no meu curso, eu sou de lá e vou vim assim, mas foi complicado p'ra fim enfrentar algumas coisas por causa disso e por isso eu não consegui tanto apoio dos professores tanto quanto eu queria, primeiro porque a ela é da comunidade, vamos passar ela, não era isso que eu queria, eu queria uma qualidade na educação. E Educação e habitação muito me marcou. E aqui sempre tinha a casa alugada.

**Participante 10:** Então, como os meninos colocaram, principalmente p'ra gente que 'tá um pouco mais experiente que os meninos que estão aqui, é ter conseguido ter tido algumas oportunidades que outros jovens acabaram não tendo, ter entrado na universidade, ter tido uma área de atuação em outros espaços, que a maioria dos jovens da nossa comunidade não teve, ter conseguido ter essa responsabilidade que outros não puderam, ter conseguido esse tempo pra entrar na universidade pra ter um trabalho melhor, que outros acabaram não conseguindo, aí como os meninos colocaram, é ter também um pouco de espaço para curtir um pouco os momentos com amigos e família que muitos jovens não têm.

Os participantes também destacam as questões referentes às oportunidades concernentes às políticas públicas, a que, muitas vezes, a maioria dos jovens não tem acesso, como destacam as falas dos jovens a seguir:

**Participante 2:** Hoje, no contexto geral, um dos maiores desafios do jovem é a oportunidade, as vezes você tem capacidade para determinada coisa que você gosta, mas as oportunidades são poucas, principalmente para os jovens da periferia, pois existe o desafio do preconceito, pois quem é de periferia... mas as vezes que a pessoa é imatura demais, cedo demais, mas se vacilar o tempo passa e acaba ficando pra trás.

**Participante 4:** Os principais desafios de ser jovem, é o próprio jovem também, porque oportunidade aparece, o jovem também tem que querer, a grande maioria não tem essa oportunidade, mas a força de vontade do jovem de mudar, a gente 'tá vendo o quadro político hoje do Brasil, são poucos jovens que estão nessa luta por melhoria... eles às vezes não querem saber do aumento da passagem, tem o comodismo, tem meninos com 12 anos que não sabe o *a*, *e*, *i*, *o*, *u*, e não querem aprender, e um dos principais desafios é o nosso próprio comodismo.

**Participante 10:** a questão da oportunidade, pois a gente não teve oportunidade de ter uma escola boa, de ter condições, pois não tinha livro e tinha que rachar o livro, não tinha livro pra estudar, não tinha cadeira, essa dificuldade na educação e eu não gostava de estudar e não tinha cadeira, livro, calçado, bermuda, tinha só roupa doada, aí chega na universidade, outra dificuldade é entrar no mercado de trabalho aí várias vezes eu não consegui trabalhar porque não tinha experiência, então educação e mercado de trabalho foram muito difíceis, tinha essa dificuldade.

Estes depoimentos expõem em situação concreta o desemprego juvenil que é muito alto no Brasil. Não é fácil ser jovem no atual mercado de trabalho, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no relatório Tendências Globais de Emprego para a Juventude. O estudo da OIT (2013) afirma que o Brasil possui um alto índice de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam ou fazem cursos profissionalizantes e, ao mesmo tempo, também não estão empregados: 18,4% das pessoas nessa faixa etária. Segundo o referido estudo, o desemprego é mais alto entre os que não completaram o Ensino Médio, e mais baixo entre os que têm nível superior completo.

O trabalho tem centralidade na vida social moderna na medida em que possibilita a dignidade e a autonomia financeira. O acesso a uma ocupação no mercado de trabalho, com a expectativa de direitos trabalhistas, está intrinsecamente ligada à escolarização. Muitos jovens abandonam a escola para poderem trabalhar, mas, ao chegarem ao mercado de trabalho, se deparam com a falta de preparo e percebem a necessidade de se capacitarem.

Os estudos econômicos da DIEESE (2008) apontam a variável escolaridade como a mais significativa na redução das desigualdades, tanto em relação ao acesso ao mercado quanto em relação à disparidade entre os rendimentos recebidos. Hoje, aproximadamente 82% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola (idade considerada ideal para se cursar o Ensino Médio), mas somente 43% cursam este nível do ensino, pois estão defasados na relação idade/série.

Nesse contexto de exclusão social, os jovens também enfrentam a questão da discriminação por serem de uma comunidade de vulnerabilidade social, e também enfrentam na comunidade o problema latente da questão da violência urbana, como colocado neste trabalho na parte da Introdução, onde é retratada a questão do extermínio da juventude, com destaque para a juventude negra e periférica.

Segundo o Mapa da Violência Juvenil (2014), divulgado em julho de 2014 pela FLACSO Brasil, a violência urbana tem atingindo diretamente os jovens negros de João Pessoa. A pesquisa afirma que João Pessoa é a capital do país mais violenta contra os negros. Foram assassinados na cidade 12 brancos e 358 negros no ano de 2012. A Paraíba ainda tem outras duas cidades, Cabedelo e Santa Rita, entre as 10 do país que representam maior vulnerabilidade para os jovens negros. Na realização do grupo focal, isto também é constatado:

**Participante 1:** Os principais desafios p'ra gente da periferia, das comunidades carentes, das favelas, é sobreviver e aí, eu conto nos dedos, se pegar os jovens do nosso período, só tem a gente, se for pra os homens ferrou, só tem eu e Flávio, eu conto nos dedos os amigos nossos jovens que estão vivos, ou eles estão mortos ou no presídio, então p'ra gente que é da periferia tem esse agravante, é a história de continuar vivo enquanto na jovem ,senão a gente cai naquela estatística de até os 29 anos estar morto. É preto e pobre morando na comunidade ferrou, um dos maiores desafios de fato é continuar vivo e dizer não, não se envolver com isso, mas morar na periferia, mesmo que você não esteja envolvido com o tráfico, com o crime, isso pode lhe cercar e você ser uma vítima indireta.

**Participante 3:** Principalmente as oportunidades, só em o povo saber que você é de comunidade já começa a lhe tratar diferente, já começa a olhar você diferente e é isso...

**Participante 6:**P'ra mim, é, foi e ainda é, é o lugar onde a gente vive, pois quando eu me mudei da São Rafael para outro bairro, mas eu prefiro a São Rafael, quando eu cheguei na escola e pediram p'ra os novatos se apresentarem aí aí eu disse que era de São Rafael, todo mundo olhou pra mim, alguém disse: “ como você morava ali?” e foi muito marcante e os professores e os alunos me chamavam de maconheira e eu via que as pessoas tinham receio pelo lugar que eu morava e hoje eu ainda sofro com isso no ônibus, no uber, em qualquer lugar por morar na São Rafael, e por ser jovem pior ainda, pois você sendo jovem não carrega muito respeito da sociedade, tipo como se não soubesse nada da vida, as pessoas acham que porque são mais velhas, mas tem jovens que também já viveram muita coisa também, as dificuldades foram eu vir de periferia e não ser levada muito a sério e eu comecei a trabalhar com 18 anos e não aparentava ter 18 anos e eu cheguei ao ouvir que era uma adolescente equivocada, pensando que eu era uma beneficiária do projeto e não uma educadora, por ser contra a opinião dela e a questioneei. Pois não é tudo que a gente escuta a pessoa tem que concordar.

Segundo Novaes (2008, p.87), “estes jovens vivenciam a discriminação por endereço, portanto, estes bairros são os territórios de pertencimento em que os jovens constituem e vivenciam no cotidiano suas redes de relações, ao mesmo tempo em que esse pertencimento os estigmatiza e discrimina frente à sociedade, ao associá-los à pobreza, à delinquência e à periculosidade”.

#### 4.2 COMO A PARCERIA DA ONG AMAZONA CONTRIBUI PARA A FORMAÇÃO DAS LIDERANÇAS JUVENIS DO CPCC

A atuação da Amazona na comunidade de São Rafael, como visto anteriormente, inicia-se no ano de 1999. O Quadro a seguir mostra os projetos desenvolvidos pela entidade de 1999 a 2013:



Podemos verificar a partir da análise do quadro VI, que a Amazona desenvolveu de 1999 a 2013, o total de 37 projetos de intervenção social, destes 18 Projetos contemplaram a atuação na Comunidade de São Rafael, que corresponde 48,64% dos projetos desenvolvidos pela instituição aconteceram na comunidade tendo a comunidade como uma das parceiras, sendo estes:

**Quadro VI.** Análise dos Projetos Desenvolvidos na Comunidade de São Rafael -1999 a 2013.

	Projetos	Período	DST - AIDS	Temáticas principais	Público principal
1.	Projeto de prevenção de transmissão do vírus HIV/AIDS e das DSTs na população de baixa renda no Brasil	julho 1999 - dez 2002 (previsto)	Sim	Prevenção DST-AIDS	População de baixa renda – prioritariamente jovens e mulheres
2.	Garotada Esperta	2000 a 2002	Sim	Inserção social / DST-AIDS	Adolescentes Famílias
3.	Fala Garotada 1	2002	Não	Inserção social / Rádio comunitária	Jovens, Adolescentes, Comunidade
4.	Fala Garotada 2	2003	Sim	Inserção. Social/ Rádio comunitária DST-AIDS	Jovens, Adolescentes, Comunidade
5.	Cultura da Paz e protagonismo juvenil	2004	Não	Cultura de Paz/ Protagonismo Juvenil	Jovens, Adolescentes das escolas
6.	Fala Garotada 3	2005	Sim	Inserção Social./ Rádio comunitária/ DST-AIDS	Jovens, Adolescentes Comunidade.
7.	Fala Garotada 4	2006	Sim	InserçãoSocial./ Rádio comunitária/ DST-AIDS	Jovens, Adolescentes,Comunidade
8.	Projeto Rumo Certo: Jovens se Prevenindo	2005 á 2006	Sim	Inserção Social./ Profissionalização/DST-AIDS	Jovens, Adolescentes
9.	Projeto PAC – Pintando Arte e Cidadania: O ECA nos muros da cidade.	2007	Não	Inserção laboral jovens	Jovens, Adolescentes

10.	Projeto é de Lei: O ECA nas ondas da Rádio Difusão Comunitária	2008	Não	Direitos da Criança e do Adolescente - Cidadania	Crianças, Adolescentes, Famílias
11.	Garotada Solidária (inclui o projeto ECOSOL)	2010 à 2013	Sim	Geração de Trabalho/ Direitos da Criança e do Adol/ DST-AIDS	Jovens e Famílias
12.	Prevenção nas Ondas da Radiodifusão Comunitária	2008	Sim	Rádio Comunitária/ DST-AIDS	Jovens, Adolescentes
13.	PAC-Prevenção em ação nas comunidades	2009	Sim	DST-AIDS	Jovens, Adolescentes, Comunidade
14.	ECOSOL	2009	Não	Inclusão produtiva	Jovens, Adolescentes
15.	P3- Projeto de Prevenção às DST/HIV/AIDS e hepatites virais, através de ações de Promoção à Saúde.	2012	Sim	Inclusão social / DST-AIDS	Jovens, Adolescentes
16.	Projeto PIC – Prevenção Integrada nas Comunidades	2012	Sim	Inclusão social / DST-AIDS	Jovens, Adolescentes
17.	Projeto TEATRO PREVENÇÃO E ARTE	2012	Sim	Inclusão social / DST-AIDS	Jovens, Adolescentes
18.	PROJETO CINE PREVENÇÃO COMUNITÁRIA	2012	Sim	Comunicação Prevenção DST-AIDS	Jovens, Adolescentes

Fonte: Análise realizada pela autora.

Podemos verificar, a partir da análise dos quadros, que a Amazona desenvolveu, de 1999 a 2013, um total de 37 projetos de intervenção social, dos quais 18 Projetos contemplaram a atuação na Comunidade São Rafael, o que corresponde a 48,64% dos projetos realizados pela instituição. Podemos também constatar, a partir da análise do quadro 6, que, dos mencionados 18 projetos na comunidade São Rafael, 100% contemplaram adolescentes e jovens. Constata-se também que 72,33% dos projetos estão relacionados à temática de Prevenção às DST/AIDS.

Em análise do relatório do PEP – Planejamento Estratégico Participativo – 2008 da Amazona, é clara a afirmação da atuação da Entidade nesta perspectiva:

A AMAZONA tem desenvolvido intenso trabalho na última década, priorizando a atuação na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente da AIDS. Nesta trajetória tem se esforçado por incorporar novas abordagens e novas linguagens, testando novos métodos de intervenção e recriando antigas formas de atuação. Neste sentido tem se destacado as diversas iniciativas junto às rádios comunitárias, ao teatro

popular, as manifestações massivas em torno do dia mundial de combate à AIDS, as vigílias, etc. Apesar dos expressivos avanços em torno de pesquisas, de métodos de tratamento, do desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento da epidemia da AIDS, esta continua como um grave problema de saúde pública na atualidade. No Estado da Paraíba, especialmente na Região Metropolitana de João Pessoa, constatamos que, embora o número de mortes causadas pela AIDS tenha diminuído nos últimos anos, os índices de contaminação e de pessoas vivendo com o vírus seguem aumentando, demonstrando a pouca eficácia das iniciativas de prevenção assumidas. Concluindo-se daí, a necessidade de criatividade nas iniciativas de prevenção, na abordagem junto às pessoas, nos métodos de divulgação de informações sobre a epidemia, evitando-se o discurso fácil, moralista e preconceituoso que tem marcado as políticas de governos, igrejas e diversas entidades assistenciais.

Este eixo de atuação - “Intervenção direta na prevenção de DSTs AIDS”, busca recuperar esta trajetória da AMAZONA, mas, principalmente, enfrentar algumas tendências atuais da epidemia, aquelas mais diretamente vinculadas ao apelo da missão da entidade, quais sejam: a juvenização, a pauperização e a feminilização da epidemia, correspondentes aos públicos de jovens, pobres e mulheres, que têm tido significativa presença nas iniciativas da AMAZONA, reafirmando-se a necessidade de continuar estas prioridades. Ao relacionar métodos de intervenção e públicos atingidos, este eixo deverá criar as condições para influenciar nos valores, comportamentos e na cultura das relações sexuais, incorporando-se práticas que garantam a prevenção frente à epidemia. Para tal, o Plano de Ação articula uma série de atividades de informação, sensibilização, mobilização, intervenção, em função de realizar os objetivos do eixo de atuação e alcançar os resultados desejados (RELATÓRIO PROGRAMA TRIENAL DA AMAZONA, 2008, p. 13-14) .

Contudo, em referência ao quadro apresentado, somente 5 projetos, que correspondem a 27,77%, não trabalharam, direta ou indiretamente, a questão da prevenção às DST/AIDS, sendo trabalhadas as temáticas: Inserção social/Rádio comunitária; Cultura de Paz/Protagonismo Juvenil; Inserção Laboral Jovens; Direitos da Criança e do Adolescente - Cidadania; e Inclusão Produtiva.

Em análise do relatório do PEP – Planejamento Estratégico Participativo- 2008 da Amazona, o facilitador professor Joel Souto Maior faz a seguinte observação:

Quando as organizações já possuem um estatuto, como é o caso da Amazona (estatuto de 1998). No caso em pauta, os participantes concordaram em manter o mandato de 2003 o qual enfatiza que a Amazona é uma organização não governamental sem fins lucrativos, cujas principais finalidades podem ser extraídas dos itens I, II, III e IV do Artigo 5º, a saber:

- I. Contribuir para a redução do HIV/AIDS e das DSTs nas comunidades de baixa renda;
- II. Incentivar a auto-organização dessas comunidades;
- III. Contribuir para o fortalecimento da cidadania;
- IV. Promover os direitos humanos.

Assim podemos constatar que as temáticas desenvolvidas a partir dos projetos executados pela Amazona seguem o que diz o seu estatuto social, estando de acordo com a finalidade de existência da ONG.

Ainda analisando os documentos internos da Amazona, podemos destacar que, segundo o PEP – 2015 a 2017 , aparecem no quadro VII a seguir, como Valores Atuais da Amazona:

<b>QUADRO VII: VALORES DA AMAZONA</b>	
<b>VALORES QUE NORTEIAM A AMAZONA</b>	<b>DEFINIÇÕES CONTRUIDAS A PARTIR DO ENTENDIMENTO DOS PARTICIPANTES DO PEP:</b>
Justiça Social	Compreendida como a equidade de direitos e oportunidades para todos(as), tendo como base o respeito à diversidade sexual, de etnia, de raça, credo e religião, em que o ser humano é considerado por sua condição de pessoa humana. Assim, o que é devido a um, é devido a todos, e o benefício de um recai sobre todos;
Inclusão Social	Motivar e qualificar a participação da população de baixa renda na construção de alternativas que garantam a igualdade de oportunidades e acessibilidade aos bens econômicos, sociais, culturais e políticos;
Solidariedade	Somar forças na construção de uma consciência coletiva que comungue com a reflexão apontada por Betinho: “O que nos falta é a capacidade de traduzir em proposta aquilo que ilumina a nossa inteligência e mobiliza nossos corações: a construção de um novo mundo”;
Ética	Atitude individual e coletiva com vistas à liberdade, dignidade, transparência, responsabilidade social, promoção do bem comum e de uma sociedade democrática e solidária. “A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo com os(as) outros(as) relações justas e aceitáveis. Via de regra está fundamentada nas ideias de bem e virtude, enquanto valores perseguidos por todo ser humano e cujo alcance se traduz numa existência plena e feliz.
Transparência Pública	Incentivar a população para participar e ter acesso a processos de conhecimento, avaliação e discussão das políticas públicas, inclusive, em momentos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, visando o controle social dos recursos e políticas públicas”.

Fonte: Relatório do PEP da AMAZONA – 2015 A 2017, p. 5e 6.

Estes valores podem ser consideramos como norteadores deste fazer institucional, os valores têm uma relação direta com a visão de mundo, e que vão constituindo a cultura da organização.

[...] E quando falamos de cultura nos referimos ao conjunto de valores, crenças, atitudes, práticas, mentalidades que orientam as relações interpessoais, relações sociais, políticas, e, portanto, se nós queremos

influir para mudar mentalidades no sentido de respeito à dignidade de todos os seres humanos sem qualquer distinção, precisamos trabalhar com projetos de educação, educação como formação da personalidade. Então a educação como formação desta cultura, é o melhor caminho para transformarmos uma sociedade ainda marcada pela barbárie numa sociedade que seja contemporânea do que hoje a consciência moral da humanidade considera uma sociedade realmente de humanos, livres e solidários (SOARES, 2009, vídeo).

Na trajetória da constituição da Amazona, esses instrumentos dos Planejamentos Estratégicos, em sua elaboração também se constituem como momentos de reflexão (de sua equipe técnica, associados e parceiros) da prática institucional, que permitem pensar sobre o seu fazer para com isto traçar, para certo período de tempo, a sua atuação futura, no caso, para os próximos três anos – próximo triênio. Segundo Domingos Armani:

(...) Esta nova percepção tem contribuído para o fortalecimento institucional de um conjunto amplo de ONGs as quais, até se depararem com o desafio da sustentabilidade, não haviam enfrentado de forma mais integral o imperativo do desenvolvimento institucional; isto é, não haviam se dado conta de que o desenvolvimento institucional permanente é condição *sinequa non* da sustentabilidade. Isto quer dizer que é inescapável para uma ONG encetar um processo permanente de atualização e qualificação de sua missão e de seu projeto político, das bases de sua legitimidade, de sua capacidade de gestão estratégica, da adequação de sua estratégia de intervenção e metodologia, de sua habilidade e força para influenciar o processo das políticas públicas, de seus mecanismos de “governança” institucional, de sua disposição e preparo para gerar conhecimentos socialmente úteis e de administrar pessoas e recursos. Sustentabilidade, neste sentido, poderia ser definida como a capacidade institucional de interagir criativamente com contextos cambiantes, de forma a manter-se a relevância social e fortalecer-se a credibilidade da organização. Um terceiro avanço, decorrente do segundo, é o aparente paradoxo de que para ser sustentável, uma organização precisa se re-inventar. Isto é, a sustentabilidade não se oferece facilmente, ela requer enorme esforço continuado, determinação política e disposição para mudança de aspectos relevantes da cultura e do fazer institucional, gerando uma carga razoável de conflitos e tensões, seja, por exemplo, quanto ao planejamento estratégico e as estratégias de comunicação (se existentes), o perfil dos recursos humanos e a capacidade de gestão administrativo-financeira, ou mesmo à relação estratégica e orçamentária entre atividades - fim e atividades - meio. (ARMANI, 2001, p.23).

A sustentabilidade das ONGs está alinhada em uma tríplice condição: financeira, política e técnica. A Amazona, nestes 21 anos de existência, precisou alinhar o seu fazer institucional, com a missão por ela expressa, com a conjuntura do trabalho social, as necessidades expressas por sua gama de parceiros que legitimam este fazer e a sua existência. Sendo assim, o quadro VIII apresenta como Eixos, Linhas Gerais de atuação da instituição:

<b>QUADRO VIII: EIXOS E LINHAS GERAIS DE ATUAÇÃO DA AMAZONA</b>	
1	Controle Social e intervenção nas políticas públicas;
2	Desenvolvimento de parcerias e fortalecimento das OSPs para facilitar o acesso da população socialmente vulnerável às políticas públicas (prioridades – promoção da saúde, desenvolvimento sustentável, Geração de Trabalho e Renda)
3	Educação em Direitos Humanos para o exercício da cidadania”

Fonte: Relatório do PEP da AMAZONA – 2015 a 2017, p. 11.

Deste modo, fica evidente, nos quatros planejamentos estratégicos da Amazona, que a ONG surge para atender à questão da prevenção às DST/HIV/AIDS, mas, ao longo dos anos, vai incorporando outras linhas de atuação, com os temas integradores, que têm uma relação direta com os Direitos Humanos e com a Educação em Direitos Humanos.

É igualmente por meio da educação em direitos humanos que se pode começar a mudar as percepções sociais radicais, discriminatórias e violentas, na maioria das vezes, legitimadoras das violações de direitos humanos (TAVARES, 2007, p. 491).

A participação popular nas políticas públicas de saúde, certamente, é uma referência importante para constatar o relativo sucesso para o enfrentamento da epidemia da AIDS no Brasil. Mas essa participação só pode ser compreendida no processo histórico de avanço dos movimentos sociais e das ONGs no Brasil nas últimas décadas, um acontecimento novo caracterizado, fundamentalmente, pela grande participação da sociedade civil na esfera pública, em especial, dos movimentos sociais, em que ganham destaque aqueles de caráter popular. As noções de direitos e de cidadania ampliam seu espaço no interior das lutas sociais e democráticas, legitimando a luta política pelo resgate da dívida social da nação brasileira para com amplas parcelas de sua população.

Dados o novo contexto para a ação social e os desafios à sustentabilidade das OSC, passa a ser fundamental para a sua credibilidade e sustentabilidade, qualificar tecnicamente o trabalho, clarear e compartilhar o projeto político/missão institucional, promover uma cultura e metodologias/instrumentos de planejamento estratégico e de monitoramento & avaliação, aperfeiçoar os mecanismos de gestão, qualificar a participação interna e a democratização dos processos decisórios, entre outros. Com isso, cada entidade passa a ter de dedicar maior tempo, pessoas e recursos para atividades- meio relativas ao fortalecimento das condições de sua sustentabilidade política e financeira. Quer dizer, trata-se de pensar não somente a estratégia de trabalho, mas também e de forma permanente as estratégias institucionais para o fortalecimento da entidade. Uma outra mudança cultural relevante é a “descoberta” de que somente com intensa e diversificada inserção local e de fortalecimento da credibilidade institucional, uma ONG pode vir a ser sustentável. Isto é, a sustentabilidade de uma

organização é também função do grau de “enraizamento” social, da capacidade de articulação local e de credibilidade construída junto aos atores relevantes do seu contexto de atuação. (ARMANI, 2001, p.25).

Na análise do grupo focal, realizado com jovens da comunidade São Rafael, no tocante à terceira parte da metodologia, que tratou da percepção dos jovens sobre a atuação do CPCC em parceria com a Amazona, destacamos algumas falas:

**Participante 7:** O CPCC surgiu a partir da necessidade de fazer com que a rádio FM viesse ao AR, tínhamos ganhado os equipamentos da rádio da Amazona, a Radio Fala Garotada, desvinculando da EBE e abarcando todas as outras atividades, sou uma das membras fundadoras e nasceu nessa perspectiva e depois incorporou a padaria e outros projetos que o CPCC iniciava e começou focado na Rádio FM pra conseguir a concessão de rádio, passei 8 anos como uma das diretoras do CPCC e inicialmente era muito complexo e nós éramos jovens, jovens tentando fazer que as pessoas acreditassem nas ideias de jovens, foi difícil porque a comunidade não acreditava, éramos cerca de 60 jovens e a comunidade não acreditava na voz e vez de jovens, mas surgiu e hoje ele ‘tá bem mais do que a gente imaginava do que poderia estar, a gente não tinha recurso, hoje o CPCC vem atuando diferentemente do que tinha pensado e com uma gama muito maior.

**Participante 2:** Eu acho que essa parceria cresceu, a comunidade e os jovens que participaram. O mais marcante eram os cursos da Amazona. Isso eu vejo como legal, pois muitas oportunidades a Amazona trouxe para a comunidade, pois participei de viagens em Brasília, para o Rio, para falar da rádio, incentivando outros jovens a fazer isso. Ganhei muita oportunidade, tanto que eu ‘tô na universidade, muito me deu a Amazona para conseguir fazer isso, eu participava dos projetos, das oficinas, orientava, essa maturidade me tornou a pessoa que sou hoje, tem essa parceria, e pra o CPCC foi muito legal, de maneira nenhuma esses jovens teriam tido esse estímulo, muitos jovens saíram das drogas, entraram no mercado de trabalho, tem a padaria que a gente iniciou. Essa parceria cresce a Amazona e o CPCC e a comunidade.

**Participante 3:** Me ajudou muito pois tinha dificuldade de trabalhar em grupo e em equipe e as coisas que marcam muito, são os cursos profissionalizantes e o curso de lideranças juvenis que marcou muito, pois uma vez participei de uma atividade e tinha muita gente e eu não conhecia e tive oportunidade de conhecer, oportunidade de participar do grito dos excluídos, a Amazona proporcionou abrir essa visão e conhecer outros grupos que lutam por sua bandeiras e eu pude construir minha cidadania e com a Amazona abriu muito a visão e mobilizando para a luta pela nossa comunidade, o movimento social da São Rafael se deu através da Amazona, o CPCC também nasceu pela Amazona que jogou uma semente e a gente agarrou.

**Participante 10:** Uma das formas que ajudou pra contribuir, depois do ingresso nas atividades da Amazona em parceria com a EBE, e com a participação nesses espaços fomos replicar fora e dentro da comunidade para que outros jovens pudessem também vivenciar outras experiências e aí eu acho que isso foi uma contribuição muito importante e, se hoje temos outros

jovens mais jovens que a gente, é porque a gente teve essa oportunidade de discutir isso lá fora e também aqui dentro, participar desses espaços de formação de diálogo e construção política fez com que a gente pudesse adquirir essa consciência, replicar aqui na comunidade e a partir daí garantir que outras pessoas também tivessem.

Na fala dos/das jovens, é reconhecida a possibilidade de engendrar novas perspectivas ou melhoras de vida por meio da participação nos projetos desenvolvidos em parceria da Amazona com o CPCC. Mas é necessário compreender que estamos vivendo numa sociedade capitalista e excludente. Nessa direção, Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (2002), cita que estamos em tempo de mudar esta situação se cada indivíduo se libertar, buscando a superação de seus problemas com criatividade. E quando se trata de trabalhar com jovens é preciso ter a consciência de que é possível mudar, deixando de ser oprimidos e passando a ser agentes transformadores.

**Figura 10.** Comemoração dos 13 anos de Criação do CPCC



Fonte: Arquivos do CPCC 2017

Mesmo considerando a importância de múltiplos conceitos sobre a educação, destaco minha concepção de educação para os propósitos desta dissertação, com base no que é apresentado por Gohn (2001a, p. 56):

uma concepção ampliada de educação, ou seja, relativa a todos os processos que envolvem a aprendizagem de novas informações [e a vivência de novas experiências, crescimento] referentes a novos hábitos, valores, atitudes e comportamentos. Este conjunto, após sistematizado, codificado e assimilado pelos indivíduos e grupos sociais, constitui elementos fundamentais para a geração de novas mentalidades e novas práticas sociais, fundamentais para a formação dos indivíduos enquanto cidadãos.

Assim, considerada pelos próprios jovens como o grande diferencial deste trabalho e o maior motivador para o ingresso no mesmo, é esta possibilidade de mudança de vida, não somente a vida deles, mas das pessoas que moram em sua comunidade, a partir da conscientização, ofertada através dos espaços de formação.

Também identificamos que a noção de protagonismo juvenil expressada nas falas destes/as jovens, que se referem ao desenvolvimento comunitário e melhoria nas condições de vida das pessoas da comunidade, tem relação com o conceito de protagonismo juvenil apresentado por Fernandes (2003, p. 52), quando afirma que:

o protagonismo juvenil significa, tecnicamente, o jovem participar como ator principal em ações que não dizem respeito à sua vida privada, familiar e afetiva, mas a problemas relativos ao bem comum, na escola, na comunidade ou na sociedade mais ampla.

Segundo Paulo Freire, o jovem é um ser que se faz em suas relações no mundo, com o mundo e com os outros, mediante o trabalho livre, propiciado pelo exercício de sua condição de ser curioso/crítico/criativo. “Faz parte da condição de quem existe, tornar-se continuamente para ser mais”. (1993, p.87).

#### 4.3 O CPCC COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOS JOVENS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Como vimos, o Centro Popular de Cultura e Comunicação – CPCC, surge através da iniciativa de jovens comunitários envolvidos na luta pela democratização da comunicação, articulando-se com uma busca maior pela efetivação do Direito Humano à Comunicação.

Foi a partir do desenvolvimento do Projeto Fala Garotada que a Amazona, desde setembro de 2002, em parceria com organizações sociais populares (OSPS) de João Pessoa, Bayeux e Conde, começa a trabalhar a questão da comunicação. Este projeto surgiu como fruto da parceria entre a Amazona e a Petrobras. E teve como objetivo geral contribuir para a inclusão social de adolescentes de baixa renda. Intentava-se, também, a implantação de rádios difusoras comunitárias em seis comunidades, com a produção de programas sobre prevenção às DST/HIV/AIDS.

O Projeto Fala Garotada desenvolveu várias atividades com os/as adolescentes e jovens das seis comunidades com as quais trabalhou, a saber:

- Visitas domiciliares, para conversar sobre o uso dos preservativos masculino e feminino com as famílias;

- Rodas de diálogo para discutir temas diversos (prevenção às DST/AIDS, relações de Gênero, Cultura de Paz, entre outros) realizadas nas escolas pelos/as assistentes de projeto da Amazona, atividade na qual me fiz mais presente;
- Oficinas pedagógicas com os grupos de adolescentes nas comunidades;
- Seminários sobre Rádios Comunitárias e Cultura de Paz;
- Reuniões periódicas com os/as educadores/as sociais de cada comunidade para planejar e avaliar as atividades nas comunidades;
- Realização de cursos pré-profissionalizantes.

Todas essas atividades levaram em conta as demandas sociais colocadas pelos/as jovens e tiveram como foco principal a prevenção das DST/HIV/AIDS, relacionadas a todas as atividades desenvolvidas pela Amazona, que se constitui numa ONG/AIDS.

A consolidação das ações nas rádios comunitárias é uma das atividades mais importantes do Projeto, que visa utilizar este meio de comunicação para a constituição de espaços de democratização da informação, de controle social e de diálogo na comunidade para discussão e resolução de suas problemáticas sociais (AMAZONA, 2003)

Sendo assim, entre 2004 e 2005, o Projeto teve como preocupação maior consolidar as ações de comunicação comunitária, de promoção de saúde e da educação para o trabalho, além de incluir novos/as adolescentes e jovens de seis comunidades dos mesmos municípios citados anteriormente. Um fato marcante do projeto é que envolve adolescentes e jovens diretamente com as rádios comunitárias, elaborando programas de prevenção e participando de formações e articulações em prol da democratização da comunicação. Desta feita, os/as jovens envolvidos/as eram formados/as para desenvolverem as ações de comunicação através da programação das rádios e também ações de mobilizar os bairros com relação à prevenção à AIDS e, ao mesmo tempo, possibilitando para a população o acesso à informação sobre outras temáticas.

Segundo Santos (2009):

Nesse projeto, foi dada uma importância fundamental à consolidação das ações nas rádios comunitárias, pois estas serão utilizadas como meio para a constituição de espaços de democratização da informação, de controle social e de diálogo na comunidade para a discussão e resolução de suas problemáticas sociais. Para a Amazona, a comunicação é entendida como um direito humano. Por isso, desde 1999 vinha trabalhando na perspectiva de democratização da comunicação contribuindo com a implantação de

rádios comunitárias. Para conseguir tal objetivo, promoveu junto à sociedade civil mobilizações, articulações diversas com diversos segmentos da sociedade. Em setembro de 2002, através do patrocínio da PETROBRAS ao Projeto Fala Garotada, esse desejo se concretizou através da instalação de seis rádios difusoras comunitárias: Sintonia - Ilha do Bispo; Diversidade - Jardim Veneza; Voz do Povo - Monsenhor Magno; Independente - Timbó; Maré Alta - Bayeux na comunidade de Casa Branca e Voz Popular em São Rafael. (SANTOS, 2009, p.52)

Desse Projeto, surgiram, em janeiro de 2002, as Rádios Comunitárias Diversidade, Independente e Voz Popular que, no início, funcionavam apenas com caixinhas nos postes, mas avançaram com a aquisição de equipamentos para a instalação de FM.

Para a formação do conselho gestor da Rádio Voz Popular em São Rafael, as pessoas da comunidade envolvidas na ação acharam que deveriam ampliar a participação de outras entidades que atuam na comunidade, para além da EBE, e decidiram criar o CPCC para que este fosse o responsável por diversificar a participação local e o envio da documentação ao Ministério das Comunicações, solicitando a criação e autorização para funcionamento da Rádio Comunitária FM - Voz Popular.

Isto foi confirmado na pesquisa de campo, segundo o que falam os/as jovens:

**Participante 2:** Contribuo desde a formação com o CPCC e na fundação nos éramos adolescentes beneficiários da Rádio, aí participamos da reunião e entramos como membros, aí já no primeiro mandato eu fiquei como diretor financeiro, aí minha primeira responsabilidade foi fazer a parte financeira do CPCC e fiz a toda a parte de criar carnê, planilhas, no segundo mandato eu entrei como diretor administrativo e no terceiro como diretor geral e hoje diretor de operações e conseguimos estruturar o CPCC e elaborar projetos e eu contribuo nas ações.

**Participante 4:** A gente acreditava que devia estar assumindo o CPCC e lutar pelo CPCC e a gente por ser jovem queria muito, foi conquista nossa e conseguimos, eu comecei enquanto sócia fundadora ajudando sempre com mobilização, depois assumiu Daniel, Rosangela, Vanessa e seu Arnaldo, hoje o CPCC tem essa estrutura, pois Daniel deu continuidade, hoje eu contribuo como diretora e a gente 'tá lutando e minha área é educacional, base, com as crianças. E hoje estamos escrevendo os projetos e continua nessa visão de lutar em prol da juventude, adolescentes e crianças da comunidade.

**Participante 7:** Participo há um bom tempo das ações mas nessa última eleição fiquei como diretor administrativo, tenho que contribuir um pouco mais nessa área e a gente tem que organizar melhor a parte administrativa do CPCC e eu me envolvo em tudo do CPCC, nos projetos, mobilizações, padaria, rádio, projetos com as crianças, procurando ajudar de uma forma geral o CPCC.

**Participante 10:** A primeira experiência que eu tive no CPCC foi na rádio, eu tinha um programa na rádio e eu era criança, eu sempre via minha irmã participando, o pessoal lutando e quando a Rádio ficou FM eu vi a euforia das pessoas na rua e todo mundo nas casas ouvindo e aquilo pra mim foi muito marcante, a comunidade ouvia a própria comunidade e é era inacreditável um grupo de jovens fazer uma rádio FM e todo mundo ouvir e junto o medo da polícia chegar e pegar os equipamentos e eu vi o amor dos meninos pelo CPCC, depois entrei no projeto com os adolescentes da Amazona e ESSOR e fiquei 4 anos nos projetos, depois fiquei ajudando minha irmã e agora eu entrei como educadora e aprendi muito, muito e vi muitas coisas que eu não conhecia e assumi muitas responsabilidades e tudo o que sei hoje eu aprendi no CPCC e hoje estou como sócia do CPCC e participei da Assembleia, e educadora na EBE num projeto da ESSOR.

A partir de uma avaliação da Amazona junto às comunidades – RELATÓRIO FINAL DO PROJETO/2005 – considerou-se que o Fala Garotada foi um projeto que fortaleceu os meios de comunicação comunitária na luta pela democratização midiática e das iniciativas de cidadania, ligadas à juventude paraibana. Ainda valorizou ações que combinam a proposta de informar, formar e educar com a desconstrução de valores, comportamentos e atitudes de risco, promovendo a abertura de novos diálogos com a família, a comunidade e as instâncias de poder local.

Para Peruzzo (1998, p. 27), o localismo, nova denominação para a busca da identidade própria, é uma crítica da realidade e um anseio de emancipação na luta por uma sociedade mais justa.

Os veículos de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e dos instrumentos tecnológicos de comunicação, adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática. Por exemplo, a seleção de notícias que a pessoa se vê obrigada a fazer na hora de montar o noticiário na rádio comunitária, bem como os demais mecanismos que condicionam o processo de produzir e transmitir mensagens com os quais se depara cotidianamente, lhe tiram a ingenuidade sobre as estratégias e as possibilidades de manipulação de mensagens pelos grandes meios de comunicação de massa. (PERUZZO, 1998, p. 27).

**Figura 11.** Logomarca da Rádio Comunitária - Voz Popular



Fonte: Arquivos do CPCC 2017

Atualmente, essas rádios ainda estão à espera da concessão para o funcionamento, mas não deixaram de atuar dentro da comunidade por falta daquela, nem por causa dos lacres realizados pela Polícia Federal, no caso das rádios Diversidade e Independente. A Rádio Comunitária Voz Popular continua indo ao ar por transmissão FM, em caráter experimental, assim como é permitido por lei, até a saída de sua concessão fornecida pelo Ministério das Comunicações. Com esta longa espera, o CPCC encontrou como alternativa o funcionamento da Voz Popular como Webrádio, através de transmissão via internet. Este ano, a rádio estará comemorando 17 anos, como mostra a figura:

**Figura 12.** Convite de Aniversário da Rádio Voz Popular



Fonte: Arquivos do CPCC 2017

Em sua pesquisa de mestrado, realizada sobre comunicação comunitária, Santos coloca:

Projetos de protagonismo juvenil que atuam nessa área da comunicação estimulam o engajamento dos jovens de baixa renda em ações voluntárias em benefício da comunidade, não são atividades descomprometidas de pesquisa ou observação do meio. São ações que trazem as oportunidades para a ampliação do conhecimento dos mesmos sobre a realidade social e possibilitam uma compreensão mais evoluída de questões ligadas aos direitos humanos, à ética, justiça social, tolerância, paz, diversidade sociocultural, superação de preconceitos e outras temáticas que muitas vezes a mídia convencional não coloca nas pautas de seus programas radiofônicos. Ao participar dos projetos dessa natureza, os alunos aprendem a contribuir para o desenvolvimento de pessoas e instituições da comunidade. Por seu turno, ao adotar tal estratégia a escola amplia sua capacidade de educar para a cidadania solidária. (SANTOS, 2009, p. 62)

Trazendo o tema para os fins desta pesquisa, podemos considerar que Educar e Comunicar são ações inseparáveis, inerentes à humanização; como instrumentos, não têm um fim em si mesmo e podem ser exploradas tanto para a liberdade como para

manipular pessoas. A Rádio Voz Popular foi este espaço que proporcionou, a partir de sua criação, a mobilização dos jovens e espaços de formação de educação-não formal.

Parece-nos que a frase “ comunicação é um ato pedagógico e a educação é um ato comunicativo” sintetiza a complexidade e ao mesmo tempo as inter-relações entre comunicação e educação. Essa cumplicidade entre os dois campos ultrapassa as instituições de ensino para penetrar no campo dos grandes meios de comunicação de massa, mas também a comunicação engendrada no contexto das práticas associativas e comunitárias. A escola já não é mais o espaço primordialmente potencializado para educar. Os meios de comunicação passam a compartilhar de tal poder, embora nem sempre o fazem no sentido em que vá de encontro ao bem estar comum. (PERUZZO, 2001, p.128).

Considerando o exposto acima, podemos dialogar com Paulo Freire, que nos ajuda a compreender o papel da educação significativa e o processo de construir o desejo de “Ser mais”. Assim, o CPCC na comunidade de São Rafael, vem fazendo uma educação com um processo dialógico de aprendizagem, colocando o ser humano como sujeito da história, desenvolvendo nele uma consciência crítica, possibilitando a ele caminhar com suas próprias pernas, sendo um sujeito ativo de direitos.

É igualmente por meio da educação em direitos humanos que se pode começar a mudar as percepções sociais radicais, discriminatórias e violentas, na maioria das vezes, legitimadoras das violações de direitos humanos (TAVARES, 2007, p. 491).

Dos projetos realizados pela Amazona em parceria com o CPCC e da formação realizada com estes jovens, a partir dos temas integradores da formação para a cidadania, identificamos a relação direta com a Educação em Direitos Humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento que buscamos a finalização desse trabalho de investigação, apresentado nessa Dissertação, gostaríamos primeiramente, de registrar a importância das etapas que constituíram o caminho para a concretização desse trabalho, sendo estas de suma importância para perceber a trajetória e constituição da Comunidade de São Rafael, sobretudo os trabalhos de campo, pesquisas bibliográficas e documental que subsidiaram esse percurso. Assim, compreendendo a chegada do trabalho da ONG Amazona e a constituição e a relação de parceria com o CPCC, como sendo este espaço de atuação da juventude comunitária.

No capítulo 1, trabalhamos acerca do processo de origem e formação da comunidade São Rafael, que surge de uma granja, onde após a doação do terreno pela CEHAP, os ocupantes, passam a ser os primeiros moradores da comunidade, vimos que na década de 70/80 a comunidade tem uma expansão populacional, reflexo também do que aconteceu em todo o município de João Pessoa. A partir desse crescimento analisamos como a comunidade passa a conviver com agravos sociais, mas sobretudo como começam a se organizar e lutar por melhorias em suas condições de vida.

Durante todo o processo de construção deste trabalho, principalmente nas atividades da pesquisa de campo, inclusive nos momentos de encontros e reuniões com as lideranças comunitárias e os/as jovens, uma questão merece destaque: a participação social e a integração e acolhimento das pessoas da comunidade de São Rafael.

Entretanto, foi identificado um discurso dicotômico pelos participantes da pesquisa: de um lado, eles trazem toda a trajetória de luta presente na comunidade São Rafael, colocando que é uma comunidade forte, que cresceu e obteve melhorias por um processo de mobilização social de seus moradores/as, como vimos ao longo do primeiro capítulo deste trabalho. Mas, por outro lado, aparece também nas falas que não são todas ou a maioria das pessoas da comunidade que participam ativamente desta construção. É identificado, assim, que muitos não contribuem para a efetivação das ações comunitárias, que são poucas as pessoas que constroem no cotidiano estes processos de organização e busca pela efetivação de seus direitos.

Assim sendo, podemos colocar que existem limitações inerentes no processo de organização e mobilização comunitária, e que nem todos os/as moradores/as são parte ativa nestes processos. Entretanto, mesmos com estes limitadores as lideranças da comunidade São Rafael continuam a persistir e a se mobilizarem, motivadas pelo “compromisso”, buscam

trazer e renovar as pessoas para o movimento de luta, aí destacamos a garra e compromisso da juventude de São Rafael. Este percurso de fluxo e refluxo de organização e luta comunitária tem como principal objetivo provocar mudanças e melhorias na comunidade, mesmo sabendo que muitos moradores/as não se engajam na luta. Esse processo é contínuo, de mobilização pelo engajamento da população em projetos comunitários, que já existia na São Rafael, e os que se iniciaram com a parceria da ONG Amazona, e continuaram quando do surgimento da proposta de criação do CPCC, liderada por jovens.

Para embasar este trabalho, também resgatamos o processo histórico de surgimento das ONGs no Brasil e sua relação na busca pela efetivação dos Direitos Humanos, através da pesquisa bibliográfica e documental, apresentados durante o capítulo 2. Como estes atores, passam a ser identificados a princípio em seu surgimento – anos 80, como peças fundamentais na luta pela democratização do país, na busca pela garantia de direitos. Já no período dos anos 90 e 2000, como as ONG's se consolidam na busca por efetivação das políticas públicas, e como veem também buscando uma maior segurança em sua relação com o estado, a partir da luta pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

No capítulo 3 fizemos um regaste da trajetória dos Direitos Humanos, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, até os dias atuais, muitos caminhos foram percorridos, desde os tratados, as convenções, as constituições, as conferências, não só do arcabouço teórico mas dos instrumentos que normatizam esta trajetória. Temos, para além disto, os fatos históricos e sociais que demarcam o percurso dos ditos Direitos Humanos. E traçamos dentro dos Direitos Humanos, o Direito Social – a educação. Trabalhando assim, o percurso da Educação em Direitos Humanos, desde o seu surgimento, a partir da atuação da sociedade civil, seus fundamentos teóricos e metodológicos, e a busca de sua normatização como parte integrante da política pública de educação, no Brasil.

E para finalizar, durante o capítulo 4, detivemo-nos no estudo de caso – a ONG Amazona e sua atuação na comunidade de São Rafael. Neste seu trabalho, que fomentou a criação do CPCC, e do processo formativo junto à juventude, pudemos identificar um clarear desta formação - à LUZ DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, a partir da educação não formal.

No capítulo 4, apresentamos a pesquisa de campo, e como o exemplo da execução do Projeto Fala Garotada, desenvolvido pela Amazona, também na comunidade de São Rafael, que fomentou a criação da Rádio Voz Popular; e, para que a mesma pudesse pleitear a inscrição como FM Comunitária, foi criado o CPCC. Deste modo, pudemos perceber que as

rádios comunitárias representam um importante instrumento de emancipação popular e transformação social. Um meio imprescindível para o processo de democratização dos meios de comunicação do país e para a efetivação dos direitos humanos fundamentais, em especial o direito humano à Comunicação, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais e ambientais.

A partir da experiência da Rádio Voz Popular- em São Rafael, identificamos a dimensão do processo de construção coletiva e de gestão compartilhada, princípios que norteiam as rádios comunitárias – e também a Voz Popular, ação pioneira do CPCC. Vivenciados a partir do momento da formação e do empoderamento dos jovens, que buscam unificar as várias organizações que realizavam trabalhos na comunidade para constituição do Conselho Gestor da Rádio, além da discussão sobre a composição da grade de programação da FM Comunitária e de todo o processo de formação dos moradores, sobre comunicação comunitária, de formação na ação para elaboração dos programas educativos, entre outros. Ficou evidenciada, desse modo, a atuação da Voz Popular como local de realização da educação não formal em Direitos Humanos, dando voz aos/às moradores/as e a oportunidade de fazer comunicação e de comunicar-se a partir da realidade local, exercendo uma cidadania ativa.

Destacamos o fato dos adolescentes e jovens envolvidos diretamente com as rádios comunitárias estarem elaborando programas de prevenção e participando de formações e articulações em prol da democratização da comunicação, segundo o entendimento de que é a comunicação um direito humano. Soma-se a isso a capacitação em cursos profissionalizantes que oportunizaram a inserção real de adolescentes no mercado de trabalho, sem contar a elevação da autoestima através de formações específicas voltadas para: orientação sexual; igualdade de gênero; enfrentamento as DST/HIV/AIDS e cuidados relativos à gravidez na adolescência; mobilização e potencialização da força juvenil nos processos participativos de abordagem e interlocução das políticas públicas voltadas para esse segmento social, Enfim, experiências e vivências em processos educativos e formativos de exercício pleno da cidadania com autonomia.

Assim, a juventude de São Rafael, construindo sua história, sendo protagonista, isto significa contribuir para a mudança de comportamento e melhoria nas condições de vida de sua comunidade. O desempenho destas atividades colabora para a desconstrução de valores arraigados de sujeição, visando à equidade nas relações sociais, que é fundamental na construção de uma sociedade mais justa. E estes significados foram evidenciados nas falas de

todos/as os/as sujeitos desta pesquisa e por mim compartilhados, na medida em que me descobri também como protagonista.

Portanto, a pesquisa comprovou diversos pontos de convergências entre a atuação da ONG Amazona em parceria com o CPCC, a Educação em Direitos Humanos e a pedagogia freireana, com destaque para a Educação como ato de liberdade, proposto do Paulo Freire, cujo pensamento foi o principal fio condutor entre a Educação em Direitos Humanos e do fazer desta parceria. Pensamento esse que reconhece o jovem como sujeito de direitos e possibilita uma formação reflexiva, propositiva, que contribui com a consciência cidadã; e possibilita o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e o fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da defesa e da efetivação dos Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 6, 1997. Disponível em <[http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Blog\\_Direito\\_de\\_se\\_Diferente/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20Tematiza%C3%A7%C3%A3o%20Social%20da%20Juventude%20no%20Brasil.pdf](http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Blog_Direito_de_se_Diferente/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20Tematiza%C3%A7%C3%A3o%20Social%20da%20Juventude%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em jun.2017.
- AGUIRRE, Luis Pérez. Os convidados estrangeiros. In: **Jornal da Rede**. São Paulo: Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, 1997. p.7.
- ARMANI, Domingos. O Desenvolvimento Institucional como Condição de Sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: **AIDS e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil**. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p.17-33.
- BARBOTIN, Maria Angeluce S. P. “Pia! Só quer ser o que não é, e mora na favela”: práticas de consumo e construção das identidades entre indivíduos de classes populares. **Tese** (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORGES, C.D.; SANTOS, M.A. Aplicações metodológicas da técnica de grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista SPAGESP**, v.6, n.1, 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702005000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702005000100010)>. Acesso em 19 jun.2017.
- BRASIL **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH-PR/MEC/UNESCO, 2007.
- CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et alii. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007, p. 399-413.
- CARBONARI, Paulo César. Educação popular em Direitos Humanos: aproximações e comentários ao PNEDH. In: SILVA, A. M. M; TAVARES, C. (Orgs.) **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-110.
- CARMO, H. **Desenvolvimento Comunitário**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, p. 28-36.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível: base social e projeto político** (1980 – 1991). Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002, p.32-58.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artemed, 2000.
- DAYRELL Juarez. **O jovem como sujeito social**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>>. Acesso em: 10 jun.2017.

DIEESE. Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos: mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo: DIEESE, 2008.

DUARTE, Emeide Nóbrega; SILVA, Alzira Karla Araújo da; COSTA, Suzana Queiroga da. Gestão da informação e do conhecimento: práticas de empresa “excelente em gestão empresarial” extensivas à unidade de informação. **Informação e Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 78-107, jan./abr. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão Social e Cidadania**. Disponível em <[http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006\\_Brazil/17\\_07\\_PDF/vicente\\_faleiros.pdf](http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf)>. Acesso em 30 maio.2017.

FERNANDES, Thayse Andrade. Acompanhando a prática. In: **Jovem PEV**: uma experiência de protagonismo juvenil. Associação de Educação para a Vida – ASSEV: Vitória da Conquista, Bahia, 2003.

FRANCO, M.L.P.B. O que é análise de conteúdo. **Cadernos de Psicologia da Educação**. São Paulo, PUCSP (7): 1-31, Ago.1986.

FREIRE, José Roberto de Araújo. Os direitos humanos como poderes sociais: Uma estratégia contra-hegemônica de efetivação dos direitos humanos contra o neoliberalismo e a globalização neoliberal. Dissertação (Mestrado), Curso Máster de Cidadania I DretsHumans – Universitat de Barcelona. Barcelona, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo e o terceiro setor. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001(Coleção Questões da Nossa Época; v. 71).

GOHN, Maria da Gloria. **Sociedade Civil no Brasil**: Movimentos Sociais e ONGs. Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, maio./ago.2013. Disponível em <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/145/pdf>>. Acesso em 10 maio.2017.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000 (Coleção Enfoques Sociologia).

JACOBO, Julio. **O mapa da violência**. Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em 15 out.2015.

GOSS, Karine Pereira e Prudêncio, Kelly.O conceito de movimentos sociais revisado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p.75-91.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução urbana de João Pessoa Pós - 60. In GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João Roberto; RABAY, Glória. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1999. p. 39–54.

LUCENA, Sarah Araújo de. A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento: um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário. **Dissertação** (Mestrado Profissional: Gestão em Organizações Aprendentes). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

MEDEIROS, Rogério de Souza. **Sociedade Civil e Autonomia**: Um estudo sobre as atuais relações entre as ONGs da RMR e o Estado. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

MINAYO, M. C. de S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28.ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

MORAES, Renildo Lúcio. Juventude e educação em direitos humanos: uma relação presente no currículo do Projovem Urbano de João Pessoa. **Dissertação** (Mestrado do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

NOVAES, R. et alli. **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); Fundação Friederich Ebert, 2006.

OJEDA, Igor. A complexa relação entre Estado e ONGs. Artigo de opinião. Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2727:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2727:catid=28&Itemid=23) Acesso em 17 nov.2016.

OLIVEIRA, Francisco Borges de. Degradação do meio físico e implicações ambientais na Bacia do Rio Jaguaribe. **Dissertação** (Mestrado em Geociências), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

OLIVEIRA, José Roberto Guedes de. **O Papel das ONGs na Formulação de Políticas Públicas**. Artigo de opinião. Disponível em:<<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&tipo=temas&cd 3>>. Acesso em 17 abr.2016.

OLIVEIRA, Míguas Darcy de. **Cidadania e Globalização**: A Política Externa Brasileira e as ONGs. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **Revista de Ciências Sociais – DADOS**. Vol. 49, n. 3, pp. 651 a 613. Rio de Janeiro, 2006.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania.3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Daniel Pereira dos. Rádios Comunitárias – a importância no desenvolvimento local. **Monografia** (Graduação em História), Universidade Estadual Vale do

Acarau/Universidade Aberta Vida, João Pessoa, 2011. Disponível em: <[http://cpcc.webnode.com.br/biblioteca - virtual/](http://cpcc.webnode.com.br/biblioteca-virtual/)>. Acesso em 30 maio.2017.

SANTOS, Rosangela de Souza. Rádio comunitária: um canal de expressão e participação do povo. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

SILVA, Vânia Sandeléia Vaz. A participação de ONGs nas conferências sociais globais da ONU e os Direitos Humanos. Texto apresentado no Grupo de Trabalho 31 “Política dos direitos humanos”, sessão 3: Novos atores e processos na política de direitos humanos. **32º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, 2008.

SIMÕES SEVERO, M. **Os movimentos sociais de juventude e os direitos dos jovens no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2006.

SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. **Educação e cultura em direitos humanos**. Bittar, Eduardo. São Paulo: ANDHEP, 2009.

SOUSA, Paulo Rener de Freitas. A via crucis das comunidades São José– Chatuba no vale do Jaguaribe em João Pessoa – PB. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. O processo preparatório da Conferencia Mundial de Direitos Humanos: Viena, 1993. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 36, n. 1, p. 1-45, Brasília1993.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, Introdução. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et alii. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007. p.15-25.

\_\_\_\_\_. Um instrumento de diagnóstico das representações sociais: o grupo focal. In. **Revista Diálogo Educacional**, Vol. 11, No. 33, pp. 435 - 467. Maio/Agosto 2011. Disponível em <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=5053&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em março.2017.

\_\_\_\_\_. PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. Relatório Brasileiro de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais 2003. Disponível em <[www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br)>. Acesso em jun.2017.

# **ANEXOS**

	<p>Universidade Federal da Paraíba</p> <p>Centro de Ciências Humanas Letras e Artes</p> <p>Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos</p> <p>Programa de Pós-Graduação</p> <p>em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas</p>	 <p>PPGDH</p>
---	---	--

**Dissertação:**

A atuação da ONG Amazona – Associação de Prevenção à Aids na Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da educação em Direitos Humanos

**Mestranda: Viviane Alves Machado**

**ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA GRUPO FOCAL**

**BLOCO1: SER JOVEM**

1. O que é ser jovem para você?
2. Quais os principais desafios de ser jovem?
3. Quais os principais desafios que você enfrenta sendo jovem?
4. Quais são os pontos positivos em ser jovem?
5. Como você enxerga o seu futuro?

**BLOCO 2: A VIVENCIA DA JUVENTUDE NA COMUNIDADE DE SÃO RAFAEL**

1. Como é ser jovem na comunidade de São Rafael?
2. Quais os principais desafios de ser jovem e viver na comunidade?
3. Como a comunidade contribui positiva ou negativamente na sua vivencia de jovem?
4. Como você pode contribuir para a comunidade nesta fase da juventude?
5. Como os jovens se organizam na comunidade?

**BLOCO3: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE A CRIAÇÃO DO CPCC E ATUAÇÃO DA AMAZONA**

1. Como surgiu o CPCC?
2. Qual a sua contribuição no surgimento e ou na atuação do CPCC?
3. Como vocês avaliam a parceria entre a ONG Amazona e o CPCC?
4. Qual a contribuição da Amazona e do CPCC para formação dos jovens da Comunidade?
5. Quais as ações que contribuíram para a formação da juventude? O que estas ações proporcionaram para você?

	<p style="text-align: center;">Universidade Federal da Paraíba          Centro de Ciências Humanas Letras e Artes          Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos          Programa de Pós-Graduação          em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas</p>	
---	---	---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

A atuação da ONG Amazona – Associação de Prevenção à Aids na Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da educação em Direitos Humanos

Esta pesquisa **“A atuação da ONG Amazona – Associação de Prevenção à Aids na Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da educação em Direitos Humanos**, é desenvolvida por Viviane Alves Machado, aluna do mestrado do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Godoy Silveira.

#### OBJETIVO DA PESQUISA:

- Analisar o processo de construção da parceria entre a ONG Amazona e o Centro Popular de Comunicação e Cultura (CPCC) e os processos de formação de lideranças juvenis à luz da Educação em Direitos Humanos.

#### PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

A pessoa que aceitar fazer parte desta pesquisa, neste momento vai participar de:

- Um Grupo Focal, ou seja, uma entrevista coletiva, com a presença de outros moradores, a ser realizado pela pesquisadora Viviane Alves Machado,
- O Grupo Focal será realizado na sede do CPCC (Centro Popular de Comunicação e Cultura), tendo uma duração de aproximadamente uma hora;
- Ao término do Grupo Focal será servido um lanche para os/as participantes

### CONFIDENCIALIDADE

- O/a participante pode optar pelo sigilo de sua identidade durante a redação do texto da dissertação;

- O/a participante deve concordar com o uso de equipamento de gravação, caso não concorde pode desistir de participar sem nenhum constrangimento.

- O/a participante deve concordar com o uso de equipamento de registro fotográfico, caso não concorde pode desistir de participar sem nenhum constrangimento.

### DÚVIDAS

Qualquer dúvida pode ser tirada na hora, com o/a pesquisador. Depois, pode procurar as seguintes pessoas:

- Viviane Alves Machado: Pesquisadora principal.

Telefone: 99951 3484

e-mail: vivianept@hotmail.com

- Profª. Drª. Rosa Maria Godoy Silveira.: Orientadora da Pesquisa

Universidade Federal da Paraíba – PPGDH

Telefone: 3216 7468

### CONSENTIMENTO

Li todas as informações e tirei todas as dúvidas a respeito do estudo. Sei, também, que a minha participação é voluntária e que eu posso desistir mesmo depois de ter começado, sem que isto me traga qualquer prejuízo pessoal.

Por tudo isso:

1. Concordo em participar.  
 Sim ( ) Não
2. Concordo com o uso do equipamento de gravação  
 Sim ( ) Não
3. Concordo com o uso do equipamento de registro fotográfico  
 Sim ( ) Não
4. Autorizo divulgar meu nome  
 Sim ( ) Não

Local São Paulo

Data 19/06/17

Assinatura da Participante: Leonora Gomes Vieira

Assinatura do/a entrevistador/a: Van de Ledeo

Assinatura de uma testemunha: Wanessa Costa Santos

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A atuação da ONG Amazona - Associação de Prevenção à Aids na Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da Educação em Direitos Humanos

**Pesquisador:** VIVIANE ALVES MACHADO

**Versão:** 2

**CAAE:** 70447317.0.0000.5188

**Instituição Proponente:** Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas

**DADOS DO COMPROVANTE**

**Número do Comprovante:** 071734/2017

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

Informamos que o projeto A atuação da ONG Amazona - Associação de Prevenção à Aids na Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da Educação em Direitos Humanos que tem como pesquisador responsável VIVIANE ALVES MACHADO, foi recebido para análise ética no CEP UFPB - Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba em 29/08/2017 às 12:07.

**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N  
**Bairro:** CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** eticaccsurpb@hotmail.com



## **Planejamento Estratégico 2015 - 2017**

### **Relatório**

## 1 - Proposta para realização do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO para a Amazona 2015-2017.

- 1.1 – Refletir sobre a MISSÃO;
- 1.2 - VALORES;
- 1.3 – VISÃO;
- 1.4 - DEFINIÇÃO DOS EIXOS;
- 1.5 – Forças – Oportunidades - Fraquezas – Ameaças (FOFA);
- 1.6 - QUESTÕES ESTRATÉGICAS;
- 1.7 - PLANOS PARA RESOLVER AS QUESTÕES.

## 2 – INICIANDO COM A REFLEXÃO: Por que fazer um *Plano Estratégico*?

- Para determinar onde estamos indo nos próximos anos, como atingir onde queremos chegar? E como vamos saber se chegamos onde queríamos ou não.

“Se você não sabe para onde está indo, você pode chegar em um outro lugar.”

## 3 - Refletindo sobre a MISSÃO:

- O que é importante não é o que você faz, mas a **diferença** que faz.

### Que diferença a Amazona faz?

- A Missão é uma declaração sobre o que a organização é, sobre sua razão de ser;
- A justificativa social da sua existência.
- Serve de critério geral para orientar a tomada de decisões, para definir objetivos e auxiliar na escolha das decisões estratégicas.

 Porque a Amazona existe?

 Quem somos nós e o que fazemos?

- Deve incluir informações sobre o propósito, sobre o que faz, valores e público prioritário da organização:
- **Público prioritário:** para quem estamos fazendo as nossas ações? Onde?
- **Propósito:** razão de ser / a Amazona existe para responder as quais necessidades do público a ser atendido?
- **Ações:** o que estamos fazendo para responder as necessidades?
- **Valores:** quais valores guiam o nosso trabalho?

### 3.1 - Trabalhos em pequenos grupos sobre as informações necessárias para a composição da missão:

 Qual o público prioritário da Amazona? Qual o público que a Amazona tem trabalhado atualmente?

 Qual a abrangência geográfica da Amazona?

 Atualmente qual é a principal finalidade da Amazona? A Amazona existe por que?

 O que a Amazona faz? Que fazemos para alcançar a finalidade?

 Qual não é a finalidade da Amazona?

🚩 O que diferencia a Amazona de outras instituições semelhantes? O que nos faz ser distinto e único?

O que a Amazona faz	Abrangência Geográfica	Público prioritário	Principal finalidade	O que não é finalidade	O que diferencia a Amazona	
Mobilização Social	Estadual com foco na região metropolitana de João Pessoa.	Adolescentes, jovens e familiares em situação de vulnerabilidade social	Contribuir c/ o desenvolvimento das pessoas promovendo a cidadania e a justiça social;	Realizar atividades assistencialistas	Ação com as comunidades de base.	
Formação em educomunicação c/ adolescentes e jovens		Lideranças comunitárias (de comunid. em situação de vulnerab. Social)	Controle social das políticas públicas	Realizar atendimento especializado (psico-social, jurídico, etc) junto ao público prioritário.	Comunicação comunitária	
Formação humana com adolescentes e jovens - Geração de Trabalho e Renda c/ jovens e adultos		Gestores/as Públicos, profissionais que trabalham junto á população em situação de vulnerabilidade social	Fortalecimento das OSP's	Utilizar para fins políticos (partidários) .	Capacidade técnica reconhecida (equipe técnica e associados).	
Formação e capacitação com lideranças, gestores/as profissionais, etc.					Interesses particulares.	Gestão participativa e transparente
Contribuir para o fortalecimento de grupos/parcerias/rede.					Discriminação de credo, raça, orientação sexual	Credibilidade (trajetória) reconhecimento.
Desenvolve projetos de DH						Diversidade de ações - versatilidade.
Participa de fóruns, redes e de instâncias de controle social						Boa interlocução com o poder público, organizações de base, outras ONG e mídia

### 3.2 - MISSÃO ATUAL DA AMAZONA:

*'Promover a saúde como um direito fundamental, através da prevenção das DST/HIV/AIDS, do fortalecimento da cidadania e da auto-organização junto às comunidades de baixa renda, numa perspectiva de justiça social'*

**3.3 - Reflexões em subgrupos sobre o que permanece e o que muda na Missão atual, considerando as orientações para a elaboração da missão:**

O que permanece
População (priorizando a juventude e adultos) em situação de vulnerabilidade social.
A abrangência geográfica na Paraíba.
Auto-organização (?).
Contribuir para a justiça social

O que muda
Ações em parceria com as OSP's
Tirar foco da saúde

**3.4 - Orientações para a composição/elaboração da Missão:**

- ✚ Deve ser breve e sem 'jargão' / deve ser compreensível por todos/as dentro e fora da organização / fácil de entender.
- ✚ Deve demonstrar a diferença que uma organização fará para aqueles que serve, em vez de simplesmente descrever o que ela faz.
- ✚ Uma declaração de missão precisa comunicar tudo em poucas palavras.

**3.5 - Exemplos de *Missão* de organizações sociais e instituições:**

- ❖ ABRINQ: - Promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes.
- ❖ CONCERN UNIVERSAL: - Trabalhar em parceria para combater a pobreza e a desigualdade. Apoiamos ações práticas que possibilitam as pessoas a melhorarem suas vidas e direcionarem seus próprios futuros.
- ❖ FUNDAÇÃO PETROBRÁS:- Promover o desenvolvimento sustentável, utilizando tecnologia e ciência na formulação de projetos, no debate científico e na formação de recursos humanos.
- ❖ CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CC e A) :
- ❖ Promover a melhoria na qualidade de vida da criança e adolescente, por meio da efetivação dos seus direitos através de ações educativas, valorizando a cultura, a capacitação profissional e o lazer, ampliando com isso a perspectiva de vida digna da comunidade.

**3.6 - Trabalho em grupos para sugerir a elaboração da missão.**

Proposta 1

**Promover o desenvolvimento da população em vulnerabilidade social da Paraíba, através de parcerias para o exercício da cidadania e da justiça social.**

Proposta 2

**Contribuir com o desenvolvimento humano, promovendo o fortalecimento da cidadania e a auto-organização da população em situação de vulnerabilidade social**

Proposta 3

**Contribuir com o desenvolvimento humano da população em situação de vulnerabilidade social, promovendo o fortalecimento da cidadania e sua auto-organização, numa perspectiva de justiça social.**

⇒ A equipe da Amazona acordou que a **proposta 3**, seria a versão para refletir posteriormente inclusive com outras pessoas estratégicas como sócios/as e colaboradores/as da mesma, para definir melhor sua missão.

### 3.7 – Definição da **NOVA MISSÃO DA AMAZONA**:

⇒ Afirmou-se a missão escolhida no último encontro para ser melhor analisada, realizando algumas supressões, ficando da seguinte forma a **NOVA MISSÃO DA AMAZONA**:

**Contribuir com o desenvolvimento humano, promovendo o fortalecimento da cidadania e a auto-organização da população em situação de vulnerabilidade social.**

### 4 – Definição dos Valores da Amazona:

- **Valores** são o conjunto de características de uma pessoa ou organização, que determinam a forma como a pessoa ou organização se **comportam e interagem** com outros indivíduos e com o meio ambiente.
- Que valores guiam o nosso trabalho?
- Quais os valores em que a Amazona acredita?
- Quais são os valores fundamentais da Amazona?

#### 4.1 – Valores Atuais da Amazona:

- **Justiça Social:** Compreendida como a equidade de direitos e oportunidades para todos(as), tendo como base o respeito à diversidade sexual, de etnia, de raça, credo e religião em que o ser humano é considerado simplesmente por sua condição de pessoa humana. Assim, o que é devido a um é devido a todos, e o benefício de um recai sobre todos.
- **Inclusão Social:** Motivar e qualificar a participação da população de baixa renda na construção de alternativas que garantam a igualdade de oportunidades e acessibilidade aos bens econômicos, sociais, culturais e políticos.

- **Solidariedade:** Somar forças na construção de uma consciência coletiva que comungue com a reflexão apontada por Betinho “O que nos falta é a capacidade de traduzir em proposta aquilo que ilumina a nossa inteligência e mobiliza nossos corações: a construção de um novo mundo.”
- **Ética:** Atitude individual e coletiva com vistas à liberdade, dignidade, transparência, responsabilidade social, promoção do bem comum e de uma sociedade democrática e solidária. “A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo com os(as) outros(as) relações justas e aceitáveis. Via de regra está fundamentada nas idéias de bem e virtude, enquanto valores perseguidos por todo ser humano e cujo alcance se traduz numa existência plena e feliz.”
- **Transparência Pública:** Incentivar a população para participar e ter acesso a processos de conhecimento, avaliação e discussão das políticas públicas, inclusive, em momentos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, visando o controle social dos recursos e políticas públicas.

**4.2 -Cochicho** em grupos de 2 ou 3 pessoas sobre o que permanece e o que muda nos valores atuais (expor em tarjetas).

**4.3 -Individualmente escrever em tarjetas até dois valores** (um por tarjeta) que considera da Amazona.

**4.4 –Resultados** dos dois trabalhos (cochicho e reflexão individual)

#### DEFINIÇÃO DOS VALORES DA AMAZONA:

- Permaneceu-se com os valores já existentes com alguns acréscimos, acrescentando-se também alguns valores que podem ser integrados aos já existentes. Precisando-se rever as elaborações dos textos:

- Justiça Social – **Incluindo-se: equidade de gênero e de geração;**
- Inclusão Social – substituir “*baixa renda*” por “**em situação de vulnerabilidade social**” e incluir dentro do contexto deste valor **protagonismo;**
- Incluir os valores de: **Parceria/autonomia e Igualdade;**

#### 4.5 – Apresentando alguns exemplos de elaboração de valores:

- Valores da Concern Universal:
  - 1) Dignidade Humana – “Todos/as nos importam”
  - 2) Foco comunitário – “Pessoas lideram o seu próprio desenvolvimento”
  - 3) Integridade – “Princípios dirigem o nosso compromisso”
  - 4) Parceria – “Forças complementares trabalhando em conjunto”
- Declaração de Valores da Concern Universal:

Nossos valores moldam o nosso trabalho. Nós respeitamos a dignidade humana e o valor de cada pessoa. Estamos comprometidos de manter um foco sobre comunidades e de responder a

necessidades locais. Respeitamos as diferentes parcerias institucionais que informam e agregam valor ao nosso trabalho. Estamos comprometidos a ser aberto, honesto, confiável e responsável em tudo que fazemos.

#### 5 – Refletindo sobre a Metodologia FOFA (Pontos Fortes/Pontos Fracos/Oportunidades/Ameaças):

- Objetivo – elaborar uma leitura crítica do ambiente / contexto interno e externo da Amazona, levando em consideração:
  - a) Os pontos/elementos principais que surgiram durante a avaliação;
  - b) A Missão da Amazona;
  - c) Outros elementos que acham importante (ex. conjuntura atual)
- **CONTEXTO INTERNO (dentro do controle da Amazona)**
  - PONTOS FORTES (principais elementos/fatores fortes da Amazona) – para alcançar a Missão;
  - PONTOS FRACOS (fatores limitantes / debilitantes) – as pedras no caminho da Amazona para alcançar a sua Missão;
- **AMBIENTE / CONTEXTO EXTERNO:**

**OPORTUNIDADES      AMEAÇAS**

  - As principais tendências ou cenários conjunturais no ambiente externa que possam ser aproveitado ou que possam interferir negativamente no alcance da missão.

#### 5.1 – Trabalhos para refletir sobre a FOFA:

- 1) Pensar individualmente – até 3 elementos por pessoa.
- 2) Discussão em grupo e eleição dos principais elementos – max. 10 por grupo, 01 elemento por tarjeta (poucas palavras).
- 3) Plenária – apresentação dos grupos; eleição dos principais pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

<b>POSITIVO</b>	<b>AMBIENTE INTERNO</b>		<b>NEGATIVO</b>
	<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>	
	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>	
	<b>AMBIENTE EXTERNO</b>		

#### 5.2 – Apresentação da FOFA pela plenária:

**PONTOS FORTES**

CAPACIDADE TÉCNICA PARA O TRABALHO SOCIAL – 23 votos	1°
PODER DE ARTICULAÇÃO PELA CREDIBILIDADE / BASE e PARCEIRAS – 16 votos	2°
METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO POPULAR – 5 votos	3°
<b>CREDIBILIDADE JUNTO A DIVERSOS ATORES</b> tais como outras ONGs, Governos, Fóruns, Conselhos, OSPs, Comunitários/as – 5 votos	3°
Articulada com outras organizações – 4 votos	5°
Credibilidade baseada em <b>experiências bem sucedidas e várias linhas temáticas</b> – 4 votos	6°
Transparência interna e externa – 3 votos	7°
Credibilidade – 2 votos	8°
Compromisso com suas funções e atividades – 2 votos	8°
Contribuir com o fortalecimento das OSPs – 2 votos	8°

<b>PONTOS FRACOS</b>	
Falta de inovação para a mobilização de recursos (deficiência) – 26 votos	1°
Rotatividade da equipe (carga horário reduzida, perspectiva de curto prazo) – 10 votos	2°
Poucas pessoas com experiência em elaboração de projetos e tempo para elaborar projetos – captação de recursos – 5 votos	3°
Representação em poucos espaços de políticas públicas – 5 votos	3°
Não existem voluntários (voluntariado) – 3 votos	4°
Falta de projetos de longo prazos (trienais) – 2 votos	5°
Equipe reduzida e com carga horária reduzida – 2 votos	6°
Capacidade ociosa da infra gera custos desnecessários – 1 voto	7°

<b>OPORTUNIDADES</b>	
Cooperação tendo investido em projetos em rede; “abertura” das ONGs para elaboração de projetos em rede – 22 votos	1°
Mais editais de projetos / convênios – 15 votos	2°
Incentivo ao protagonismo – 8 votos	3°
Programas governamentais tem dificuldade de chegar na ponta; as ONGs se apresentando como ponte – forma de captação de recursos – 5 votos	4°
Impacto das ações nas comunidades e nas outras organizações gera demanda – 5 votos	4°
Cooperação Sul-Sul – nova forma de captação de recursos para ONGs Brasileiros – 5 votos	4°
Oportunidade de recursos através da ampliação da responsabilidade social das empresas – 0 votos	-
<b>AMEAÇAS</b>	
Nível de exigência e burocracia p/ editais/convênios públicos p/	1°

constar e administrar – 21 votos	
Escândalos envolvendo ONG's veiculadas na mídia – 08 votos	2°
O Governo atual não conseguiu aprovação do marco regulatório das ONG's – 06 votos	3°
Disputas eleitorais – 03 votos	4°
A falta de recursos por não aprovar projetos – 03 votos	4°
Fragilidade no controle social das políticas – 01 voto	5°
Desmobilização dos movimentos sociais de base – 0 voto	-
Atraso no repasse financeiro dos projetos/convênios aprovados – 0 voto	-

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Capacidade técnica para o trabalho social;</li> <li>2. Poder de articulação pela credibilidade / base e parceiras;</li> <li>3. Metodologia de educação popular;</li> <li>3. Credibilidade junto a diversos atores;</li> <li>4. Articulada com outras organizações;</li> <li>5. Credibilidade baseada em <b>experiências bem sucedidas e várias linhas temáticas;</b></li> <li>6. Transparência interna e externa;</li> </ol>	<p><b>PONTOS FRACOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falta de inovação para a mobilização de recursos (deficiência);</li> <li>2. Rotatividade da equipe (carga horário reduzida, perspectiva de curto prazo);</li> <li>3. Poucas pessoas com experiência em elaboração de projetos e tempo para elaborar projetos – captação de recursos;</li> <li>3. Representação em poucos espaços de políticas públicas;</li> <li>4. Não existem voluntários (voluntariado);</li> <li>5. Falta de projetos de longo prazo;</li> </ol>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cooperação tendo investido em projetos em rede; “abertura” das ONGs para elaboração de projetos em rede;</li> <li>2. Mais editais de projetos / convênios;</li> <li>3. Incentivo ao protagonismo;</li> <li>4. Prog. govern. tem dificult. de chegar na ponta; as ONGs se apresentando como ponte – forma de captação de recursos;</li> <li>5. Impacto das ações nas comunidades e nas outras organizações gera demanda;</li> <li>6. Cooperação Sul-Sul – nova forma de captação de recursos para ONGs Brasileiras;</li> </ol>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nível de exigência e burocracia p/ editais/convênios públicos p/ constar e administrar;</li> <li>2. Escândalos envolvendo ONG's veiculadas na mídia;</li> <li>3. O Governo atual não conseguiu aprovação do marco regulatório das ONG's;</li> <li>4. Disputas eleitorais;</li> <li>5. A falta de recursos por não aprovar projetos;</li> <li>6. Fragilidade no controle social das políticas</li> </ol>

**6 - Público prioritário:**

**A - Quem é a população em situação de vulnerabilidade?**

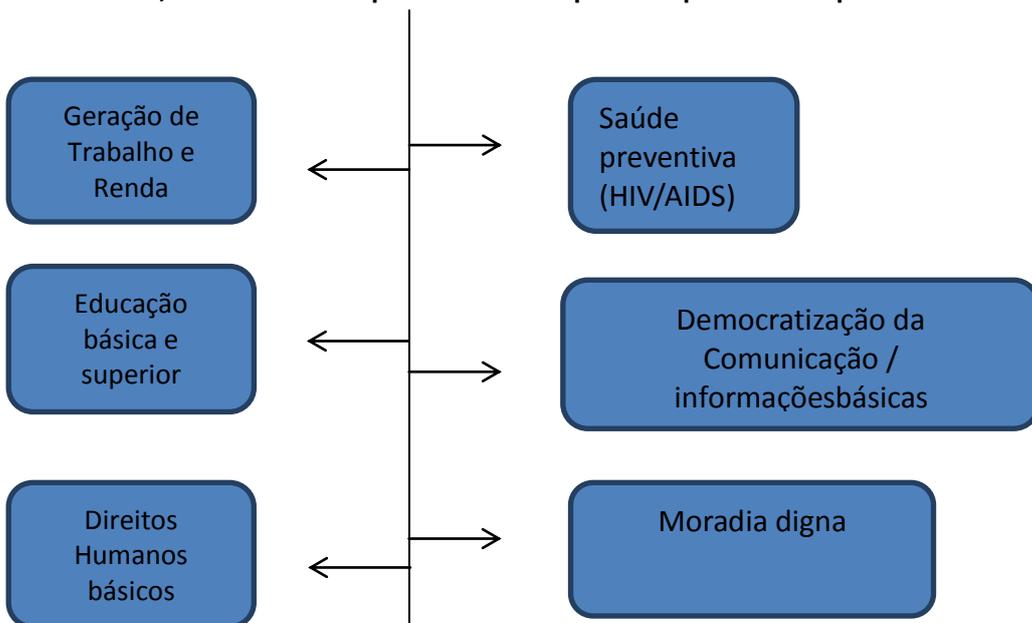
Grupos prioritários: adolescentes, jovens e familiares (de pelo menos 6 comunidades)

**B - Abrangência Geográfica:**

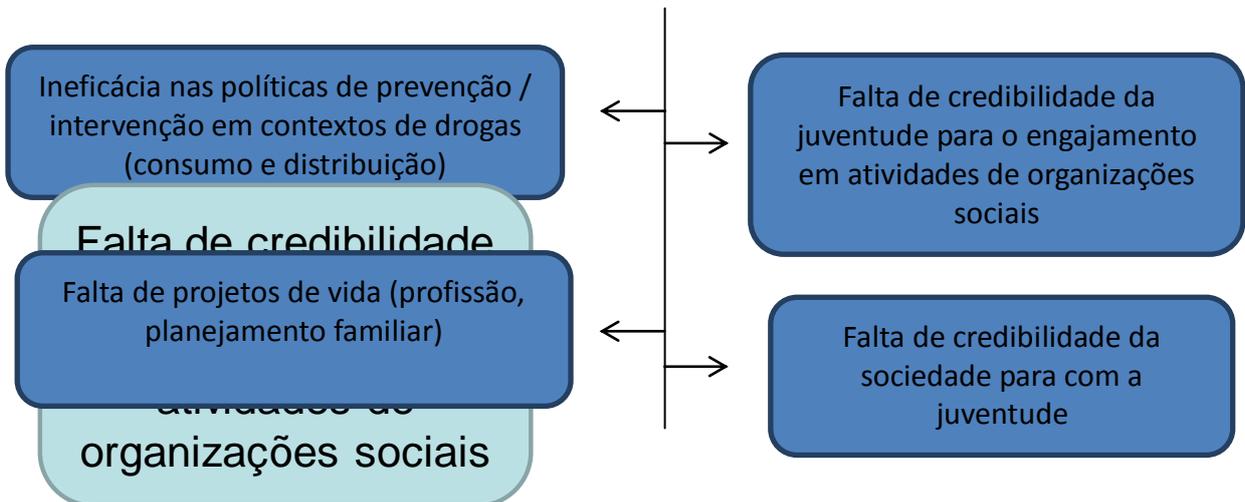
Abrangência Estadual com foco na região metropolitana de João Pessoa;

**7- Quais os fatores (problemas / desafios) que influenciam, afetam, impactam, (negativamente) as perspectivas de desenvolvimento humano da população em situação de vulnerabilidade?**

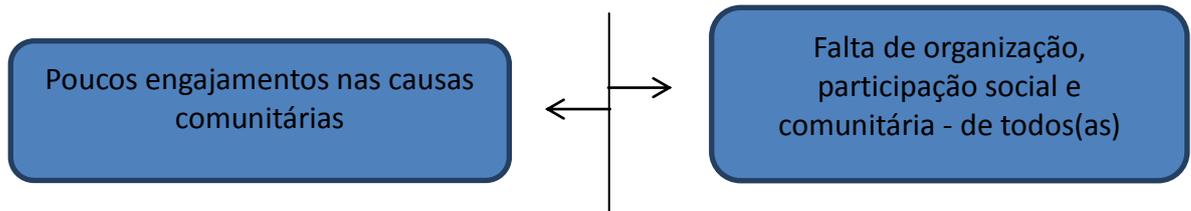
**7.1. Falta, insuficiência ou pouco acesso às políticas públicas de qualidade:**



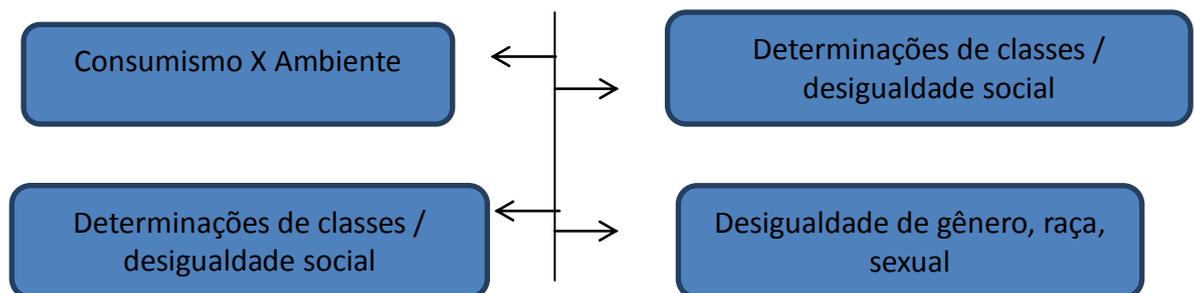
**7.2 - Juventude:**



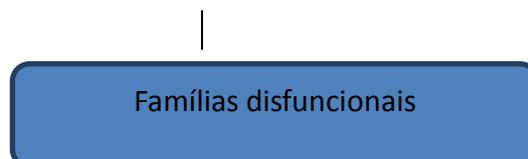
### 7.3 - Organização e participação social e comunitária:



### 7.4 - Estrutura do modelo da sociedade:



### 7.5 - Fatores Transversais:



## 8 - Considerando a missão e os problemas que o público prioritário da amazona enfrenta:

**8.1** - O que a Amazona vai fazer para minimizar esses problemas?

**8.2** - Quais as (três ou quatro) estratégias / eixos / linhas de ação que a amazona vai priorizar para impactar nesses problemas e melhorar a vida do público prioritário?

### 8.3 - Eixos, Linhas Gerais:

- 1) Controle Social e intervenção nas políticas públicas;
- 2) Desenvolvimento de parcerias e fortalecimento das OSPs para facilitar o acesso da população socialmente vulnerável as politicas publicas (prioridades – promoção da saúde, desenvolvimento sustentável, Geração de Trabalho e Renda)
- 3) Educação em direitos humanos para o exercício da cidadania

## 9 - Estabelecendo objetivos e metas:

- ✚ Um objetivo é a descrição daquilo que se pretende alcançar ou conseguir.
- ✚ A meta é segmentação, uma etapa do objetivo, ou seja, o marco, o degrau, que você precisa ultrapassar para alcançar o desejado.
- ✚ Uma meta é a definição em termos quantitativos, e com um prazo determinado
- ✚ Objetivos e metas devem ser: Específicos; Mensuráveis; Atingíveis/ alcançáveis; relevantes; Temporais/ fundamentados dentro de um período de tempo.

### 9.1 - Chuva de ideias para elaboração da Meta:

#### Eixo 1: Controle social e intervenção nas políticas públicas

- Amazona com intervenção e/ou representação nos espaços de políticas públicas;
- Fortalecer os espaços de atuação da sociedade civil;
- Intervenção qualificada e propositiva nas instâncias de controle social.
- contribuir para construção de parcerias com a sociedade civil e com os setores públicos e privados;
- Contribuir para que o poder público ouça a população;
- Participar de formação em políticas públicas / formar as pessoas para as áreas que mais precisam.
- Buscar soluções junto com a população em vulnerabilidade social para melhorar o acesso às políticas públicas já existentes através de capacitação que ajuda as pessoas a avaliar e intervir na realidade onde vivem.
- Garantir que a população se envolve e participa de instâncias de participação e controle social.
- Formar e capacitar as pessoas para conhecer as políticas públicas e lutar pela sua implementação dando voz a população;
- Fortalecer a participação popular.
- Atuar a partir das demandas elencadas pelas próprias comunidades.

#### ➡ Situação Atual / problemas / desafios:

Falta, insuficiência ou pouco acesso às políticas públicas de qualidade:

- geração de trabalho e renda;
- saúde preventiva - HIV/AIDS;
- educação – básica e superior;
- direitos humanos básicos;
- democratização da comunicação / informações básicas;
- moradia digna.

Juventude:

- Ineficácia nas políticas de prevenção / intervenção em contextos de drogas (consumo e distribuição)

- PEC 65 – recentemente aprovado, precisando ser implementada.
- Poucos engajamentos nas causas comunitárias;
- Falta de organização, participação social e comunitária – de todos(as);

⇒ **Espaços que podem ser fortalecidos para a melhoria do acesso às políticas públicas de qualidade:**

Espaços - orçamento participativo e democrático, fóruns, redes, articulações, conselhos, conferências

⇒ **Problemas:**

- Desmobilização;
- Canais distantes da população;
- Espaços desconhecidos;
- Descredibilidade;
- Legitimidade dos espaços;
- Influência das gestões nos espaços / extensão do poder público.

⇒ **Superando estes problemas contribuir-se-á para a melhoria do acesso às políticas públicas de qualidade.**

**Eixo 2:**



**Chuva de Ideias:**

- Ver uma maneira de motivar as comunidades para políticas públicas – através de reuniões, formações.
- Rever metodologias para a interação da população local, considerando o sentimento de pertença, as informações e os direitos humanos básicos.
- Articular ações de mobilizações diretas junto a população.
- OSPs parceiras com aumento da sua base de associados(as) principalmente jovens e mulheres.
- Parcerias ampliadas e fortalecidas com OSPs para compreensão e atuação no acesso aos direitos humanos fundamentais.
- Fortalecer articulação das OSPs para a rede de proteção local.
- OSPs parceiras com uma participação de jovens e mulheres na tomada de decisões.
- OSPs parceiras com capacidade de gestão melhorada.
- OSPs parceiras com capacidade de articulação melhorada.
- Fortalecer a atuação de 5 OSPs sendo 3 novas (um em JP e duas rurais), mas 2 antigas (JP) através de ações de desenvolvimento institucional trabalhando a sustentabilidade técnica, política e financeira (controle social, formação de novos quadros, mobilização de recursos).

⇒ **Proposta para a redação do Eixo 2:**

Desenvolvimento de parcerias e fortalecimento das OSPs para facilitar o acesso da população socialmente vulnerável as políticas públicas (prioridades – promoção da saúde, desenvolvimento sustentável, geração de trabalho e renda - GTR).

**Ideias reformuladas - Objetivo / Meta Escolhida:**

Comunidades socialmente vulneráveis com maior acesso aos direitos humanos fundamentais através do fortalecimento da organização e da atuação de OSPs, até Dezembro de 2017.

**Eixo 3:**

**Chuva de Ideias:**

- Atuar através da formação em direitos humanos realizando formação humana junto a população socialmente vulnerável e profissionais que os atende direta e indiretamente, despertando na população o protagonismo das suas demandas.
- Desenvolver formações sociais junto aos gestores e as populações socialmente vulneráveis que contemplem temáticas de cidadania, drogas, violência e discriminação, buscando proporcionar uma minimização das desigualdades sociais.
- Promover ações de integração das populações socialmente vulneráveis com as cidades.
- Assegurar formações e técnicas em direitos humanos que resultem em intervenções para a resolução das demandas.
- Contribuir para que o poder público ouça a população e respondem as demandas das populações.

⇒ **Proposta para eixo 3:**

**Educação em direitos humanos visando a efetivação da cidadania da população socialmente vulnerável** (com populações socialmente vulneráveis / gestores; funcionários públicos; conselhos; etc. / profissionais de comunicação)

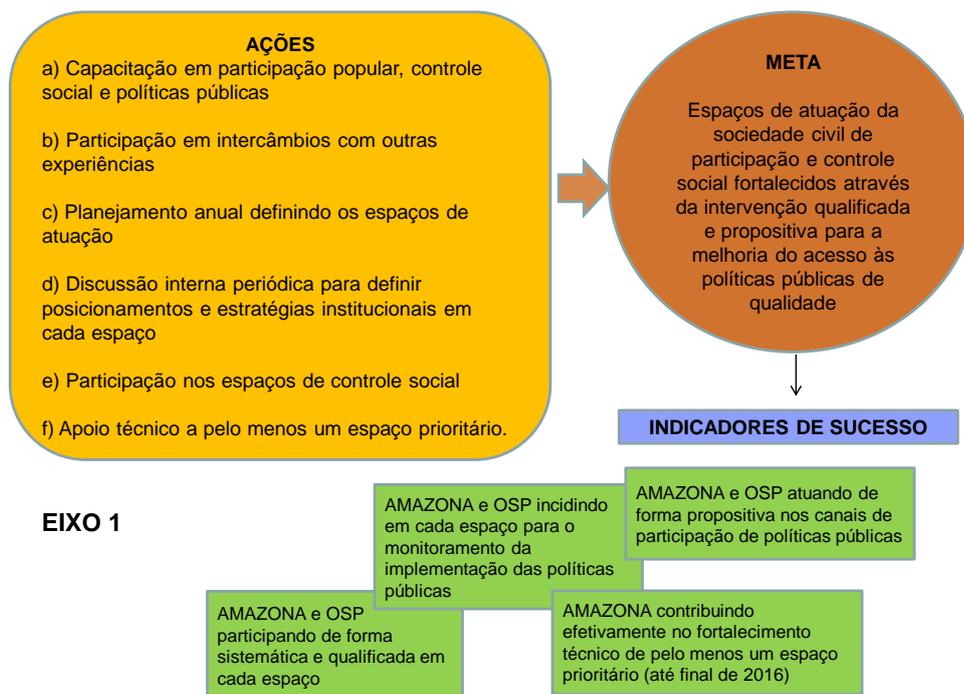
**Ideias reformuladas - Objetivo / Meta Escolhida:**

- A população nas comunidades, onde a Amazona atua, sensibilizada sobre os seus direitos e protagonizando a sua cidadania, até Dez 2017.0
- Contribuir para que o poder público ouça a população socialmente vulnerável e respondem as demandas das populações, até Dez 2017.
- A sociedade exposta a informações que contribuem para mudanças de atitudes e a redução de discriminação e preconceito.

## 9. 2 - Eixos, indicadores, meios de verificação e ações definidas:

<b>Eixo 1: Controle Social e intervenção nas políticas públicas.</b>	
<p><b>Meta até Dez 2017:</b> Espaços de atuação de sociedade civil, de participação e controle social (ex. orçamento participativo, fóruns, redes, articulações, conselhos), fortalecidos através da intervenção qualificada e propositiva (Amazona e OSPs representativas da população prioritária) para a melhoria do acesso às políticas públicas de qualidade, até Dez 2017.</p>	
<b>Justificativa (porque?):</b>	
<p><b>Indicadores de Sucesso / Como vamos saber se conseguimos alcançar o objetivo/meta?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ AMAZONA e OSP participando de forma sistemática e qualificada em cada espaço (2015 a 2017);</li> <li>➤ AMAZONA e OSP incidindo em cada espaço para o monitoramento da implementação das políticas públicas (2015 a 2017);</li> <li>➤ AMAZONA e OSP atuando de forma propositiva nos canais de participação de políticas públicas (2015 a 2017);</li> <li>➤ AMAZONA contribuindo efetivamente no fortalecimento técnico de pelo menos um espaço prioritário (até final de 2016).</li> </ul>	<p><b>Meios de Verificação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Listas de frequência, relatórios, atas, registros fotográficos;</li> <li>➤ Relatórios, Dossies, Atas de reunião, Registro de participação em audiências públicas, em reuniões do ciclo orçamentário, em conferência temáticas e outros canais de participação de políticas públicas, ofícios expedidos, registros fotográficos, clipagem;</li> <li>➤ Atas de reunião, relatórios, Registro de participação em audiências públicas, em reuniões do ciclo orçamentário, em conferência temáticas, e outros canais de participação de políticas públicas ;</li> <li>➤ Relatórios técnicos, Avaliação, Ata de reunião, Lista de frequência, Relatório financeiro.</li> </ul>
<p><b>Ações (estratégicas) – considerando a missão da Amazona e a situação atual/problemas/desafios, quais ações prioritárias vamos realizar para alcançar o objetivo/meta?</b></p> <p>a) Capacitação em participação popular, controle social e políticas públicas; b) Participação em intercâmbios com outras experiências; c) Planejamento anual definindo os espaços de atuação; d) Discussão interna periódica para definir posicionamentos e estratégias institucionais em cada espaço; e) Participação nos espaços de controle social; f) Apoio técnico a pelo menos um espaço prioritário.</p>	

### Visibilidade para os elementos do Eixo 1:



**Eixo 2:** Desenvolvimento de parcerias e fortalecimento das OSPs para facilitar o acesso da população socialmente vulnerável as políticas públicas (prioridades – promoção da saúde, desenvolvimento rural sustentável, GTR).

#### Objetivo / Meta até Dez 2017:

Comunidades socialmente vulneráveis com maior acesso aos direitos humanos fundamentais através do fortalecimento da organização e da atuação de OSPs, até Dezembro de 2017.

#### Justificativa (porque?):

#### Indicadores de Sucesso / Como vamos saber se conseguimos alcançar o objetivo/meta?

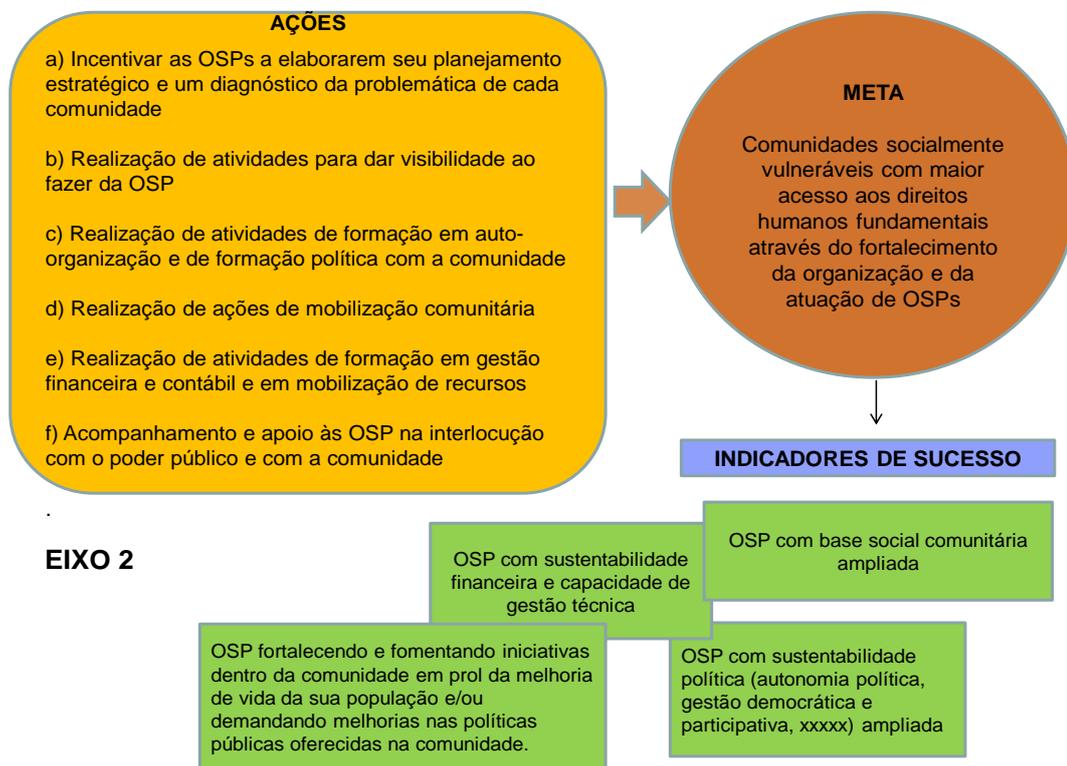
- OSP com base social comunitária ampliada;
- OSP com sustentabilidade política (autonomia política, gestão democrática e participativa) ampliada;
- OSP com sustentabilidade financeira e capacidade de gestão técnica;
- OSP fortalecendo e fomentando iniciativas dentro da comunidade em prol da melhoria de vida da sua população e/ou demandando melhorias nas políticas públicas oferecidas na comunidade.

#### Meios de Verificação:

- Fichas de cadastros de associados, atas de assembleia, listas de frequência
- Atas de assembleias, Atas de diretoria, organograma, relatórios, depoimentos de associados/as
- Convênios, Contratos, Termos de parceria assinados, Balanço Patrimonial, Relatórios técnicos das atividades desenvolvidas, Atas de reuniões e instrumentos de planejamento,

	<p>monitoramento e avaliação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Registro de atividades, registro de reuniões com gestores públicos, ofícios</li> </ul>
<p><b>Ações (estratégicas) – considerando a missão da Amazona e a situação atual/problemas/desafios, quais ações prioritárias vamos realizar para alcançar o objetivo/meta?</b></p> <p>a) Diagnóstico da problemática de cada comunidade; b) Realização de atividades para dar visibilidade ao fazer da OSP; c) Realização de atividades de formação em auto-organização e de formação política com a comunidade; d) Realização de ações de mobilização comunitária; e) Realização de atividades de formação em gestão financeira e contábil e em mobilização de recursos; f) Acompanhamento e apoio às OSP na interlocução com o poder público e com a comunidade.</p>	

**Visibilidade para os elementos do Eixo 2:**

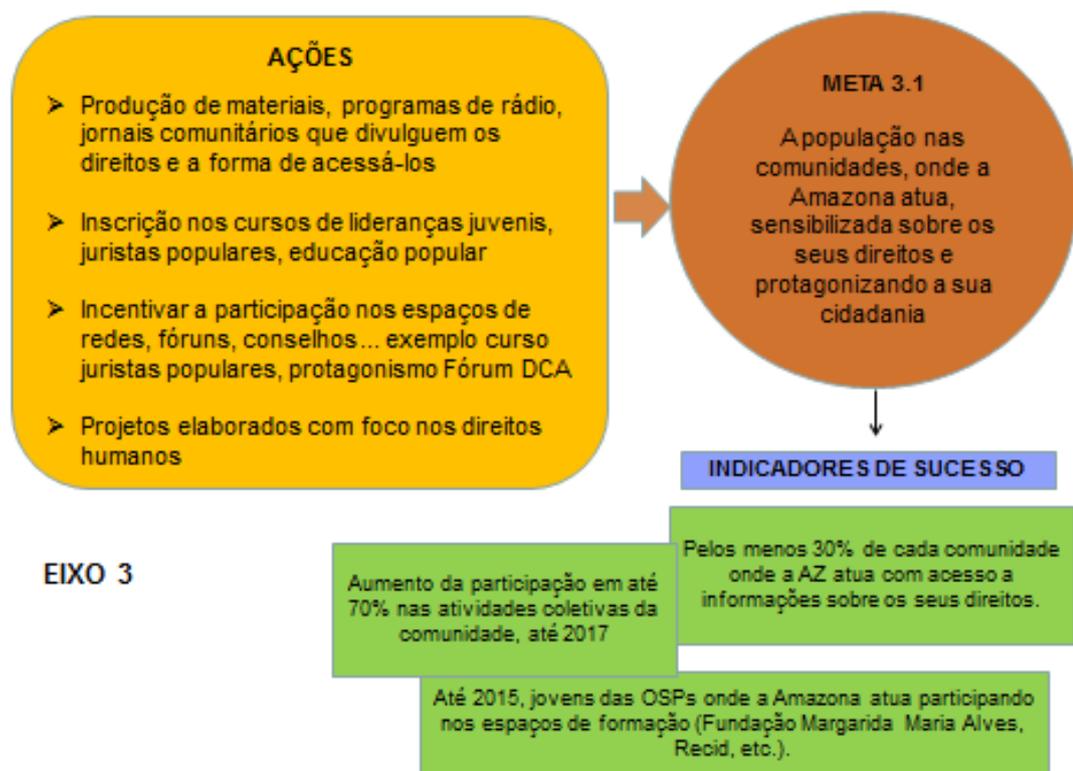


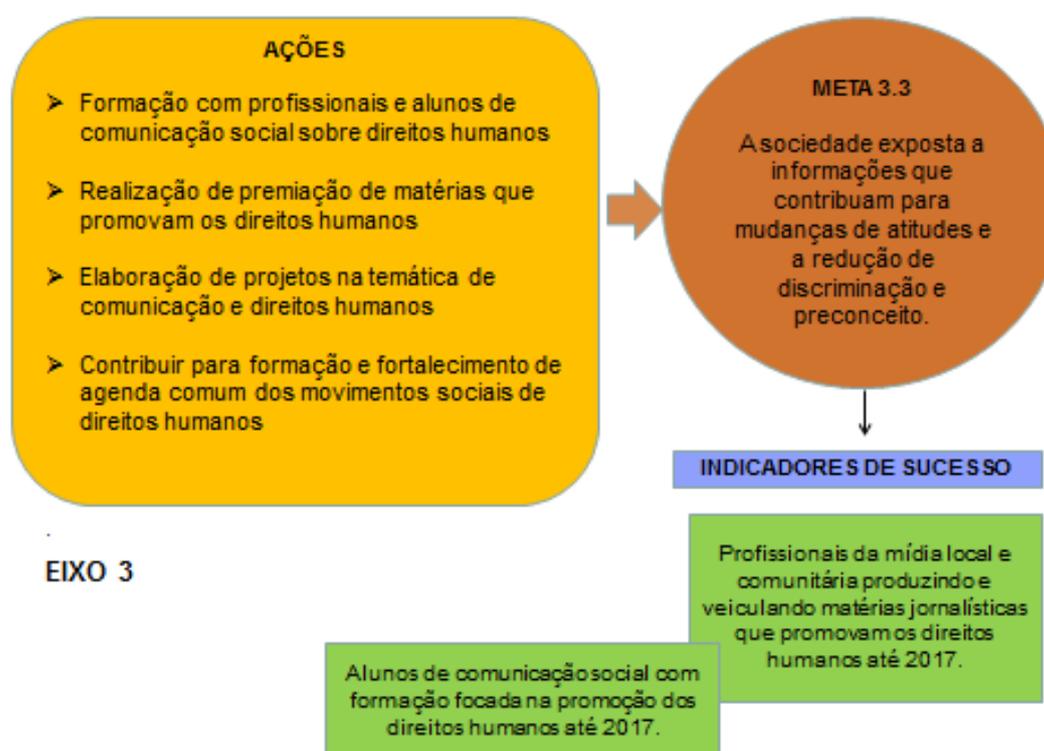
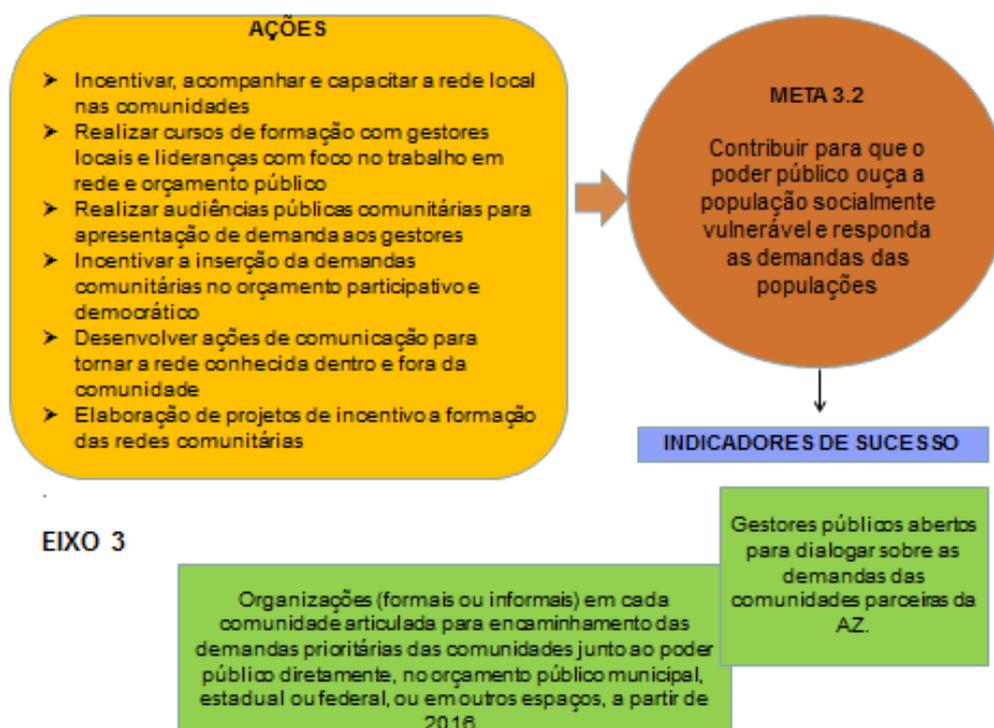
<b>Eixo 3: Educação em direitos humanos para o exercício de cidadania.</b>	
<b>Objetivos / Metas até Dez 2017:</b>	
<p>1. A população nas comunidades, onde a Amazona atua, sensibilizada sobre os seus direitos e protagonizando a sua cidadania, até Dez 2017.</p> <p>2. Contribuir para que o poder público ouça a população socialmente vulnerável e respondem as demandas das populações, até Dez 2017.</p> <p>3. A sociedade exposta a informações que contribuem para mudanças de atitudes e a redução de discriminação e preconceito.</p>	
<b>Justificativa (porque?):</b>	
<p><b>Indicadores de Sucesso / Como vamos saber se conseguimos alcançar o objetivo/meta?</b></p> <p>1.1. Pelos menos 30% de cada comunidade onde a AZ atua com acesso a informações sobre os seus direitos.</p> <p>1.2. Aumento da participação em até 70% nas atividades coletivas da comunidade até 2017</p> <p>1.3. Até 2015, jovens das OSPs onde a Amazona atua participando nos espaços de formação (FUNDAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES, RECID, etc.).</p> <p>2.1 Organizações (formais ou informais) em cada comunidade articulada para encaminhamento das demandas prioritárias das comunidades junto ao poder público diretamente, no orçamento público municipal, estadual ou federal, ou em outros espaços, a partir de 2016.</p> <p>2.2 Gestores públicos abertos para dialogar sobre as demandas das comunidades parceiras da AZ.</p> <p>3.1. Profissionais da mídia local e comunitária produzindo e veiculando matérias jornalísticas que promovam os direitos humanos até 2017.</p> <p>3.2. Alunos de comunicação social com formação focada na promoção dos direitos humanos até 2017.</p>	<p><b>Meios de Verificação:</b></p> <p>1.1. Relatórios das atividades, registro fotográficos, listas de presença, grade da programação da rádio, depoimentos de moradores.</p> <p>1.2. Realizar o diagnóstico inicial (linha de base) para ter elemento comparativo</p> <p>1.3. Número de atividades formativas com abordagem do tema de direitos humanos e listas de presença</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Número de projetos elaborados e aprovados</li> </ul> <p>2.1. Número de audiências públicas comunitárias realizadas; registros dessas atividades; atas das OSPs/outras organizações comunitárias; orçamento público; número de formação e número de participantes nas formações em rede e orçamento público.</p> <p>2.2. Número de demandas encaminhadas e atendidas; registro de reuniões.</p> <p>3.1. Número de matérias vinculadas à temática publicadas.</p> <p>3.2. Número de atividades formativas; jornalistas e alunos participantes das atividades formativas; listas de presença.....</p> <p>Número de atividades de grandes mobilizações realizadas e com participação de representantes das comunidades</p>

Ações (estratégicas) – considerando a missão da Amazona e a situação atual/problemas/desafios, quais ações prioritárias vamos realizar para alcançar o objetivo/meta?

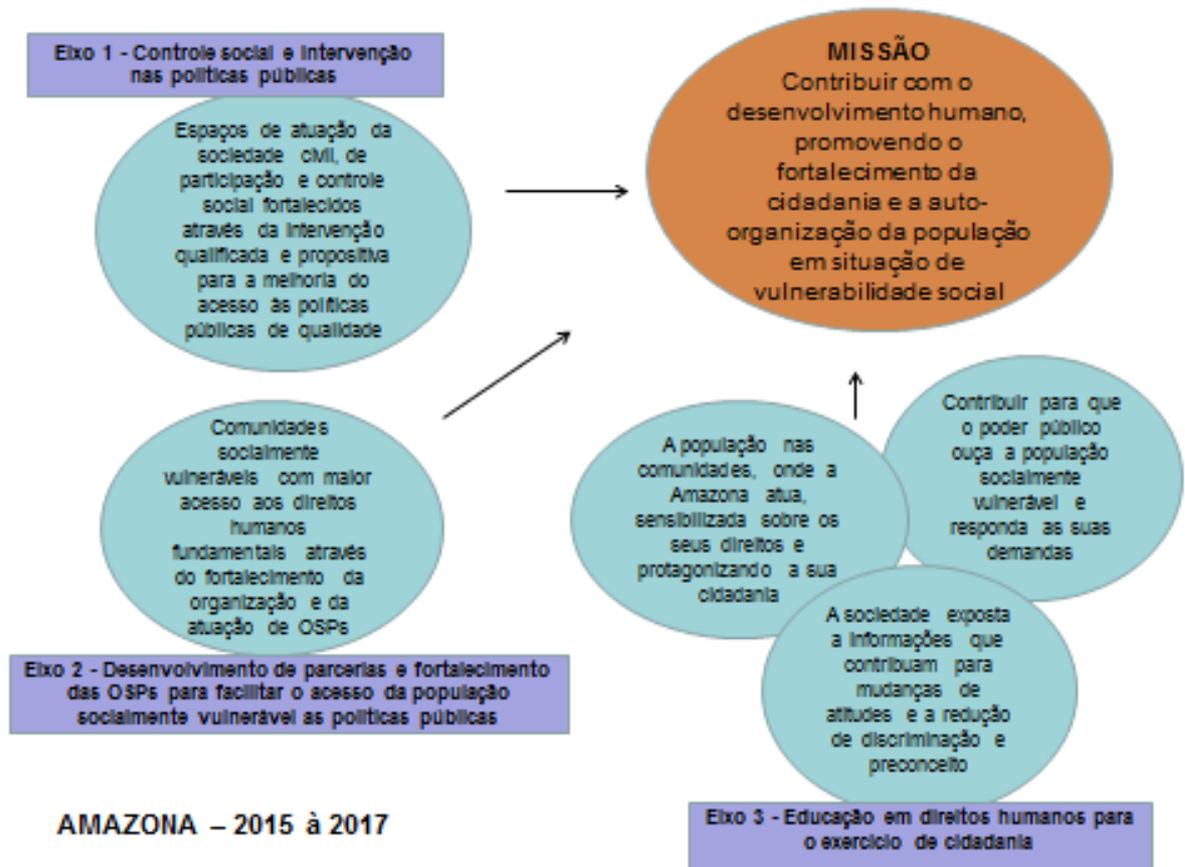
- 1.1. Produção de materiais, programas de rádio, jornais comunitários que divulguem os direitos e a forma de acessá-los.
- 1.2. Inscrição nos cursos de lideranças juvenis, juristas populares, educação popular
- 1.3. Incentivar a participação nos espaços de redes, fóruns ... exemplo curso juristas populares, protagonismo fórum dca.
- 1.4. Projetos elaborados com foco nos direitos humanos
- 2.1. Incentivar, acompanhar e capacitar a rede local nas comunidades
- 2.2. Realizar cursos de formação com gestores locais e lideranças com foco no trabalho em rede e orçamento público
- 2.3. Realizar audiências públicas comunitárias para apresentação de demanda aos gestores
- 2.4. Incentivar a inserção das demandas comunitárias no orçamento participativo
- 2.5. Desenvolver ações de comunicação para tornar a rede conhecida dentro e fora da comunidade
- 2.6. Elaboração de projetos de incentivo a formação das redes comunitárias
- 3.1. Formação com profissionais e alunos de comunicação social sobre direitos humanos
- 3.2. Realização de premiação de matérias que promovam os direitos humanos
- 3.3. Elaboração de projetos na temática de comunicação e direitos humanos
- 3.4. Contribuir para formação e fortalecimento de agenda comum dos movimentos sociais de direitos humanos

### Visibilidade dos elementos do Eixo 3:





Visibilidade Geral dos Eixos com referência na Missão :



10 - Levantamento de fatores externos que podem impedir alcanças as metas e a missão:

⇒ Realizou-se um trabalho em dois sub-grupos com a seguinte questão: O que pode impedir a Amazona alcançar as metas e a missão (fatores internos e externos)?

Impedimentos Externos	Gestão Organizacional
Relação entre opção metodológica da instituição e fatores externos (articulação, prazo de projetos)	Capacitação, sensibilização sobre a política de participação popular.
Escândalos c/ empresas financiadoras (Petrobrás, Camargo Correia)	(Fragilidade interna das OSP's) Base das OSP's desmobilizadas.
Espaços de controle sociais fragilizados	"Aspiração" de ampliação das OSP's Parceiras de 04 p/ 06 até 2017.
	Equipe reduzida para ações de intervenções e institucionais (elaboração de projetos e representações)
	Prazo de execução e projetos x diretrizes das OSP's.

	Acesso a editais públicos
	Incentivar as OSP's a elaborarem seu planejamento estratégico

### 10.1 - Impedimentos/Questões Centrais (a partir do trabalho apresentado em sub-grupos):

Impedimentos/ Questões Centrais	O que a AZ disponibiliza	O que precisa	Curto Prazo (2015)	Médio Prazo (2016-2017)	Longo Prazo
Recursos insuficientes p/ RH e infra (manter a sede e equipamentos) nos projetos aprovados		1 coord. de projetos 1 coord. adm/financ. 1 secretaria 1 sub coord.admin. financ. 1 sub coord. projetos 2 assistentes técnicos	Manter o quadro com carga horária ampliada	Conseguir ao menos mais 05 assistentes técnicos	Manter o quadro ampliado
Recursos financeiros (falta de projetos c/ foco nas metas 1 e 2)	<b>Eixo 1</b> - Projeto U.E atende em parte; Projeto ESSOR; <b>Eixo 2</b> - Projeto Camargo Correia (garante parte ); <b>Eixo 3</b> - Projeto Criança Esperança Garante parte da meta 3.1	- Elaborar projetos p/ contemplar as outras frentes de ações propostas;  - Encaminhar os procedimentos para a utilidade pública federal (filantropia).	⇒	⇒	⇒
Poucas pessoas na equipe com experiência em elaboração de projetos		- Plano de elaboração e projetos: em rede; - Perspectiva de projetos Sul/Sul; - Mobilização de recursos; - Ofertar consultorias	Prioridade	- Mobilizador de aquisição de recursos;  - Capacitar equipe e OSP's p/ elaborar projetos.	⇒
Falta de voluntários e estagiários	O plano de voluntariado	Rever o plano de voluntariado adequado as demandas da AZ	⇒		

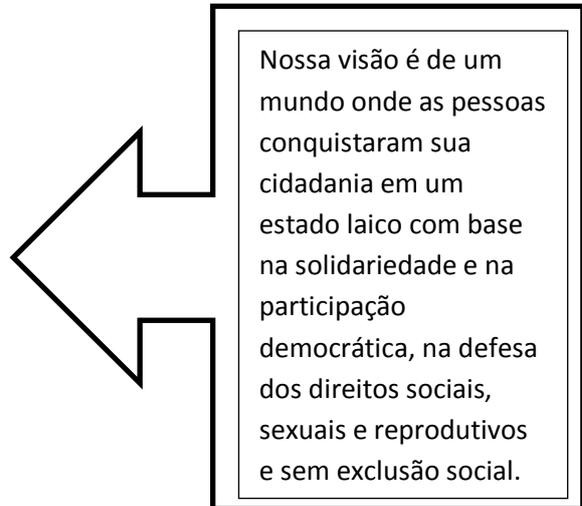
### 11 - Reflexão sobre a *visão* da organização:

- A Visão representa um estado futuro desejável / uma descrição de como a gente quer que o mundo seja / um quadro do mundo que queremos contribuir para criar / de como as vidas das pessoas / comunidades, etc., serão como resultado do nosso trabalho;
- A Visão deve ser a aspiração que motiva e guia a organização / é a sua bússola.

### 11.1 - Exemplos de Missão de outras organizações:

- **SAVE THE CHILDREN:** um mundo no qual cada criança é assegurado o direito à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação
- **ABRINQ** - Uma sociedade justa e responsável pela proteção e pelo pleno desenvolvimento de suas crianças e adolescentes.
- **Concern Universal:-** Um mundo onde a justiça, a dignidade e o respeito prevalecem para todos e todas.

**VISÃO ATUAL DA AMAZONA**



### 11.2 - Discussão em dois subgrupos para a reflexão sobre o que é a *Visão*, sobre a permanência da Visão da Amazona ou sua alteração:

- ❖ Os subgrupos trouxeram as seguintes propostas:

**Proposta 1** - “ Um mundo justo no qual as pessoas têm os direitos humanos garantidos e exercem a participação política e social”.

**Proposta 2** - “ Um mundo onde as pessoas vivenciem sua cidadania com base na igualdade, solidariedade e justiça social”

### 11.3 - Definição da *NOVA VISÃO DA AMAZONA*:

